

Marlon Clovis Medeiros
Alessandro Francisco Trindade de Oliveira
Organizadores

Geoeconomia do Agronegócio e Capital Financeiro



Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Marlon Clovis Medeiros
Alessandro Francisco Trindade de Oliveira
(Organizadores)

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

GEOECONOMIA DO AGRONEGÓCIO E CAPITAL FINANCEIRO

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2024

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV
Imagem de Capa: MrDm | Freepik
Revisão: O Autor

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

G342

Geoeconomia do Agronegócio e Capital Financeiro / Marlon Clovis Medeiros, Alessandro Francisco Trindade de Oliveira (orgs.) – Curitiba : CRV, 2024.
162 p.

Bibliografia

ISBN Digital 978-65-251-6137-2

ISBN Físico 978-65-251-6136-5

DOI 10.24824/978652516136.5

1. Geografia 2. Agronegócio 3. Mercado financeiro 4. Fundos de investimento 5. Investimentos diretos 6. Cooperativismo - máquinas agrícolas I. Medeiros, Marlon Clovis, org. II. Oliveira, Alessandro Francisco Trindade de, org. III. Título IV. Série.

CDU(338.433/435)

CDD 338.1

Índice para catálogo sistemática

1. Agronegócio - 338.1

2024

Foi feito o depósito legal conf. Lei nº 10.994 de 14/12/2004
Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV
Todos os direitos desta edição reservados pela Editora CRV
Tel.: (41) 3029-6416 – E-mail: sac@editoracrv.com.br
Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

Conselho Editorial: Comitê Científico:

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)	Adriane Piovezan (Faculdades Integradas Espírita)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)	Alexandre Pierezan (UFMS)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)	Andre Eduardo Ribeiro da Silva (IFSP)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)	Antonio Jose Teixeira Guerra (UFRJ)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)	Antonio Nivaldo Hespanhol (UNESP)
Carlos Federico Dominguez Avila (Unieuro)	Carlos de Castro Neves Neto (UNESP)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)	Carlos Federico Dominguez Avila (UNIEURO)
Celso Conti (UFSCar)	Edilson Soares de Souza (FABAPAR)
Cesar Gerónimo Tello (Univer. Nacional Três de Febrero – Argentina)	Eduardo Pimentel Menezes (UERJ)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)	Euripedes Falcao Vieira (IHGRRGS)
Elíone Maria Nogueira Diogenes (UFAL)	Fabio Eduardo Cressoni (UNILAB)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)	Gilmara Yoshihara Franco (UNIR)
Élsio José Corá (UFSF)	Jairo Marchesan (UNC)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)	Jussara Fraga Portugal (UNEB)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)	Karla Rosário Brumes (UNICENTRO)
Gloria Fariñas León (Universidade de La Havana – Cuba)	Leandro Baller (UFGD)
Guillermo Arias Beatón (Universidade de La Havana – Cuba)	Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)	Luciana Rosar Fornazari Klanoviz (UNICENTRO)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)	Luiz Guilherme de Oliveira (UnB)
Josania Portela (UFPI)	Marcel Mendes (Mackenzie)
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)	Marcio Jose Ornat (UEPG)
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)	Marcio Luiz Carreri (UENP)
Lourdes Helena da Silva (UFV)	Maurilio Rompatto (UNESPAR)
Luciano Rodrigues Costa (UFV)	Mauro Henrique de Barros Amoroso (FEBF/UERJ)
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)	Michel Kobelinski (UNESPAR)
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)	Rafael Guarato dos Santos (UFG)
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)	Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol (UNESP)
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)	Sergio Murilo Santos de Araújo (UFCG)
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)	Simone Rocha (UnC)
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)	Sylvio Fausto Gil filho (UFPR)
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)	Valdemir Antoneli (UNICENTRO)
Simone Rodrigues Pinto (UNB)	Venilson Luciano Benigno Fonseca (IFMG)
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)	Vera Lúcia Caixeta (UFT)
Sydione Santos (UEPG)	
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)	
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)	

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

GEOECONOMIA DO AGRONEGÓCIO E CAPITAL FINANCEIRO NO BRASIL: tendências globais e regionais..... 9

Marlon Clovis Medeiros

Alessandro Francisco Trindade de Oliveira

GEOGRAFIA ECONÔMICA

E MARXISMO:

uma crítica à teoria da globalização dos anos 1990 13

Fernando dos Santos Sampaio

AS BASES TEÓRICAS PARA ANÁLISE DO PAPEL DO CAPITAL FINANCEIRO NA AGRICULTURA 33

Marlon Clovis Medeiros

CAPITAL FINANCEIRO E O MERCADO MUNDIAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS 49

Marlon Clovis Medeiros

AS CONEXÕES ENTRE OS FUNDOS FINANCEIROS E AS EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL..... 75

Alessandro Francisco Trindade de Oliveira

OS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS NOS AGRONEGÓCIOS BRASILEIRO ENTRE 2000-2015 91

Carlos José Espíndola

Roberto César Cunha

A FINANCEIRIZAÇÃO NA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS: uma comparação entre o Brasil e a China 113

Edson Luiz Flores

DINAMISMO ECONÔMICO E FINANCEIRO DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO DO SUL DO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI..... 139

Fernando Rodrigo Farias

Wiliam Padilha

ÍNDICE REMISSIVO 155

SOBRE OS AUTORES 159

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

APRESENTAÇÃO

GEOECONOMIA DO AGRONEGÓCIO E CAPITAL FINANCEIRO NO BRASIL: tendências globais e regionais

A obra **Goeconomia do agronegócio e capital financeiro no Brasil: Tendências globais e regionais** desbrava as tendências globais e regionais da goeconomia do agronegócio no Brasil, bem como nos apresenta como a Geografia Econômica pode analisar as transformações produtivas sob uma ótica materialista e crítica das dinâmicas contemporâneas. O livro é resultado do trabalho de geógrafos que vêm há anos desenvolvendo inúmeros projetos de pesquisa na temática, vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão e da Universidade Federal de Santa Catarina. Os projetos contaram, em diferentes momentos com apoio financeiro da CAPES e do CNPq.

A complexidade econômica dos processos produtivos ocorridos nos últimos 30 anos é frequentemente associada ao processo de Globalização, porém, é cada vez mais evidente que tal conceito tornou-se demasiado generalista para a explicação dos fenômenos geoeconômicos. Houve diferentes trajetórias nacionais e setoriais, e não uma convergência, como se propalava. Um dos aspectos mais impactantes das novas dinâmicas da economia mundial, a partir dos anos de 1990, foi a intensa expansão da influência do capital financeiro nos mais diversos setores. A expansão dos fluxos mundiais de investimentos estrangeiros, junto com as aberturas de mercados, as privatizações, a expansão sem precedentes dos mercados de títulos financeiros de commodities, de derivativos e de ações de empresas, as imensas fusões e aquisições de empresas em nível internacional, junto com o enfraquecimento dos setores produtivos nos países periféricos e as constantes crises financeiras, marcaram a dinâmica da economia mundial e atraíram inúmeras atenções.

No âmbito da política econômica ocorreu, em consequência da vitória dos interesses financeiros, uma mudança de prioridade do crescimento econômico e do desenvolvimento dos setores produtivos para a macroeconomia liberal de controle da inflação, de liberalização de fluxos de capital e de redução de investimentos públicos.

No agro em particular, e setores relacionados, a agroindústria processadora, a indústria de alimentos, a indústria de insumos e a indústria de máquinas agrícolas, a atuação do capital financeiro se tornou essencial de duas maneiras complementares:

1) Por um lado como meio de financiamento de produtores e de empresas, e elo de ligação entre as cadeias produtivas, na função tradicional de crédito, de capital de giro, de custeio, de investimentos e de adiantamento de compras. Esta função está consolidada há décadas, mas se desenvolveu seguidamente, à medida que se ampliaram as diferentes cadeias produtivas relacionadas ao agro, a ponto de este só existir no Brasil, em relação aos complexos agroindustriais e ao agronegócio.

2) O capital financeiro assume cada vez mais função dominante, subordinando os complexos agroindustriais e o agronegócio à sua lógica de acumulação, aos métodos de gestão da produção e do patrimônio, e ao mercado de títulos e de ações. Os grandes grupos empresariais abriram capital na bolsa e passaram por internacionalização do controle via fundos de investimentos. O mercado de títulos via bolsas de mercadorias e de futuros cresceu exponencialmente sua atuação tanto no financiamento da produção, quanto nas oscilações dos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional.

No Brasil, o tema do capital financeiro relacionado aos mercados externos se posicionou no centro do debate sobre os rumos da economia. Isto ocorreu tanto pela crise que se abateu sobre a indústria, quanto pela abertura que ampliou a entrada de capital estrangeiro após o plano Real, quanto pelo rápido crescimento das exportações agropecuárias nos anos 2000. A dinâmica dos mercados externos veio crescentemente se tornando influente nos rumos da economia brasileira, tanto no que se refere as exportações e importações de produtos, quanto na obtenção de recursos financeiros via *tradings*, bolsas de mercadorias e futuros, importadores de equipamentos entre outros.

Neste novo período mudam-se os pilares sobre os quais a economia caminhava, do crescimento econômico centrado na indústria, para o controle da inflação centrado na abertura econômica, no câmbio flutuante, e nos juros elevados. A prioridade deixa de ser os setores produtivos e passa a ser o setor financeiro. Esta mudança tem inúmeras consequências já no início dos anos 1990, mas que se aprofundam nos anos seguintes e nos anos 2000: Mudança de prioridade da política econômica do crescimento puxado pela indústria, para a estabilização monetária, a abertura econômica e atração de capital estrangeiro.

Assim, o foco do presente livro é discutir as relações entre o capital financeiro e o agronegócio no Brasil neste panorama geoeconômico. Os autores dos artigos presentes na obra dedicaram um esforço grandioso para buscar explicações mais precisas para as recentes transformações no agronegócio e no entendimento material da produção. Destaca-se assim que tal esforço gerou trabalhos singulares na perspectiva de entendimento de um setor tão controverso, cercado de dicotomias (falsas e verdadeiras) e que todos os dias está presente nos noticiários e análises de especialistas em economia brasileira.

O livro é composto por sete capítulos. Destes capítulos, seis tratam de temas vinculados ao complexo da agropecuária e um faz uma análise crítica da teoria da Globalização. A Globalização, nos estudos da Geografia Econômica, é um processo descrito a partir de uma maior abertura de mercados nacionais que ganha força nas décadas de 1980 e 1990. É nesse período, também, que profundas transformações ocorrem no agronegócio do Brasil, como desnacionalizações e privatizações de empresas nacionais, avanços no uso de pacotes tecnológicos de patente estrangeira e precificações de *commodities* em mercados especulativos.

Nesse sentido, o primeiro texto de **Fernando dos Santos Sampaio** propõe o debate sobre “*Geografia Econômica e Marxismo: uma crítica à teoria da globalização dos anos 1990*”. Este debate permeia as interpretações das transformações mundiais dos complexos produtivos que a partir dos anos 1990, nas quais o termo Globalização era a síntese explicativa das transformações globais. Esse termo, por muitas vezes, serviu de máscara ideológica de um mundo onde a agressividade do imperialismo era naturalizada.

Marlon Clovis Medeiros dá uma dupla contribuição à obra com os textos “*As bases teóricas para análise do papel do capital financeiro na agricultura*” e “*Capital financeiro e o mercado mundial de produtos agrícolas*”. No primeiro texto o autor demonstra como o sistema financeiro criou inúmeras formas de relação com as atividades agropecuárias. Assim, essas relações tornaram-se centrais na expansão da agricultura reforçando as proposições de Lenin sobre o domínio do capital monopolista sobre os setores produtivos. No segundo texto do autor discute o papel dos mercados futuros de produtos agropecuários e como eles recentemente foram responsáveis por pressões nos preços internacionais de *commodities*, mesmo assim, em uma articulação do próprio mercado financeiro, o debate sobre tal elevação se desviou para o aumento do consumo asiático, deturpando as análises sobre o setor especulativo.

Posteriormente, **Alessandro Francisco Trindade de Oliveira**, com o texto “*As conexões entre os fundos financeiros e as empresas do agronegócio no Brasil*”, discorre sobre a associação de fundos financeiros com os grandes conglomerados do agronegócio. Essa associação passa a constituir o que o autor chamou de escalão superior do capitalismo financeiro, pois representa um avanço do entrelaçamento entre os capitais especulativos e a base produtiva.

Já no texto escrito por **Carlos José Espíndola e Roberto Cesar Cunha**, intitulado “*Os investimentos externos diretos nos agronegócios brasileiros entre 2000 e 2015*” é descrito o processo de como o agronegócio brasileiro passa a receber um fluxo de capitais estrangeiros a partir da década de 1990,

se intensificando na de 2000. Nesse sentido, o chamado IED passa a adquirir significativa importância na conjuntura econômica brasileira.

No estudo de **Edson Luiz Flores**, o autor desenvolve uma análise sobre “*A financeirização na indústria de máquinas agrícolas: uma comparação entre o Brasil e a China*”. Assim, a comparação entre os dois países mostra modelos distintos de mercado, pois, no caso brasileiro, há um domínio de maquinário proveniente de empresas estrangeiras que adentraram o mercado nacional por meio de fusões e aquisições. Já na China há um protagonismo de empresas locais que ganharam força devido ao apoio do Estado Chinês.

Por fim, o “*Dinamismo econômico e financeiro do cooperativismo agropecuário do sul do Brasil no final do século XX e início do século XXI*” é assunto do texto de autoria de **Fernando Rodrigo Farias e Wilian Padilha** e contribui com a temática do livro ao estudar um modelo que caracterizou o agronegócio da região sul do Brasil. Esse modelo é baseado em grandes cooperativas agropecuárias que expandiram devido ao abastecimento do mercado interno em um primeiro momento, e que posteriormente aumentaram sua importância devido às exportações para parceiros comerciais mundo afora.

A partir dessa síntese, percebe-se que o livro **Geoeconomia do agronegócio e capital financeiro no Brasil: tendências globais e regionais** busca analisar as dinâmicas econômicas no espaço, também chamadas de geoeconômicas, por meio de uma visualização da realidade produtiva e, sobre ela, abstrair os elementos centrais que a direcionam. Todos os autores são estudiosos dos setores vinculados a cadeia ou complexo produtivo da agropecuária, simplificado por muitas vezes como agronegócio, e buscaram em seus estudos entender como esse setor está conectado com outros ramos produtivos e como as dinâmicas globais têm papel-chave em suas transformações.

Marlon Clovis Medeiros
Alessandro Francisco Trindade de Oliveira

GEOGRAFIA ECONÔMICA E MARXISMO: uma crítica à teoria da globalização dos anos 1990

Fernando dos Santos Sampaio

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Introdução

Os anos 1990 tiveram uma importância crucial nas transformações que levaram à atual organização do espaço mundial. Foi uma década da consagração do projeto neoliberal que pôde expandir-se sem muita resistência, já que o fim da URSS e o enfraquecimento dos movimentos socialistas no mundo criaram um cenário no qual as ideologias ligadas ao imperialismo tomaram força não apenas na grande mídia e nos aparelhos ideológicos do capitalismo, mas também no próprio pensamento crítico, que acabou sucumbindo aos referenciais neoliberais, muitas vezes travestidos por um caráter pseudoprogressista.

O entendimento de que a realidade é fruto de múltiplas determinações, conforme apresentado por Marx, não significa que todas têm o mesmo peso ou a mesma importância. As condições da produção material dos meios de sobrevivência fazem com que a determinação econômica seja a mais importante, sem cair em um economicismo vulgar. Assim, a contribuição da geografia no entendimento da realidade e sua preocupação com o espaço devem ser complementadas pelo entendimento específico da geografia econômica.

Um dos pontos centrais para o entendimento da geografia econômica tem sido a inter-relação entre a ciência geográfica e a economia política, passando pela história econômica. A preocupação dos geógrafos na tentativa de explicar a espacialização dos fenômenos econômicos não é um assunto novo para a geografia, mas que tomou novos rumos nos últimos tempos, principalmente no que se refere à tentativa de interpretação das transformações mundiais no âmbito econômico que levariam a uma perda de importância dos fatores geográficos como base interpretativa do mundo atual¹. Foi comum nos

1 O interessante texto de Claval (2005) mostra a evolução da Geografia Econômica e sua relação com a Economia. Para o autor o conhecimento da economia se desenvolveu pela observação do papel do espaço na vida econômica. Inicialmente se desenvolve a reflexão sobre os problemas da riqueza e da produção (concentração das atividades produtivas ao longo dos litorais, rios, canais etc), passando para

anos 1990, entre alguns teóricos, partir do pressuposto que, com a globalização, houve uma homogeneização dos lugares, dada pela supremacia do modo de produção capitalista, não havendo assim uma diferenciação do ponto de vista mais geral². Em outros casos, apresentou-se exatamente o oposto, ou seja, a dinâmica de organização espacial seria produzida pelas características locais, havendo, desse modo, um “localismo” exagerado. As duas escalas, local e global, são colocadas como as únicas matrizes explicativas da organização produtiva no âmbito da geografia, esquecendo-se muitas vezes das estratégias nacionais e do próprio movimento histórico que interliga essas escalas. Buscaremos questionar algumas dessas tendências, em especial o uso da globalização enquanto teoria explicativa, procurando demonstrar a importância da análise marxista na explicação da realidade.

A Geografia Econômica

Pierre George (1980, p. 1), em sua clássica obra *Geografia Econômica*, assim define o objeto da geografia econômica:

A Geografia Econômica tem por objeto o estudo das formas de produção e o da localização do consumo dos diferentes produtos no âmbito mundial. Por sua essência, é uma ciência humana ou, mais precisamente, uma ciência social, no sentido de que os processos de produção, de transporte e trocas, de transformação e de consumo dos produtos são resultantes de iniciativas humanas e as suas características, a sua eficiência, são devidas às formas de organização decorrentes do passado próprio a cada grupo humano.

A definição de Pierre George pode não ser a única ou a melhor caracterização do objeto da geografia econômica, mas nos traz dois pontos fundamentais para o entendimento da sua importância no âmbito da ciência geográfica: entendê-la como uma ciência social, pois os processos de produção são resultados das iniciativas humanas e ressaltar o fato de as características da produção serem fruto da forma de organização da época em que se produz, ou seja, as formas de produção possuem um caráter histórico.

Perceber a geografia como uma ciência e, portanto, como uma tentativa de desvelar o real leva-nos à necessidade de compreender o caráter histórico das formas de organização do espaço. O conceito de Modo de Produção, no qual

preocupações com a geração da riqueza, trocas comerciais, desenvolvimento desigual e, mais recentemente, da globalização e do papel dos lugares.

2 Textos como o de Ianni (1995) aprofundam essa discussão, mostrando as formas como foram apresentadas a globalização nos anos 1990.

estão inseridas as relações sociais de produção e as forças produtivas específicas, é a base para o entendimento das formas de organização da sociedade.

Aqui utilizaremos “organização do espaço”³ considerando-a como a expressão da produção material do homem, resultado de seu trabalho social, como foi apresentado por Corrêa (1986, p. 52):

O longo processo de organização e reorganização da sociedade deu-se concomitantemente à transformação da natureza primitiva em campos, cidades, estradas de ferro, minas, voçorocas, parques nacionais, shopping centers etc. Essas obras do homem são as suas marcas apresentando um determinado padrão de localização que é próprio a cada sociedade. Organizadas espacialmente, constituem o espaço do homem, a organização espacial da sociedade ou, simplesmente, o espaço geográfico.

Dessa forma, quando falamos na produção do espaço pelo homem da sociedade primitiva, baseada na caça e coleta, a produção de suas condições materiais de sobrevivência e a sua incessante luta contra a natureza são uma forma concreta de organização de seu espaço, diferentemente da organização do espaço do trabalhador assalariado sob o capitalismo, que possui outra relação com a natureza e a sociedade.

Assim, nossa concepção de organização do espaço está diretamente relacionada à ideia da materialidade da produção social baseada teoricamente no materialismo histórico, o que se fundamenta na análise de Armen Mamigonian (2005) da necessária relação entre a organização do espaço e a formação social. O Modo de Produção é uma abstração, um modelo de aproximação de certa realidade, que mostra as relações entre as estruturas econômicas e ideológicas, jurídicas e políticas. O conceito de Formação Social⁴, derivado dos Modos de Produção e de suas combinações, é o que nos embasa para a análise de uma sociedade concreta, uma realidade determinada. Destarte, a grande teoria explicativa da geografia seria a formação social ou a formação socioespacial, como denominada por Milton Santos (1977), e não a análise da organização espacial em si. De acordo com Mamigonian (2005), não é possível o entendimento da organização do espaço sem compreendermos a formação social.

O entendimento das diversas formas de organização da sociedade torna-se fundamental para compreender o processo de transformação do homem e de sua relação com o espaço. Produzir suas condições materiais de sobrevivência

3 Apesar de o termo “organização do espaço” ser questionado por alguns geógrafos, que o consideram como “resquícos” do positivismo, em específico pela ideia de ordem, em nosso entendimento, a ideia de organização do espaço é perfeitamente válida para a análise marxista, bastando deixar claro o que pretendemos dizer com tal ideia.

4 Para melhor explicitação dos conceitos de modo de produção e formação social, ver Fioravante (1978).

significa, em diferentes épocas, produzir suas relações sociais e sua relação com a natureza. A interpretação histórica do desenvolvimento dos modos de produção é fundamental para o entendimento desse aspecto da relação homem e natureza. Referida relação tem como categoria central o trabalho, pois o homem não apenas cria seus instrumentos de produção, mas esses instrumentos transformam o próprio homem⁵. As relações sociais estabelecidas no processo de trabalho e de organização social são os aspectos fundamentais para o entendimento da sociedade.

A necessidade da interlocução entre a geografia e a economia

A formação dos Estados-Nação nos séculos XV e XVI teve importância marcante na consolidação da burguesia mercantil que se expandiu mundialmente com característica de uma burguesia associada a um Estado. A expansão marítima comercial proporcionou, dessa forma, a descoberta de um novo mundo e a sua inserção à lógica de uma acumulação primitiva⁶.

O modo de produção feudal perdia sua importância, e as novas formas de produção, consolidadas com a Revolução Industrial do século XVIII, criavam condições para o surgimento de uma nova sociedade. A forma de trabalho, os meios de produção mais aperfeiçoados e o aumento da produtividade do trabalho com o uso da maquinaria moderna, trouxeram uma mudança significativa no modo com que a organização do espaço se manifestava de forma concreta.

O intenso processo de urbanização e a separação do homem de seus instrumentos de trabalho criaram condições para a formação de um movimento operário que produziria o seu pensamento crítico no século XIX. Assim como a burguesia produziu o pensamento liberal (anticlerical e antimercantilista) com o intuito de tirar suas amarras e poder livremente se desenvolver, o proletariado teria, com o socialismo científico de Marx e Engels, a criação de um pensamento próprio, vislumbrando uma sociedade na qual a exploração capitalista não mais existiria.

Um dos méritos de Marx foi fazer a crítica à Economia Política⁷, mostrando que parte dos economistas clássicos tinham contribuições com grande

5 Esse tema é bastante presente nas obras de Marx e Engels, aqui tomamos como base Marx (1988), Engels (1975) e Marx e Engels (2009).

6 Michel Beaud (1991) mostra a importância da pilhagem da América como forma de acumulação nos países europeus. A colonização não foi apenas o estabelecimento de relações de trocas, mas fundamentalmente uma relação do roubo, dado não só pela pilhagem direta dos metais preciosos dos impérios Asteca e Inca, mas também pela submissão desses povos à lógica da produção de bens para o comércio ultramarino europeu, além da escravidão africana em partes da América.

7 A obra de Marx é bastante vasta. Aqui nossas referências à crítica da economia política baseiam-se em sua obra mais madura, O Capital (Marx, 1988).

caráter científico, como o caso de A. Smith e D. Ricardo, e outros economistas eram apenas porta-vozes da ideologia burguesa, sem contribuições mais significativas, o que levou Marx a chamá-los de economistas vulgares (J. Mill, J. Stuart Mill, Malthus, etc.). Tal constatação é importante, pois o caráter ideológico da divulgação de ideias que justificam a sociedade como é vai ser um dos pontos fundamentais da manutenção da ordem social e, por conseguinte, das condições de produção.

Outra contribuição de Marx, e talvez a mais importante, é a demonstração do caráter fetichista da mercadoria. Ao produzir objetos que serão levados ao mercado com o intuito da troca, tal produção adquire um caráter de produção de mercadorias. Marx chama a atenção para o fato de, no processo de troca, existir uma aparência de que se está trocando apenas objetos e, na verdade, o que se faz é o estabelecimento de uma relação social. Mencionada troca só se efetiva porque a organização da sociedade capitalista radicaliza a divisão social do trabalho e obriga as pessoas a efetuarem trocas de quantidades de trabalho concretizadas na mercadoria. As mercadorias aparecem como se tivessem vida própria e não trabalho concretizado por meio de relações sociais estabelecidas⁸. O próprio Homem torna-se mercadoria, representada pela sua força de trabalho, é a inversão sujeito-predicado, o estranhamento ao trabalho e ao produto do trabalho.

Assim sendo, ao analisar o capital, Marx deixa claro que o capital é uma relação social. Nessa concepção, fica evidente que a opção em estudar a acumulação de capital e o próprio capital não é uma opção economicista, mas sim dialética, que leva em conta não apenas o avanço das forças produtivas, mas também as relações sociais de produção e sua manifestação na luta de classes. O estudo do capitalismo, conseqüentemente, não pode perder de vista a característica de estar vinculada a uma *forma específica* de produção ligada a *formas específicas* de relações sociais. A base da sociedade capitalista é a divisão social do trabalho e a separação entre o produtor e os meios de produção fazendo com que sua produção de excedente seja absorvida por uma classe proprietária dos meios de produção.

A divisão social do trabalho, radicalizada no capitalismo, tem sua manifestação espacial. Ao estudarmos a consolidação do capitalismo como modo de produção mundial, a transformação das diversas áreas do globo em pontos ligados do processo de acumulação torna-se primordial para o entendimento das diferenças na produção espacial dos diferentes locais. Compreender,

8 Marx (1988) faz a analogia de que a mercadoria cria vida própria. Uma mesa ao se transformar em mercadoria traz tal feitiço que seria menos assustador se ela dançasse sozinha. Toda a quantidade de trabalho e a relação social estabelecida no seu processo de produção desaparecem no mercado, daí o caráter fetichista que ele coloca.

portanto, a diferenciação dos espaços, incluindo suas características naturais e humanas, é um ponto fundamental para o entendimento da forma de inserção dos países em uma divisão social do trabalho radicalizada, que se manifesta territorialmente, levando a uma divisão internacional do trabalho.

Milton Santos (1978, p. 161-162) lembra que, ao utilizarmos o espaço como categoria de análise,

nosso enfoque é fundamentalmente baseado no fato de ser o espaço humano reconhecido, tal qual é, em qualquer que seja o período histórico, como um resultado da produção. O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. A promoção do homem animal a homem social deu-se quando ele começou a produzir. Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio.

Ou seja, entender o processo produtivo não é somente entendê-lo como forma de produção de mercadorias, mas também entendê-lo como forma de produção do espaço. Ao estudarmos o processo de acumulação de capital, torna-se necessário examinarmos como o capital se apropria do espaço, transformando-o em um de seus alicerces. Como apresentado anteriormente, a sociedade, ao produzir espaço, o produz de forma diferenciada e, portanto, ao apropriar-se desse espaço, o capital o faz de forma diferenciada. Dessa maneira, podemos trazer à tona outro conceito marxista de suma importância para a geografia econômica: o de Desenvolvimento Desigual e Combinado.

Desenvolvimento Desigual e Combinado: conceito fundamental para a geografia econômica

O conceito de desenvolvimento desigual e combinado é fundamental para o entendimento do processo de acumulação em nível mundial, pois o processo de desenvolvimento econômico se deu de forma desigual no globo. Alguns países tiveram seu desenvolvimento econômico marcado pelo desenvolvimento industrial clássico (Primeira Revolução Industrial), outros tiveram esse desenvolvimento posteriormente, aproveitando-se de suas características particulares de organização espacial e estratégias voltadas ao desenvolvimento, o que possibilitou a alguns deles superar as antigas potências econômicas líderes da primeira revolução industrial.

O desenvolvimento de alguns países que hoje estão no centro do sistema ocorreu com base em uma característica do atraso, isto é, uma economia ainda retardada do ponto de vista do desenvolvimento econômico. Esse

atraso, no entanto, possibilitou a “queima de etapas”, permitindo a superação do atraso por um intenso processo de acumulação que admitiu seu ingresso no centro do sistema.

O exemplo mais clássico é o dos Estados Unidos da América que, a partir da segunda metade do século XIX, teve o seu *take of* atingindo condições de produção que o levaram a liderar a Segunda Revolução Industrial e, já no início do século XX, a superar a produção industrial da grande potência da época, a Inglaterra. Outro caso marcante foi o do Japão, que também teve o seu *take of*⁹ após a Restauração Meiji, criando uma condição para uma industrialização marcada por uma forte participação do Estado e uma associação com os antigos senhores feudais. O Japão foi o caso mais marcante de um país que sai da periferia do sistema e chega à condição de disputa da liderança mundial capitalista com os Estados Unidos no fim do século XX¹⁰.

Uma das características do capitalismo em sua fase monopolista apresentada por Lênin é o fato de surgirem novas áreas que se desenvolvem mais rapidamente que as do capitalismo antigo, deixando assim um aspecto importante para explicarmos o surgimento das novas potências. Nas palavras de Lenin (1979, p. 124):

O capitalismo, no seu conjunto, desenvolve-se muito mais rapidamente do que dantes, mas tal desenvolvimento surge geralmente de forma desigual manifestando-se essa desigualdade de desenvolvimento principalmente através da decadência dos países ricos em capital.

A periferia do sistema igualmente é marcada por ritmos e períodos diferentes no seu desenvolvimento. Quando analisamos o desenvolvimento econômico do Brasil, Argentina e México, em comparação a outros países latino-americanos, podemos notar que o papel do Estado e do populismo como forma de organização político-social trouxe condições de um desenvolvimento diferenciado e em grande parte voltado a uma política industrializante.

O processo de acumulação de capital na periferia¹¹, contudo, não pode ser entendido como algo autóctone e individual, mas sim como algo ligado a

9 Não há consenso quanto ao período do *take of* japonês; no entanto, é inegável a importância da Renovação Meiji no processo de industrialização japonesa. Aqui utilizamos a análise de Mamigonian (1982) e Lima Sobrinho (1973) sobre o período da “arrancada” japonesa.

10 A esse respeito, vale a leitura do texto “Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista”, de Armen Mamigonian (1982), no qual apresenta algumas peculiaridades do desenvolvimento japonês e as características do desenvolvimento desigual e combinado que permitiram a esse país tornar-se uma grande potência econômica mundial.

11 É importante ressaltar o caráter histórico e dialético do desenvolvimento na periferia do sistema capitalista. A lei do movimento e as contradições existentes mostram que o papel da periferia não é algo imutável e estagnado; ao contrário, tem uma grande capacidade de responder à dinâmica do capitalismo, mudando o

uma lógica do sistema capitalista global. Assim sendo, por mais que o desenvolvimento se dê de forma desigual no espaço, o seu caráter combinado está presente nos diversos tipos de desenvolvimento econômico que presenciamos. Não é necessário reinventar a roda, o atraso pode trazer vantagens em relação ao fato de se poder “queimar etapas”. A atração de capitais de diversas partes do globo está ligada à possibilidade de uma melhor condição de sua reprodução. Como nos aponta Smith (1990, p. 212),

no embasamento do padrão existente de desenvolvimento desigual está a lógica e a tendência do capital em direção àquilo que chamaremos de movimento “em vaivém” do capital. Se a acumulação do capital acarreta o desenvolvimento geográfico e se a direção desse desenvolvimento é guiada pela taxa de lucro, então podemos pensar no mundo como uma “superfície de lucro” produzida pelo próprio capital, em três escalas separadas. O capital se move para onde a taxa de lucro é máxima (ou, pelo menos alta), e os seus movimentos são sincronizados com o ritmo da acumulação e crise. A mobilidade do capital acarreta o desenvolvimento de áreas com alta taxa de lucro e o subdesenvolvimento daquelas áreas onde se verifica baixa taxa de lucro.

Um dos aspectos importantes a ressaltar é a ida e vinda dos capitais criando esse espaço mundial de acumulação, e a possibilidade que as áreas menos desenvolvidas trazem para uma maior taxa de lucro¹². Vale lembrar que, por mais que as taxas de lucro sejam maiores, as massas de lucro serão menores; todavia, na busca da reprodução do capital, os capitalistas estarão atuando nos dois sentidos, o de uma procura de maiores taxas com menores massas e a busca de maiores taxas com massas de lucros menores. Desse modo, a importância da periferia do sistema torna-se marcante no processo de acumulação de capital, não só na sua função clássica de fornecedora de matérias-primas e consumidora de produtos manufaturados, mas, principalmente, como áreas de investimentos de capitais.

seu perfil e sua inserção na lógica capitalista vinda do centro do sistema. Rangel (1981), ao demonstrar que no Brasil (e em outros países da periferia) existe uma dualidade de modos de produção que se apresentam em relação ao interior do país e em sua relação com o exterior, evidencia uma dinâmica ligada à inserção da economia nacional às demandas internacionais ao mesmo tempo em que se tem uma dinâmica interna. Assim, a lógica do desenvolvimento está atrelada não apenas à inserção à Divisão Internacional do Trabalho, mas também a uma lógica interna, vinculada aos pactos de poder que, muitas vezes, podem ter um caráter progressista mesmo no seio de uma sociedade conservadora.

12 Marx (1988), no Livro Terceiro de O Capital, aponta a tendência à queda da taxa de lucro. Quanto maior a composição orgânica do capital, menor será a taxa de lucro e, como tendencialmente há um aumento da composição orgânica nos países mais desenvolvidos, a busca por uma taxa maior acaba levando capitais a se deslocarem para a periferia do sistema.

Acumulação de capital e geografia: por uma geografia do capital

Entender a geografia econômica mundial nos traz uma necessidade premente, a de estudar a espacialização dos fluxos de capital e o processo de acumulação nas diversas áreas do globo. Dessa forma, ressaltamos aqui a importância de entender esse processo no âmbito da geografia econômica.

Tal necessidade de estudar os fluxos de capital já é algo com que alguns geógrafos se preocupam há certo tempo. Vale lembrar as palavras irônicas de Pierre Monbeig (1957, p. 217) sobre a falta de estudos sobre uma geografia dos capitais:

Deixamos aos historiadores das ciências sociais ou aos sociólogos o cuidado de indagar o motivo pelo qual os geógrafos, respeitosos sem dúvida, medrosos provavelmente, detêm-se diante das portas da Bolsa. Entretanto, se dispomos de muitos bons estudos sobre a geografia da energia, do trigo, do minério ou das estradas de ferro, ainda não possuímos a geografia dos capitais.

Estudar uma geografia dos capitais é a forma com que podemos entender a lógica de sua reprodução em nível mundial e, assim, compreendermos o modo pelo qual a produção do espaço se dá globalmente. Tal lógica da acumulação é fundamental quando buscamos entender o processo de diferenciação das áreas, tema clássico da geografia, ou mesmo o processo de organização espacial tão caro aos geógrafos.

Da mesma forma que o estudo de outros fatores de produção tão comumente examinados na geografia, o estudo de uma geografia do capital é de fundamental importância para o entendimento da sociedade.

Um estudo mais amplo da geografia dos capitais nos daria bases para um melhor entendimento dos processos atuais ligados à ação mais aprofundada do processo de acumulação contemporânea. Entender os processos de acumulação mundial ligados à dinâmica espacial dos fluxos de capital nos fornece condições para a interpretação das relações entre as nações e mesmo das relações de classe internamente a cada país. Milton Santos (2003, p. 150) lembra com propriedade que

a distribuição geográfica do capital e a organização espacial que dela resulta passam sempre por uma dialética entre as diversas frações do capital. Mas a dialética essencial se situa entre as formas complexas e as formas elementares de uso do capital ou, dito de outra forma, entre atividades com alto coeficiente de capital e atividades com alto coeficiente de mão-de-obra. Quando se diz que a tendência do capital é investir sobre todo o território, é preciso acrescentar que se trata sobretudo do grande capital – os capitais novos – e isto direta ou indiretamente, seja através da produção, da distribuição ou do consumo.

Ora, estudar a ação do grande capital ou do pequeno capital e as formas com que ele vai agir no espaço é um ponto fundamental na união entre a geografia econômica e a economia. Tais preocupações, entretanto, nos últimos tempos têm se dado muito mais no âmbito da economia do que no da geografia. O abandono da interpretação dialética, em especial da ideia de totalidade, levou a uma análise fragmentada da realidade social: aos economistas coube a análise econômica, que muitas vezes cai em um economicismo ou em uma análise metafísica baseada em modelos; aos geógrafos coube uma análise social, desvinculada da economia e das características da produção e acumulação do capital, o que em geral empobrece bastante as análises.

Alguns geógrafos passaram a considerar qualquer menção ao econômico como uma visão economicista e apoloética da sociedade capitalista. Nessa visão, estudar o desenvolvimento econômico, acumulação de capital, organização da produção ou falar em planejamento econômico é apenas uma apologia à sociedade dominante, que não pensa na transformação social. A dialética entre avanço das forças produtivas e as relações de produção é ignorada nessa visão, entendendo-se apenas como objeto da geografia o estudo das relações de produção, como se as forças produtivas nada contribuíssem para a análise da sociedade¹³. Essa visão fragmentada impede muitas vezes uma análise mais coerente da realidade, levando em conta a importância de suas múltiplas determinações.

A análise marxista que procura a interpretação da totalidade oferece melhores condições de interpretar a relação entre a infraestrutura e a superestrutura social, quer dizer, entre a base econômica e a base jurídico-política-ideológica que a ela se relaciona. Não é a interpretação fundamentada em um simples reflexo entre uma e outra, mas sim da sua combinação dialética, que nos possibilita entender as ideologias sociais ligadas à dominação de classes, base do processo econômico na sua totalidade.

Essa compreensão teórica possibilita uma interpretação mais abrangente da organização do espaço sob o capitalismo. Dessa forma, estudar a geografia dos capitais nos proporciona, por exemplo, uma melhor interpretação do tema que nos foi tão caro no limiar do século XXI: a globalização.

13 Esse fato pode ser muito bem notado entre os diversos trabalhos no âmbito da geografia agrária, que muitas vezes abandona por completo a análise da produção, passando para análises mais ligadas à subjetividade dos “atores sociais”, sejam eles camponeses, agricultores familiares ou o “demoníaco” agronegócio. Nessa lógica, considera-se como exemplo de resistência ao capitalismo não a heroica resistência cubana nos tempos de neoliberalismo, mas sim a existência de feiras agroecológicas e de uma economia solidária (Marcos, 2008). Essas ideias de “resistência camponesa”, em parte travestidas de marxismo, têm sido dominantes nas análises da geografia agrária. No que diz respeito à crítica marxista à economia solidária, ver Germer (2006).

Globalização: a ideologia geográfica do neoliberalismo

O conceito de globalização surge no início dos anos 80, sendo popularizado nas obras de Porter e Ohmae, e passa a ser amplamente utilizado pela imprensa econômica fazendo parte do chamado “discurso neoliberal”. Segundo esses autores, o mundo que está nascendo é um mundo sem fronteiras, das grandes empresas sem nacionalidade. A globalização passa a ser apresentada como um processo benéfico e necessário. Seria ela a expressão das forças de mercado liberada dos entraves erguidos durante meio século (Chesnais, 1996, p. 23), combina a articulação ampliada dos territórios locais com a economia mundial, universaliza os valores e converge os modos de vida, para alguns é uma nova etapa do capitalismo¹⁴.

A globalização tornou-se em fins do século XX, um dos grandes temas da geografia econômica; afinal, o entendimento das peculiaridades das formações econômicas estaria ligado de forma direta ou indireta com a “nova” ordem mundial. Desde os seus apologistas aos críticos mais ácidos¹⁵, o tema globalização teve presença marcante no final do século XX.

Sem dúvida, depois dos reflexos da globalização, nos anos 2000, vários movimentos antiglobalização surgiram e muitas vezes mais críticas a respeito dos verdadeiros interesses ‘globalizantes’ tornaram-se mais ativas. Aqui se pretende fazer a crítica ao discurso predominante durante a década de 1990; sem inserir, portanto, as importantes contribuições vindas nos anos 2000.

Com o fim do Bloco Socialista e o grande avanço nas comunicações, passou-se a falar em uma nova característica da divisão internacional do trabalho que se apresentava no globo: a de uma integração cada vez maior entre os países que passavam a ter maior homogeneidade. Neste momento há um crescimento dos investimentos internacionais, e uma presença cada vez maior do papel das firmas transnacionais nas trocas internacionais e nas atividades econômicas dos países (Benko, 2002).

No cerne da globalização estava a ideia de uma “Fábrica Global”, que representaria uma transformação quantitativa e qualitativa do capitalismo para além das fronteiras, modificando todas as formas de organização social e técnica do trabalho. Seria o fim de qualquer fronteira para o capital, podendo-se articular capital, tecnologia, força de trabalho como nunca antes na história da humanidade (Ianni, 1995). Os países subdesenvolvidos tornaram-se um

14 Para uma melhor exposição dessas características ver o texto sintético de Benko (2002).

15 Aqui tomamos como base as críticas sobre a globalização feitas por vários autores, entre os quais destacamos: Mamigonian (2005), Ianni (1996), Santos (2000); Batista Jr. (1998); Hirst e Thompson (2001); Chesnais (1996), Chossudowsky (1999) entre outros; além dos autores clássicos sobre o imperialismo em especial Lenin (1979) e Bukharin (1988).

reservatório inesgotável de mão de obra, as operações fragmentadas poderiam ser realizadas em diversas partes do globo com um mínimo de esforço, pois seus trabalhadores poderiam adquirir a qualificação profissional em um curto período de tempo. As técnicas de transporte e comunicação criariam a possibilidade da produção parcial ou de mercadorias em qualquer parte do globo (Folker Frobel *apud* Ianni, 1995).

Uma das características mais utilizadas para apresentar a “nova” ordem, a da fábrica global, vinda com a globalização, era que a produção de uma mercadoria passava a ser feita em diversos países ao mesmo tempo. Apresenta-se o exemplo da produção de um carro japonês. O projeto técnico é feito no Japão, algumas peças são produzidas na Tailândia, outras na China e mais algumas na Coreia. Posteriormente, o conjunto dessas peças é transportado para o Brasil onde o carro é montado e vendido no mercado interno ou exportado com o financiamento de bancos europeus ou americanos¹⁶. Seria esta uma das grandes novidades trazidas pela globalização, não existir mais uma produção nacional, mas sim uma total internacionalização do capital produtivo. Tal exemplo, longe de ser uma ingênua exposição de curiosidades geográficas a respeito da produção, tem por trás a ideia da impossibilidade da adoção de políticas nacionais de desenvolvimento, dado não haver mais uma produção nacional.

Ao tornar-se moda, o termo ficou sendo uma das justificativas para todas as ações antinacionais adotadas nos anos 1990. A falta de políticas industriais, as privatizações, a abertura comercial, a desregulamentação e a desnacionalização das empresas privadas nacionais eram vinculadas diretamente aos tempos de globalização e, por consequência, deveriam ser feitas de qualquer forma, não havendo alternativas. A falta de uma análise crítica sobre esse momento possibilitou uma ação antinacional altamente destrutiva. Muito se escreveu na Geografia *sobre a* ou *com base na* globalização, mas em geral faltou mais obras com um viés mais crítico que pudesse desmitificar as falsas características que lhe eram atribuídas¹⁷.

16 Para lembrarmos como é antiga essa “novidade”, basta rememorarmos o caso muito semelhante do açúcar brasileiro produzido no período colonial. Os capitais holandeses eram aplicados por portugueses no nordeste brasileiro para o plantio da cana-de-açúcar com trabalho de escravos africanos. Os “engenheiros”, que dominavam a técnica da transformação da cana-de-açúcar em melado, eram tão raros e possuíam um conhecimento tão importante que se procurava ao máximo evitar que eles abandonassem o país ou fossem contratados por outros. Era a Holanda que transportava e vendia o açúcar na Europa, fazendo isso da forma mais econômica e rendendo os maiores lucros da época. Ver Moraes (2011).

17 Um dos primeiros geógrafos a apresentar ácidas críticas à globalização como uma teoria nova foi Armen Mamigonian, que, já no início dos anos 1990, enquanto vários geógrafos ainda estavam deslumbrados com a globalização, mostrava, com base em uma análise marxista, que esta nada mais era que a velha ideologia do imperialismo com uma roupagem diferente. Visões críticas apareceram mais rapidamente em outras ciências. Ver o interessante debate sobre o tema publicado pela revista Crítica Marxista, n. 3 (Ianni, 1996).

A globalização foi, em grande parte, adotada acriticamente por muitos geógrafos que se deslumbraram com a ideia de ela provocar a “desterritorialização e a reterritorialização das coisas, gentes e ideias” (Ianni, 1995, p. 18). Foi somente com a publicação do livro *Por uma Outra Globalização*, de Milton Santos, que se tornou mais divulgada ao “grande público geográfico” uma visão mais crítica em relação aos aspectos perversos da globalização. Até então, a crítica mais divulgada que se apresentava entre os geógrafos era a apresentada por Chesnais (1996), que propôs o uso do termo Mundialização do Capital no lugar de Globalização. No entanto, sua crítica, apesar de pertinente em muitos casos, acabou sendo, nas palavras de Mamigonian (2005) “muito açucarada”, não indo ao cerne da questão, que é apresentá-la como ação direta do imperialismo. No entendimento de Santos (2000), a globalização trouxe junto consigo uma verdadeira “fábrica de perversidades”. O desemprego crescente tornou-se crônico, a pobreza mundial aumentou, as classes médias perderam em qualidade de vida, a fome e as doenças propagaram-se em grande parte dos países pobres, a mortalidade infantil permaneceu alta, e a educação de qualidade é cada vez mais inacessível a grande parte da população global. Apesar de todos esses problemas ligados à “Globalização Perversa”, Santos busca apresentar a ideia do mundo global como possibilidade e assim a esperança de uma *outra* globalização, baseada em uma verdadeira união dos povos.

No estudo acerca das características apresentadas da globalização, a geografia econômica (e particularmente o estudo da geografia dos capitais) pode trazer contribuições fundamentais para o seu entendimento. Grande parte das características apresentadas como a de uma “nova” organização mundial era em grande parte já percebida desde o fim do século XIX como, por exemplo, a característica de um liberalismo globalizado, conforme ressalta Amim (2001, p. 181):

As promessas do liberalismo globalizado, tais como apregoados à época, por algum tempo parecem se concretizar – durante a belle époque. Após 1896, o crescimento foi retomado nas novas bases da segunda Revolução Industrial, dos oligopólios e da globalização financeira. Essa ‘saída da crise’ foi suficiente apenas para convencer os ideólogos orgânicos do capitalismo – os novos economistas – mas também para abalar o atônito movimento trabalhista.

Ou seja, já nesse período, o fim do século XIX, uma tendência a ‘globalizar’ o liberalismo se mostrava presente como tentativa de controle das massas e como apologia ao sistema capitalista. O novo do liberalismo global, portanto, não se apresenta como a característica apenas do fim do século XX, mas também do XIX.

Outra característica apresentada quanto à globalização é o fato do predomínio do capital financeiro. Ora, o capital financeiro já é considerado como predominante desde o fim do século XIX, o que de fato se apresenta é apenas a sua aceleração e uma visualização mais fácil de sua ação. Já nos apontava Lenin (1979, p. 81) no início do século XX que

o capital financeiro é um fato, poderíamos dizer, tão poderoso, tão decisivo, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina, efetivamente, até mesmo Estados que gozam de uma completa independência política. Em breve, veremos exemplos disto. Porém, naturalmente aquilo que dá ao capital financeiro as maiores “comodidades” e as maiores vantagens é uma submissão tal, que implica para os países e povos em sua causa a perda da sua independência política. A este respeito, os países semi-coloniais constituem casos típicos, na medida em que são uma solução ‘intermédia’. Compreende-se que a luta em torno destes países semi-subjugados se agravasse particularmente na época do capital financeiro, quando o resto do mundo já estava partilhado.

A característica apresentada por Lênin é fundamental para o entendimento da forma com que se dá a divisão territorial do trabalho em nível mundial. Estudar a relação entre as nações imperialistas e suas colônias ou semicolônias no âmbito do processo global de acumulação capitalista dá elementos suficientes para entender o que vem se chamando de globalização.

A globalização enquanto teoria explicativa do mundo atual é frágil¹⁸, há um forte caráter ideológico ao apresentar como novas características já há muito tempo conhecidas ou apresentar coisas inexistentes como se fossem novidades, como nos apresentam Hirst e Thompson (2001, p. 21):

Só é possível chamar o impacto político da “globalização” de patologia das expectativas ultra-rebaixadas. Muitos analistas e políticos entusiastas foram além da evidência ao superestimarem tanto a extensão da dominação dos mercados mundiais como sua ingovernabilidade. Sendo assim, devemos procurar quebrar o feitiço desse mito incômodo. A velha explicação racionalista dos mitos primitivos é de que eram um modo de mascarar e compensar o desamparo da humanidade diante do poder da natureza. Neste caso, temos um mito que exagera o grau de nosso desamparo diante das formações

18 Soares (1996) nos apresenta que uma ideia ou teoria é nova quando repensa processos sociais antigos ou quando recorre a antigas abordagens e noções para caracterizar processos emergentes. A globalização não se constitui, então, como uma teoria, as possibilidades explicativas a que ela se propõe já haviam sido dadas pelos clássicos do imperialismo (Bukharin, Lênin, Hilferding etc.). O uso da globalização como crítica ao capitalismo é redundante e cai em plágio. A novidade é o seu uso para o elogio da modernidade distorcendo as teses clássicas, ou seja, mostrando a fase de decomposição do capitalismo como se fosse a fase de melhor desenvolvimento.

econômicas contemporâneas. Se as relações econômicas são mais governáveis (nos dois níveis, o nacional e o internacional) do que muitos analistas contemporâneos supõem, então deveríamos explorar a escala e o alcance possível dessa governabilidade.

Aqui trouxemos tal discussão por considerá-la como um exemplo fundamental da forma como a geografia, no uso do espaço como categoria analítica, pode contribuir no estudo dos fenômenos mais recentes de interpretação econômica. Como nos colocou Hirst e Thompson, a utilização da globalização como um mito é de interesse daqueles que querem uma explicação a-histórica de tal processo. Assim, podemos chamar a globalização de uma ideologia geográfica, no sentido de mascarar a real organização espacial baseada nos interesses de nações e classes dominantes como se fosse a configuração de um novo espaço sem diferenças e conflitos.

Apresentar como novo o que já existe há tempos, ou inventar características inexistentes para a sociedade, como por exemplo, o fim do Estado Nação, o fim das fronteiras ou a transnacionalização da economia, foi a forma ideológica do imperialismo de esconder suas verdadeiras ações. Os Estados centrais nunca estiveram tão fortes; suas ações econômicas e mesmo militares foram marcantes nos anos 1990.

O que de fato se escondia era a ação do imperialismo americano que transformou a periferia do sistema em sua fonte de produção e o sustento do seu imenso déficit comercial usado como estratégia para a saída da crise dos anos 1970. Desse modo, foi a mudança nos fluxos de capitais que passaram a ser canalizados para os EUA por meio de uma estratégia de desregulação financeira e de uma ação concreta ainda no governo Reagan de destruir a URSS¹⁹ que possibilitaram a ação unipolar do imperialismo americano nos anos 1990.

Ressalta-se o caráter puramente ideológico do termo globalização, lembrando-nos das palavras de John K. Galbraith (*apud* Barbosa, 1998): “*Globalização não é um conceito sério. Nós, americanos, o inventamos para dissimular nossa política de entrada nos outros países*”. A ideologia da globalização e do neoliberalismo foi uma das estratégias usada para a retomada da hegemonia americana²⁰ abalada pela crise dos anos 1970.

19 Aliás, houve um grande silêncio entre os geógrafos a respeito do impacto do neoliberalismo na ex-URSS e no Leste Europeu. O anticomunismo presente, seja do viés anarquista, seja do viés neoliberal, faz com que esse tema seja praticamente esquecido ao se falar nos ex-países socialistas. O interessante *El Libro Blanco de Rusia: las reformas neoliberales (1991-2004)*, de Batchikov, Glasev y Kara-Murza (2007), apresenta dados que demonstram como foi caótica a década de 1990 para os países ‘em transição’ do antigo bloco socialista.

20 Sobre a retomada da hegemonia americana ver Beluzzo (2009).

Mamigonian (2005) ao falar sobre a globalização nos coloca a dimensão do seu uso ideológico. Ao apresentar a ideia de “maquiagem de expressões”, relacionando-a ao neoliberalismo presente nos anos 1990, o autor toca no ponto fundamental da análise da dinâmica do capitalismo e de sua manifestação ideológica. Romper com tal ideologia e explicitar que globalização e neoliberalismo são faces da mesma moeda torna-se necessário para o entendimento do que foram as mudanças na geografia mundial do final do século XX.

O conceito fundamental a ser trabalhado é o da internacionalização do capital, ocorrida muito tempo antes do termo “globalização” ter se tornado moda. O que de fato se apresentou no fim do século XX foi uma nova forma de ação do imperialismo, já apresentado por Lenin e Bukharin no início do século XX. Globalização e neoliberalismo foram as formas encontradas para o centro do sistema tentar superar sua crise cíclica, a da “fase b” do 4º Kondratieff, marcada pela crise do petróleo de 1973. Globalização nada mais é que a necessidade ideológica de apresentar como natural as ações cada vez mais agressivas do imperialismo mundial para reverter a tendência à queda da taxa de lucro.

Ao se desvincular o capitalismo de sua história e entender os aspectos ideológicos como reais, toma-se a globalização como fato e não como ideologia auxiliar do neoliberalismo e do imperialismo. Ao findar os anos 2000, com a crise do modelo desregulamentado do capital, tem-se a impressão de que algo novo está ocorrendo, e a análise da crise é apresentada como novidade. Mesmo no âmbito do marxismo, algumas análises pecam por abandonar uma análise histórica mais consequente.

Considerações finais

O espaço como categoria de análise e, principalmente, a organização do espaço como categoria da geografia econômica remete-nos à necessidade de levar em conta uma análise do processo de reprodução capitalista e dos fluxos de capitais como maneira de compreensão das formações sociais que estudamos.

Analisar os diferentes aspectos do espaço e de sua produção nos diversos modos de produção da vida material é uma necessidade para podermos compreender o processo da vida social. No mundo atual, onde predomina o capitalismo monopolista, os fluxos financeiros submetem os países a uma nova lógica da divisão territorial do trabalho na qual mesmo países formalmente independentes acabam tendo grande parte da sua soberania entregue às necessidades de acumulação predominantemente financeiras (para utilizar o termo cunhado por Chesnais). Compreender a organização do espaço nessa ótica significa entendê-lo em suas formas desiguais de desenvolvimento.

O desenvolvimento desigual e combinado também é uma categoria fundamental no entendimento das relações mundiais hoje e, por conseguinte, levá-la em conta é um procedimento necessário para os estudos de geografia econômica. Derrubar mitos, contrapor teorias, verificar a síntese das múltiplas determinações que estão presentes no espaço geográfico é um instrumental fundamental para podermos compreender a realidade que estudamos.

Globalização e neoliberalismo são faces da mesma moeda, tempos diferentes que levam a uma interpretação do verdadeiro fenômeno global, o imperialismo como fase superior do capitalismo e os movimentos do capital como força-chave da ação das potências atuais. A criação de ideologias sociais que mascaram a realidade é uma das formas de atuação da classe dominante em nível mundial, desmobilizar os trabalhadores é um dos aspectos necessários para o domínio do capital. Ressalta-se mais uma vez a necessidade da interpretação da dialética entre forças produtivas (movimentos gerais do capital) e relações de produção (suas manifestações ideológicas), o que nos permite uma análise mais consequente da geografia econômica mundial.

O abandono do marxismo em algumas análises acaba por levar a uma falta de compromisso social mais consequente, transformando ideologias em verdades inquestionáveis, modismos em pseudoanálise científica. A contrarrevolução neoliberal foi muito pouco estudada, seu impacto na divisão internacional de trabalho, nos fluxos de capitais e na organização do espaço mundial carece de melhores interpretações, mais consequentes e menos anticomunistas.

O anticomunismo como ideologia acabou levando a uma análise maniqueísta das mudanças ocorridas nos anos 1990. Comemorou-se tanto o fim do socialismo que se esqueceu de perceber o que foi colocado em seu lugar. O mundo pós-derrubada do muro de Berlim não se tornou um mundo melhor, nem para os países do Leste, nem para o mundo ocidental, que passou a não ter um contraponto para o neoliberalismo e a hegemonia norte-americana.

REFERÊNCIAS

AMIM, S. A economia política do século XX. *In*: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS M.; ABRAMOVAY, R.(org) **Razões e Ficções do Desenvolvimento** São Paulo: Edusp/Unesp, 2001. p. 179-195.

BARBOSA, W. N. Globalização: uma péssima parceria. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.12, n. 3, p. 79-88, 1998.

BATCHIKOV, S.; GLASEV, S. y KARA-MURZA, S. **El libro blanco de Rusia**: las reformas neoliberales (1991-2004). Madrid: El Viejo Topo, 2007.

BATISTA JR. P. N. Mitos da Globalização. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 32, p. 125-186, jan./abr. 1998.

BEAUD, M. **História do Capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

BELUZZO, L. G. **Os antecedentes da tormenta**: origens da crise global. São Paulo:Ed. Unesp, 2009.

BENKO, G. Mundialização da economia, metropolização do mundo. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 15, p. 45-54, 2002.

BUKHARIN, N. **A Economia Mundial e o Imperialismo**. Nova cultural, 1988.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, M. **A Globalização da Pobreza**: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

CLAVAL, P. Geografia Econômica e Economia. **GeoTextos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 11-27, 2005.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em Homem. *In*: MARX, K. ; ENGELS, F. **Textos**. São Paulo:Edições Sociais, 1975.

FIORAVANTE, E. Modo de produção, formação social e processo de trabalho. *In: GEBRAN, P. (org) Conceito de modo de produção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 31-45.

GEORGE, P. **Geografia Econômica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1980.

GERMER, C. M. A “economia solidária”: uma crítica marxista. **Outubro, Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, n. 14, p. 193-214, 2. sem 2006.

HIRST, P. ; THOMPSON, G. **Globalização em Questão**. São Paulo: Vozes, 2001.

IANNI, O. *et al.* Debate: Imperialismo e Globalização. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo, v. 1, n. 3, p. 129-155, 1996.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1995. p. 13-24.

LENIN, V. I. **Imperialismo fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global Editora, 1979.

LIMA SOBRINHO, B. **Japão: o capital se faz em casa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

MAMIGONIAN, A. Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista, **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 1, n. 2, 1982.

MAMIGONIAN, A. **Estudos de Geografia Econômica e de Pensamento Geográfico**. (Livre Docência em Geografia): FFLCH-USP, 2005.

MARCOS, V. Agricultura e mercados: impasses e perspectivas para o agro-negócio e a produção camponesa no campo latino-americano. *In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. Campesinato e Território em Disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- MARX, K. O Capital. **Os Economistas**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MONBEIG, P. **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Difel, 1957.
- MORAES, J. Q. O marxismo e os impasses do capitalismo contemporâneo. *In*: BRAGA, S. *et al.* **Marxismo & Ciências Humanas: leituras sobre o capitalismo num contexto de crise**. Curitiba: SCHLA/UFPR, 2011. pp. 27-41.
- RANGEL, I. História da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 5-34, out./dez. 1981.
- SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, p. 81-99, jun. 1977.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica São Paulo:Hucitec, 1978.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. SP-RJ: Record, 2000.
- SANTOS, M. **Economia Espacial**. São Paulo: Edusp, 2003.
- SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- SOARES, P.T.P.S. Imperialismo ou Globalização? **Revista Crítica Marxista**. São Paulo, v. 1, n. 3, p. 146-148, 1996.

AS BASES TEÓRICAS PARA ANÁLISE DO PAPEL DO CAPITAL FINANCEIRO NA AGRICULTURA

Marlon Clovis Medeiros

Introdução

O objetivo do presente artigo é discutir as bases teóricas para a análise da dinâmica geral do capital financeiro na agricultura em seu estágio atual. Para isto, realiza-se um estudo teórico e bibliográfico, discutindo o método de análise e a dinâmica geral do capitalismo na agricultura, as características do capitalismo monopolista em Lenin e de como esta explica em linhas gerais a dinâmica atual do capital financeiro na agricultura. Em seguida destacamos os principais autores referência para a discussão do tema no Brasil, e por último exemplificamos o caso concreto brasileiro nas últimas décadas a partir do referencial do capital financeiro.

Nosso argumento central é o de que a teoria do capital financeiro-monopolista de Lenin é a base principal. Lenin (2011) apontou um século atrás como o capitalismo dos grandes monopólios havia se tornado dominante, relegando a concorrência a segundo plano. Argumentou que o motor deste novo período é a união do capital bancário com os grandes grupos industriais, originando o capital financeiro, que paulatinamente se torna dominante¹.

O processo de domínio do capital financeiro sobre os demais setores avançou no século XX, com a crescente centralização do capital, a concorrência imperialista, as guerras mundiais, as crises econômicas e a exportação de capital. O capital financeiro, como forma mais abstrata do capital em geral, assumiu papéis cada vez mais dominantes no desenrolar das atividades econômicas em geral, e na agricultura-pecuária em particular.

A última década do século XX e a primeira do século XXI viram o papel do capital financeiro avançar sobre a agricultura de forma muito mais intensa do que imaginavam os analistas de então. Sob o capital financeiro o mercado de capitais torna-se mais importante que o de mercadorias, e a antecipação

1 Outros autores importantes estudaram o Imperialismo no mesmo período como Hobson, Hilferding, Rosa Luxemburgo, Bukharin e Kautsky entre outros. Aqui trabalhamos com Lenin pois este recupera a análise econômica do capital financeiro presente em Hilferding e Hobson mas as enriquece com a análise do papel do Estado, da luta de classes e da exploração entre os países.

dos investimentos à produção real se aprofunda. As bolsas de mercadorias e futuros são o ponto alto desta dinâmica, pois ao mesmo tempo se tornaram fonte de recursos para as grandes *tradings* agropecuárias, local privilegiado de investimento para especuladores e fundos, e reguladoras dos preços internacionais de commodities agrícolas.

A questão central abordada aqui é a dinâmica geral do processo, para além das diferenças entre regiões e países. Estas diferenças são profundas e significativas, em termos de estruturas produtivas, de relações de produção, de grupos sociais, de condições naturais entre outras. No entanto, a questão central é o avanço do capital e de suas relações, não obstante a *aparente* permanência de relações tradicionais. As fusões de capital reduziram as diferenças setoriais, criando imensos conglomerados que atuam ao mesmo tempo em todas as esferas ligadas ao agro: financiamento, comércio internacional de commodities, produção de insumos, pesquisa biotecnológica, industrialização de produtos agropecuários entre outras.

O debate sobre os complexos agroindustriais enfatizava as ligações inter-setoriais da indústria e da agroindústria com a agricultura, sob domínio do capital industrial. Nesta dinâmica, o capital financeiro representava um papel funcional, de alavancar a acumulação industrial baseada na produção real².

A partir do momento em que o capital financeiro amplia sua atuação e se torna dominante, nos anos 1990, outros aspectos se tornam importantes: a dinâmica de fusões e aquisições da agroindústria e indústria de alimentos, a desnacionalização do setor no Brasil, a relação entre a economia brasileira e o financiamento da agricultura, os novos mecanismos de financiamento privados, a dinâmica regional dos investimentos na agricultura, o papel das bolsas de mercadorias e futuros, o domínio dos grandes grupos internacionais na biotecnologia, entre outros.

Como ponto em comum entre estes temas, encontra-se a dinâmica do capital financeiro na agricultura, financiando, unificando setores e empresas, centralizando o comando e a propriedade dos setores relacionados, como a produção de insumos e de maquinários, e a industrialização de produtos agropecuários, entre outros. Este ponto se mostrou o que menos tem sido estudado por pesquisadores das mais diversas áreas, mas com crescente interesse nos anos recentes.

Uma grande parte dos estudos sobre a questão agrária e a agricultura, nas últimas décadas, preocupou-se em demasia com as especificidades regionais e

2 Merecem destaque neste debate os trabalhos de Guimarães (1982), Muller (1989), Delgado (1985) e Graziano da Silva (1996). O trabalho de Delgado avançou com relação aos demais, por já apontar como o capital financeiro era dominante na dinâmica dos complexos agroindustriais, e que o próprio capital agroindustrial estava sujeito a uma dinâmica maior.

locais, relegando a segundo plano a importância de uma dinâmica geral. Por outro lado, diversos geógrafos veem, desde os anos 1990, abordando outras questões como as relações do setor agropecuário com a economia em geral e a política econômica, o papel dos grandes grupos na agroindústria, as fusões e aquisições de empresas, a desnacionalização do setor agropecuário brasileiro e as inovações tecnológicas na agricultura como Espíndola (2002), Sampaio (2003), Hespanhol (1996), Correa (2012), Medeiros (2014 e 2015), Santos (2012), Oliveira (2015) entre outros. Estes trabalhos avançaram na análise do setor agropecuário como elemento da dinâmica econômica em geral, e não como um ramo isolado em si³.

Pesquisadores como Dicken (2010) e Ziegler (2013) também inseriram a dinâmica da agricultura e indústria de alimentos na discussão geral do capital financeiro, rompendo com a visão setorial isolada. Numerosos trabalhos em geografia econômica têm enfatizado a circulação internacional do capital financeiro, e seu papel no controle e interconexão de setores, cadeias de produção e regiões, como Dicken (2011); Mackinnon, Kumbers (2019); Clark, Feldman, Gertler (2000); Coe, Kelly, Yeung (2020); Barnes, Peck, Sheppard, Tickell (2004).

O artigo está organizado da seguinte maneira: inicialmente discutiremos o método de análise e a dinâmica geral do capitalismo na agricultura, resgatando autores clássicos, na segunda parte discutimos as características do capitalismo monopolista conforme apresentado por Lenin e de como este explica em linhas gerais a dinâmica do capital financeiro na agricultura atualmente. Na terceira parte discutimos a dinâmica recente do capital financeiro na agricultura brasileira.

Capitalismo e agricultura: as bases teóricas clássicas

O ponto de partida para o estudo do capital financeiro da agricultura embasado em Lenin, não poderia ser outro, senão uma consideração sobre o método e as leis gerais de desenvolvimento do capitalismo em Marx (1984 e 2011).

O processo de acumulação de capital, intensificado com o surgimento da indústria mecanizada (a grande indústria para Marx) apresentava diferente dinâmica na agricultura, mas esta não estava livre das pressões do processo geral de desenvolvimento. Três indicações de Marx (1984) são centrais na análise deste ponto acerca do papel do capital financeiro como elemento do movimento geral de transformação da agricultura a partir do avanço do capitalismo. Primeiramente, Marx aponta que a renda da terra se torna uma categoria

3 É preciso ressaltar que Monbeig (1957) já apontava explicitamente para a importância da geografia incorporar o capital financeiro como elemento central da transformação dos espaços e da agricultura.

secundária, subordinada ao capital como elemento determinante da produção. No entanto, Marx aponta que a renda da terra não desaparece, mas passa a ter diferente papel. Assim, diversas relações e classes do mundo rural permanecem à medida que o capitalismo avança, mas com diferenças ou completamente desfiguradas. O desenvolvimento do capitalismo transforma as relações de produção e de propriedade anteriores, e suas respectivas classes, retirando seu protagonismo, e sujeitando-as a novo conjunto de relações. Progressivamente mudam os lugares que cada classe ocupa nas múltiplas determinações.

Em segundo lugar, pelo avanço da divisão social do trabalho em inúmeros sub-ramos, paulatinamente a agricultura deixa de ser um mundo a parte, repleto de relações próprias, para se tornar um setor especializado da indústria. Além disso é preciso enfatizar, setor subordinado.

Em terceiro lugar, Marx aponta como o capital comercial cria, primeiramente como ramo auxiliar da acumulação industrial, o capital de empréstimo de dinheiro, responsável pelo adiantamento de recursos para a realização de investimentos e para as várias atividades do ciclo de rotação do capital. Este capital paulatinamente se transforma em ramo a parte na acumulação, com interesses próprios, sediado nos bancos e nas bolsas de valores⁴.

É neste âmbito, de amadurecimento do capitalismo, que se torna o capital monopolista, que Lenin (2011) aponta a grande chave para o entendimento da agricultura moderna: o capital financeiro se torna o elemento impulsionador da dinâmica entre os setores produtivos e os grandes grupos econômicos, a tal ponto que as maquinações financeiras e as grandes fusões de capitais se tornam o principal elemento de funcionamento do sistema.

O imperialismo abre a época de gigantesca centralização do capital como característica fundamental do capitalismo, não como fenômeno isolado ou setorial. As fusões de capital e os conglomerados integrados multisetoriais tornam-se características normais dos grandes grupos econômicos.

As características principais do novo período, segundo Lenin são:

- 1) União dos grupos monopolistas e do Estado;
- 2) As exportações de capital superam as exportações de mercadorias na economia dos países dominantes gerando “superlucros extras”;
- 3) O capital financeiro é o resultado da união dos grandes grupos monopolistas com os bancos- as maquinações financeiras tornam-se mais lucrativas que a produção real;
- 4) Ocorre a partilha do mundo entre os países mais ricos com a formação de Estados-rentistas;

4 Marx aponta como o próprio mercado de ações de empresas surge da troca de títulos e promissórias entre a indústria e o comércio, como um mercado de adiantamento de recursos e de transferência de dívidas, fundamental ao funcionamento das atividades mercantis. No segundo momento, o mercado de capitais tem uma dinâmica própria que se tornou mais profunda e complexa em todo o último século.

5) Ocorre a partilha do mercado mundial entre grupos monopolistas (aço, petróleo, bancos, energia);

6) Se inicia o período a era das guerras interimperialistas e das revoluções;

O século XX marca o aprofundamento de todas estas dinâmicas, especialmente dos anos 1990, com o processo de financeirização e expansão internacional dos grandes grupos monopolistas. O processo foi de amadurecimento do capitalismo monopolista tal como apresentado por Lenin.

Capitalismo monopolista e capital financeiro

As características atuais do desenvolvimento mundial marcadas pela fusão de capitais intersetoriais remetem diretamente a Lenin. Seus escritos do início do século XX apontaram a nova dinâmica mundial, com o fim do capitalismo concorrencial e o início do capitalismo monopolista-imperialismo.

No imperialismo o expansionismo dos países centrais manifesta-se primordialmente pela exportação de capitais. As exportações de mercadorias se tornam secundárias para estes países. É o período em que o capital financeiro, fruto da união do capital bancário com os grandes grupos monopolistas assume papel central na economia. Especialmente após a grande crise de 1873.

A crise marca a ascensão de novas potências, como Estados Unidos, Alemanha e Japão, a partir dos novos setores da segunda revolução industrial. Os novos setores exigem grande volume de capital e estruturas produtivas financiadas, o que eleva as escalas de produção. Assim surgem novas estruturas empresariais de grandes grupos industriais associados a grandes bancos, os únicos com capacidade financeira e gerencial para a empreitada.

A consequência da mudança para Lenin, é o fim da concorrência como norma geral do capitalismo, e o início do monopólio, no qual criam-se associações de empresas gigantescas que chegam ao ponto de partilhar, por contrato as fontes de matérias-primas de vários países do mundo todo: “Monopoliza-se a mão de bra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros; as vias e meios de comunicação - as linhas férreas na América e as companhias de navegação na Europa e na América – estão nas mãos dos monopólios” (Lenin, 2011, p. 131).

Na economia de monopólios, a capacidade tecnológica e os preços passam a segundo plano na dinâmica da concorrência. Os contratos passam a regular o acesso aos mercados e as matérias-primas, ao passo que a capacidade financeira regula a própria estrutura de mercado e o nível de concentração e centralização do capital.

O capital financeiro impulsiona por um lado o desenvolvimento de inovações nos grandes grupos, e por outro, a compra de inovações realizadas por pequenas empresas ou cientistas isoladamente. A difusão não existe mais sem

os monopólios. Assim, a inovação tecnológica passa a ser função da capacidade financeira. Ou seja, a tecnologia não é o diferencial competitivo, mas uma consequência do verdadeiro diferencial, que é a associação banco-indústria⁵.

Os monopólios levam ao período histórico de imensas e crescentes fusões de capital e internacionalização do capital financeiro. As exportações de capital se tornam mais importantes do que a exportação de mercadorias para os grandes grupos e para os países imperialistas.

O processo de monopolização avançou ao longo do século XX e a centralização do capital se reforçou a cada grande crise cíclica. As inovações técnicas permitiram o avanço dos grandes monopólios também na agricultura, que a princípio eram insipientes. O processo que se iniciou de maneira localizada especialmente nos Estados Unidos e na Alemanha em fins do século XIX, paulatinamente se expandiu para inúmeros países.

A incorporação da ciência na produção de sementes, insumos e maquinários permitiu, por um lado, o progressivo controle sobre matérias-primas que antes dependiam das forças naturais e um extraordinário aumento da produtividade do trabalho agrícola, por outro, crescentes necessidades de recursos financeiros para investimentos por parte dos agricultores. Estas duas situações se relacionam à dinâmica financeira-monopólica, pois aos poucos, os grupos que produzem insumos e equipamentos, financiam o produtor e vendem a produção agrícola no mercado mundial se tornam os mesmos.

A integração técnica intersetorial e a integração de capitais avançaram sobremaneira inserindo a agricultura numa imensa divisão social do trabalho. Assim, o trabalho propriamente agrícola - aquele realizado dentro do estabelecimento rural - tornou-se responsável por apenas uma pequena parte do produto agrícola total. O capital financeiro, nas suas diversas formas se tornou o elemento central e dominante. Tanto o estabelecimento industrial isolado, quanto o estabelecimento agrícola não decidem mais o seu destino pela sua própria força ou pela concorrência.

O mecanismo do crédito se tornou o grande veículo da vitória capitalismo no campo, sem realizar necessariamente, expropriação ou avanço do assalariamento em todos os estabelecimentos. O longo processo de modernização da agricultura impulsionado pela II Revolução Industrial vem constituindo amplas cadeias produtivas agroindustriais que hoje possuem alcance mundial. O motor

5 Até mesmo Joseph Schumpeter, considerado o "pai" da escola de economia da inovação industrial, reconheceu isto explicitamente em seu livro "Capitalismo, Socialismo e Democracia" de 1942. No capítulo *Práticas Monopolistas* aborda como os contratos passam a regular a inovação e a difusão de tecnologias. Ao ponto no qual os grupos com maior poder de mercado podem inclusive impedir que grupos menores realizem grandes mudanças que alterem o estado de coisas vigente. Ainda assim, a literatura neo-schumpeteriana continua a insistir na centralidade da tecnologia na dinâmica dos grupos.

deste processo foi o próprio capitalismo monopolista e sua característica de exportação de capitais. Assim, se constitui um mercado mundial dos complexos agroindustriais, para muito além da circulação de produtos agropecuários entre regiões produtoras e regiões consumidoras. A dinâmica abrange a circulação de insumos, de máquinas e equipamentos, de produção agropecuária, de sua industrialização e nova circulação, dos financiamentos e títulos.

A partir dos anos 1990, se acentua a influência do capital financeiro na agricultura mundial, por um lado pela imensa centralização do capital em torno dos complexos agroindustriais produtores de insumos-equipamentos-defensivos-produtos agrícolas na forma de grandes conglomerados industriais-financeiros internacionais. E por outro pelo crescimento do papel das bolsas de mercadorias e futuros no financiamento da produção e da exportação de produtos agrícolas. Isto foi fruto da pressão dos países desenvolvidos sobre os demais países para que estes abrissem seus mercados, para ampliar a dinâmica de exportação de capitais. Isto levou a ampliação da escala dos grupos agroindustriais-financeiros via fusões e via financiamento pelas tradings dos produtores em países como o Brasil.

Com o estouro das bolhas financeiras na década de 1990 ocorreu migração de grande volume de capital para aplicações em commodities tradicionais, especialmente as energéticas e as agrícolas, que oferecem mais estabilidade. Ao lado disto, o crescimento chinês estimulou o mercado mundial destas commodities. Como resultado, a dinâmica financeira se tornou o elo de ligação entre as cadeias produtivas mundiais de produtos agrícolas, desde a produção primária, à produção de equipamentos e insumos, à circulação de produção e a abertura de novos campos de investimentos via bolsas de mercadorias e futuros. Assim o elemento financeiro se apropriou da dinâmica agrícola, impondo sua própria lógica. A própria oscilação de safras e de preços agrícolas passa a ser regida pela expectativa dos investimentos financeiros nos papéis agropecuários.

O “novo” capital financeiro na agricultura brasileira

A partir dos anos 1990 inicia-se uma nova dinâmica do capital financeiro na agricultura brasileira, a qual vai muito além do mecanismo de financiamento que dominou as atenções dos pesquisadores nos anos 1980 e 1990. Esta ocorre a partir da contínua expansão do mercado de capitais e dos grandes grupos internacionais de comércio e produção de insumos e de produtos agrícolas, de financiamento e de biotecnologia, alavancados pela ampliação da circulação de títulos financeiros agropecuários e pelas bolsas de mercadorias.

Antes, porém, é necessário explicar rapidamente, o que chamaremos de dinâmica “tradicional” do capital financeiro no agro brasileiro. Em diversos de seus textos sobre a agricultura e questão agrária, Rangel (1986 e 2005)

afirmava que a questão da terra era financeira. O monopólio da terra se mantinha na falta de um mercado financeiro organizado que atraísse o capital acumulado nos diferentes setores, especialmente nos anos de crescimento acelerado e de capital ocioso abundante. A terra funcionava como uma reserva de valor contra a inflação, pois esta desvalorizava ativos monetários. Logo, a expectativa de valorização da terra se tornava tanto um atrativo para a imobilização de capital, quanto elevava o preço da terra agrícola, como um ativo financeiro. Com isto, ao invés de cair, o preço da terra permaneceu alto na conjuntura de modernização agrícola, o que aumentou a expectativa de valorização da terra (Rangel, 1986, p. 75-76). O capital financeiro, sob o comando do Estado, apresentava papel central na dinâmica econômica nacional, tanto na agricultura, quanto na indústria e nas infraestruturas urbanas.⁶

O outro papel atribuído ao capital financeiro ganha força com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965 e todo conjunto de políticas de modernização da agricultura e expansão da agroindústria. O trabalho Delgado (1985) foi fundamental para ampliar a análise do papel dominante do capital financeiro na agricultura brasileira, apontando vários processos que se aprofundaram nas décadas seguintes, dentre eles: o esgotamento do padrão de financiamento subsidiado pelo Estado e a emergência de um novo padrão pelos grandes grupos privados; a expansão dos conglomerados agroindustriais-financeiros; a fusão de capitais e a integração técnica inter-setorial; a concentração das grandes cooperativas agroindustriais ou multi-cooperativas; a internacionalização do capital agroindustrial.

O fator central de mudança provocada pela expansão do capital financeiro foi de uma integração gigantesca tanto no sentido do capital quanto técnico. Como observou Delgado (1985) é fundamental a diferenciação entre estas duas integrações. A integração de capitais leva a centralização da propriedade e do controle do capital. Na agricultura-agroindústria, de maneira geral, a fusão de capitais tem se dado no sentido de união das atividades sucessivas dos complexos agroindustriais, eliminando as fronteiras intersetoriais, e formando imensos conglomerados agropecuários, industriais, financeiros e comerciais.

No centro deste processo esteve o Estado no primeiro momento, criando o sistema de crédito e todo o conjunto de políticas de modernização da agricultura. A tendência central era o poder crescente do capital financeiro como articulador dos setores, acelerando a integração técnica e comercial da agricultura aos demais setores. No decorrer da década seguinte, o processo de desenvolvimento agrícola direcionado pelo capital financeiro se aprofunda, no âmbito da crise e da abertura econômica brasileira. Na década de 1990 houve agressiva entrada de grandes grupos estrangeiros no setor agropecuário-agroindustrial

6 Rangel (1986) apontava como a criação da correção monetária foi fundamental para que o sistema financeiro da habitação funcionasse adequadamente, pois até então os juros reais eram negativos devido à inflação.

brasileiro no contexto de forte crise agrícola, ociosidade de recursos, abandono da produção por produtores menos capitalizados, renegociação das dívidas e o novo sistema de financiamento privado pelas *tradings* internacionais.

Este novo panorama possui uma dinâmica que não foi suficientemente desvendada por autores como Belik (2015) e Delgado (2012). Belik se limita a repetir as mesmas críticas realizadas por economistas desde os anos 1980, de que o Estado foi e continua ineficiente na política de crédito e de que a agricultura só avançou com o fim dos subsídios nos anos 1980-90. Quando analisa os recursos disponibilizados como crédito rural, sequer faz a diferenciação entre investimentos, custeio e comercialização, o que é um erro básico, e que distorce toda a análise do setor.

Em seus trabalhos mais recentes, Delgado (2012), afirma que o agronegócio só se firmou no Brasil apropriando-se da renda da terra e efetuando superexploração da força de trabalho. Parece que esqueceu sua própria argumentação do livro de 1985, de que o capital financeiro e os grandes conglomerados agroindustriais são o centro de difusão das inovações físicas, químicas e mecânicas para a produção agropecuária. Assim, a acumulação de capital e não a renda fundiária é que comanda o processo de produção e circulação nos complexos agroindustriais do agronegócio. Para Delgado (2012) o que interessa é apenas o monopólio dos recursos naturais que produzem renda fundiária, numa dinâmica apenas extrativista dos recursos naturais.

Nos capítulos teóricos do livro, Delgado (2012) propõe análise sobre o capital financeiro como centro da problemática do agro, mas abandona isto na parte de análise concreta da economia brasileira. No capítulo onde discute os anos 1990, Delgado passa ao largo da imensa desnacionalização da agroindústria, da indústria de alimentos e de insumos agrícolas ocorrida no Brasil, e da centralização do capital em consequência.

O trabalho de Gonçalves (2005/2012) é um dos poucos que recentemente apontou a análise na direção correta, do entendimento da agricultura no avanço geral do capitalismo industrial-financeiro. O autor aponta a perda de importância da agricultura em si, como ramo autossuficiente e sua inserção na divisão social do trabalho como o elemento central: “A emancipação de atividades antes internas às propriedades rurais, que passaram a se constituir em novos ramos das cadeias de produção, fizeram a agropecuária perder espaço relativo no complexo produtivo dos agronegócios da agricultura (Gonçalves, 2005, p. 10).

O elemento que determina a dinâmica dos demais agentes, e que deveria ser central nas análises, é a divisão social do trabalho comandada pelo capital financeiro. Neste âmbito se realizou imenso aumento de produtividade do trabalho agrícola, pela produção de insumos e maquinário fora da agricultura.

Estes setores fora da agricultura são oligopolizados e controlados por fundos financeiros, assim a agricultura “dentro da porteira”, é o elo mais fraco da grande corrente de produção agropecuária.

O significado prático desta nova dinâmica é que a agricultura perde progressivamente a capacidade de determinar seu destino a partir dos elementos internos do estabelecimento agropecuário. A modernização alterou toda a condição de trabalho no campo, sem que isto significasse necessariamente expansão do assalariamento rural. O assalariamento se expande ao longo das cadeias produtivas, que vão agora muito além dos estabelecimentos agrícolas, nas indústrias de insumos agrícolas, de máquinas agrícolas, de serviços de assistência técnica entre outros.

Isto significa que o longo processo de modernização da agricultura vai muito além de simples elevação quantitativa do assalariamento no campo, e se constitui em profunda mudança na divisão social do trabalho. Esta mudança implica em retirada de inúmeras atividades que eram realizadas no estabelecimento rural e sua realização por setores especializados da indústria e dos serviços. Isto levou à redução relativa do trabalho vivo no campo, substituindo-o por maquinário e insumos industriais. Nas regiões mais novas e dinâmicas da agricultura ocorre grande expansão do assalariamento rural, mas com peso relativo menor no total da produção, que agora possui maior composição orgânica do capital, ou seja, maior conteúdo de maquinário e insumos (trabalho morto), análogo ao que Marx apontou para a indústria mecanizada em relação à produção artesanal. É preciso enfatizar este ponto, pois a Geografia agrária se limitou a apontar (e lamentar) a redução absoluta do trabalho com a mecanização nas regiões de ocupação agrícola mais antiga, e ignora o processo nas regiões dinâmicas.

Do ponto de vista da totalidade da produção agropecuária, o trabalho no interior do estabelecimento rural é na verdade muito pequeno, pois insumos, máquinas e mesmo boa parte dos serviços do plantio à colheita, são realizados por empresas especializadas fora do meio rural. O aluguel e terceirização de maquinário agrícola é fato corrente em todas as regiões brasileiras, logo a propriedade de maquinário também não é essencial ao produtor agrícola. O serviço é realizado tanto por empresas especializadas quanto por produtores, de maneira informal. Com os financiamentos para custeio, um produtor de médio ou grande porte pode terceirizar todo o plantio e a colheita, sem ter que arcar com a compra de um maquinário de elevado preço e manutenção.

Nos dias atuais, nas regiões mais dinâmicas, a capacidade financeira para a realização de arrendamentos é o que garante a expansão da área de produção dos grandes grupos, e não a propriedade da terra. O acesso aos recursos financeiros é o que possibilita os pesados gastos com compra de insumos

e adiantamento de pagamento de salários e serviços dos estabelecimentos agropecuários modernos. Com o avanço da internacionalização do capital agroindustrial a partir da década de 1990, com inúmeras incorporações de grupos nacionais por monopólios internacionais e pela expansão da atuação das grandes *tradings* no Brasil, esta realidade se tornou ainda mais profunda.

Como parte deste processo, a pesquisa agropecuária brasileira, especialmente a Embrapa, foi desarticulada pela capacidade financeira de comercialização e difusão dos grandes grupos internacionais. Isto ocorreu a ponto de a Embrapa ter de fazer acordos com as *tradings* para a difusão de suas tecnologias.

Este panorama passa por transformações nos anos 2000. Primeiramente ocorre ampliação das exportações, com destaque para as agropecuárias, em sequência da desvalorização cambial do período 1999-2004. O novo crescimento econômico a partir de 2004 leva a redução significativa da dívida externa e estimula a criação de políticas de crescimento econômico e linhas de financiamento de infraestruturas, grandes obras e indústria em geral. Em consequência, o Estado amplia sua atuação econômica, especialmente via BNDES. O Estado brasileiro buscou responder à dinâmica do capital monopolista internacional, também com uma dinâmica monopolista, com a união entre grandes grupos agroindustriais, capital financeiro e Estado.

O apoio do Estado foi fundamental para financiar a expansão internacional dos grupos de agronegócio brasileiros, e para sua abertura de capital em bolsa de valores. Nos anos 2000, as empresas ligadas ao agronegócio lideraram a abertura de capital, sobre todos os setores da economia brasileira. Como demonstram Balestro e Lourenço (2014) as empresas do agronegócio representavam 22% do total de empresas brasileiras de capital aberto na bolsa de valores, a frente inclusive das empresas de tecnologia da informação que representavam 19%.

O setor agropecuário-agroindustrial assume novamente um papel de protagonismo no crescimento econômico e na geração de divisas externas. Os complexos agroindustriais se tornam os ramos mais dinâmicos da economia nacional, tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo.

Nas cadeias intermediárias de suprimentos e de equipamentos do agronegócio também houve crescente desnacionalização nos anos 2000. Assim, as importações para o agro também crescem significativamente: fertilizantes, máquinas, equipamentos e insumos. No setor de insumos agrícolas houve grande movimento de fusões e aquisições internacionais, levando à centralização do capital em poucos grandes grupos que organizam suas cadeias de suprimento, independentemente da dinâmica das economias nacionais ou de seus déficits. A inovação passa a ser cada vez mais controlada e financiada

pelos mesmos grandes grupos internacionais, o que acentua o papel do capital financeiro em todas as esferas da produção, pesquisa e inovação.

A dinâmica do capital financeiro se tornou tão abrangente, que o leque de investidores vai muito além daqueles que desenvolvem diretamente atividades agropecuárias: grupos econômicos de outros setores, fundos de investimentos, fundos de pensão, bancos e pessoas físicas. Seus interesses são a pura valorização de títulos de *commodities* agropecuárias, de ações de empresas do setor, ou mesmo da terra, impondo a lógica financeira geral sobre a lógica produtiva setorial. Assim, até mesmo os poderosos grupos agroindustriais que determinam os níveis técnicos, as escalas de produção, os preços pagos ao produtor e o adiantamento de recursos para custeio de safras, devem se mover conforme as determinações financeiras gerais.

Os grupos que são sociedades anônimas, se preocupam tanto com a valorização das ações quanto com a estrutura produtiva real, e esta pode ser alterada ao sabor das alterações nos conselhos administrativos e de acionistas majoritários, que frequentemente vem de outros setores. Nestes grupos boa parte de sua lucratividade vem das vendas de ações.

O grande crescimento dos papéis de derivativos agropecuários foi intenso, como apontam Balestro e Lourenço (2014, p. 251): “Desprovidos de um limite físico, os derivativos de commodities chegam a superar em 20 a 30 vezes a produção física das commodities”.

Até décadas atrás este processo estava mais restrito a países como os Estados Unidos que apresentava mercado financeiro mais avançado e, como afirmou Gonçalves (2012) criava uma cumplicidade entre inúmeros investidores de fora da agricultura sobre o desempenho desta. Nas últimas duas décadas a expansão das bolsas de mercadorias e futuros e dos grupos agroindustriais-financeiros norte-americanos e europeus levou esta realidade diversos países. Esta é uma das mais claras demonstrações do que Lenin (2011) apontou, de que no período do capitalismo monopolista as maquinações financeiras geram mais lucros do que a produção real.

Considerações Finais

O avanço da agricultura moderna e do capital monopolista desde fins do século XIX ampliou sobremaneira a dinâmica financeira das atividades agropecuárias e agroindustriais. O desenvolvimento do sistema financeiro paulatinamente criou inúmeras formas de relação com as atividades agropecuárias e abrangem: financiamentos, títulos secundários das dívidas, seguros, títulos derivativos agropecuários, ações de empresas, entre outros. A expansão desta dinâmica tornou a propriedade da terra secundária no direcionamento da

agricultura, pois a capacidade financeira permite a realização de arrendamentos e parcerias ao invés da imobilização de capital em terra.

Ocorre rápido crescimento da influência do capital financeiro na agricultura mundial a partir da década de 1990, pelo avanço do papel das grandes bolsas de mercadorias e futuros, e pela centralização do capital grandes conglomerados financeiros-industriais produtores de insumos-equipamentos-defensivos-produtos agrícolas. Este movimento marca a nova dinâmica do capital financeiro sobre a agricultura, impondo sua própria lógica e dominando todos os setores. A oscilação de safras e de preços agrícolas internacionais passa a ocorrer em função da expectativa dos investimentos financeiros nos papéis agropecuários.

O Brasil se inseriu diretamente nesta dinâmica a partir da década de 1990, com a ampliação da influência do capital monopolista internacional na economia brasileira. Combinaram-se os efeitos da crise econômica geral com a crise do crédito estatal, a abertura econômica e a agressiva entrada de grandes grupos estrangeiros no setor agropecuário-agroindustrial. Isto resultou em forte crise agrícola, ociosidade de recursos, abandono da produção (especialmente por produtores menos capitalizados), renegociação das dívidas e um novo sistema de financiamento privado baseado nas compras antecipadas de safras pelas *tradings* internacionais e nas bolsas de mercadorias com a criação de títulos do agronegócio.

Nos anos 2000 novas mudanças começam a ocorrer, especialmente o novo crescimento do papel do Estado brasileiro no financiamento: criação de programas de recuperação e investimento para as cooperativas agropecuárias; programas de financiamento para a agricultura familiar e a aquisição de alimentos; ampliação da participação do BNDES no financiamento agropecuário; explosão das exportações agropecuárias e alta dos preços internacionais; fortalecimento do agronegócio no pacto de poder e nas instituições de financiamento, estabelecimento de dois planos safra: o da agricultura familiar e da agricultura patronal; a imensa centralização de capital em grandes grupos internacionais no setor de insumos agrícolas e biotecnologia e de grupos nacionais na agroindústria. O panorama se tornou mais complexo, com a internacionalização dos grandes grupos brasileiros e o aumento do papel do Estado brasileiro na questão financeira, ao lado do crescimento da ação dos grandes grupos internacionais.

A dinâmica apresentada reforça as proposições de Lenin de que o capital monopolista e o domínio financeiro são a chave de interpretação dos setores produtivos no período atual. Esta argumentação não busca simplesmente eliminar os debates apontando o capital financeiro como “responsável” por tudo, de maneira genérica. O efeito concreto nas pesquisas se refere a mudar o foco de análise, retirando o foco central das questões puramente produtivo-tecnológicas e inserindo as questões propriamente financeiras no centro da dinâmica das atividades e dos setores. As questões se abrem, ao contrário de se fecharem.

REFERÊNCIAS

AOUN, S.; VERDIS, A. R.; SATO, G. S. Dinâmica das fusões e aquisições no investimento direto estrangeiro: especificidades da indústria de alimentos e bebidas no Brasil, 1996-2006. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 67-76, mar. 2008.

BALESTRO, Moisés V. LOURENÇO, Luiz C. B. Notas para uma análise da financeirização do agronegócio Além da volatilidade dos preços das commodities. *In*: BUAINAIN, Antônio M. ALVES, Eliseu *et al.* (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF : Embrapa, 2014.

BARNES, T. J. PECK, J. SHEPPARD, E. TICKELL, A. (Eds.). **Reading Economic Geography**. Malden/Oxford/Carlton: Blackwell Publishing, 2004.

BELIK, Walter. O Financiamento da Agropecuária Brasileira no Período Recente. **Texto para Discussão n. 2028**. Brasília: IPEA, 2015.

BENETTI, Maria Domingues. Globalização e Desnacionalização do Agronegócio Brasileiro no Pós-1990. **Documentos FEE**, n. 61. Porto Alegre: FEE, 2004.

CLARK, G. L. FELDMAN, M. P. GERTLER, M. S. (Eds.). **The Oxford Handbook of Economic Geography**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

COE, N. M. KELLY, P. F. YEUNG, H. W. C. **Economic Geography: A Contemporary Introduction**. Third Edition. Oxford: John Wiley & Sons Ltd, 2020.

CORREA, Domingos S. **Fusões e aquisições nos segmentos carne bovina, óleo de soja e sucroalcooleiro**. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH/USP, São Paulo, 2012.

DELGADO, Guilherme da C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Unicamp/Cone, 1985.

DELGADO, Guilherme da C. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio**: Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012). Porto Alegre: EDUFRGS, 2012.

DICKEN, Peter. **Mudança Global**: mapeando as novas fronteiras da economia mundial. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ESPÍNDOLA Carlos J. A internacionalização do agronegócio brasileiro de carnes: a trajetória da Brasil Foods. **Congresso iberoamericano de estudos territoriais e ambientais**, 6, 2014, **Anais [...]** São Paulo, v. 1. p. 1866-1882.

GONÇALVES, José Sidnei. Agricultura Sob A Égide Do Capital Financeiro: Passo Rumo Ao Aprofundamento Do Desenvolvimento Dos Agronegócios. **Informações Econômicas**, SP, v. 35, n. 4, abr. 2005.

GONÇALVES, José Sidnei. Do Bonde ao Trem-bala: o fim do domínio da genética pública e o novo padrão de financiamento do custeio agropecuário. **Análise e Indicadores do Agronegócio**, v. 7, n. 4, abril 2012.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicam/IE, 1996.

GUIMARÃES, Alberto P. O complexo agroindustrial como etapa e via de desenvolvimento da agricultura. **Revista de Economia Política**. São Paulo: Brasiliense, n. 3, jul-set, 1982.

HESPANHOL, Antônio N. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 22, 2000.

HILFERDING, R. **Finance Capital. A Study of the Latest Phase of Capitalist Development**. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo**: Fase Superior do Capitalismo. Campinas: Unicamp, 2011.

MACKINNON, D.; CUMBERS A. **An Introduction to Economic Geography Globalisation, Uneven Development and Place**. Abingdon/New York: Routledge. Third Edition, 2019.

MARX, Karl. **O Capital, livro 1 vol. I e II**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MEDEIROS, Marlon C. A geografia do mercado mundial de produtos agroalimentares e o papel do Brasil. **Ra'e Ga**, Curitiba, v. 31, p. 260-279, ago. 2014

MEDEIROS, Marlon, C. Capital financeiro e o mercado mundial de produtos agrícolas. In: ESPÍNDOLA, Carlos J. MARTINS, César A. A. (Orgs). **Brasil: Temas de Geografia Econômica**. Rio Grande: Ed. Da FURG, 2015.

MONBEIG, Pierre. Capital e Geografia. In: **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. Rio De Janeiro: Difel, 1957.

MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo, Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015.

RANGEL, Ignácio. A Questão Agrária Brasileira. In: RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto/BNDES, 2005.

RANGEL, Ignácio. A Questão da Terra. **Revista de Economia Política**, vol. 6, n. 4, out./dez. 1986.

SAMPAIO, Fernando dos Santos. **Made in Brazil: Dinâmica sócio-espacial da indústria citrícola paulista**. São Paulo: FFLCH/USP, 2003. (Tese de Doutorado em Geografia Humana).

SANTOS, Leandro B. **Estado, industrialização e o espaço da acumulação das multilatinas**. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP/FCT, Presidente Prudente, 2012.

SAUVIAT, Catherine. Os Fundos de Pensão e os Fundos Mútuos: Principais atores da finança mundializada. In: CHESNAIS, François. **A Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ZIEGLER, Jean. Destruição em Massa. **Geopolítica da Fome**. São Paulo: Cortez, 2013.

CAPITAL FINANCEIRO E O MERCADO MUNDIAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Marlon Clovis Medeiros

Introdução

O objetivo do presente artigo é discutir o papel dos mercados futuros agropecuários na elevação dos preços agrícolas, bem como na alteração mais profunda da dinâmica da agricultura mundial, via aprofundamento da financeiraização no final do século XX e início do séc. XXI. Os mercados de futuros agropecuários datam do início do século XX nos Estados Unidos e tinham a função de proteger- *hedge*- vendedores e compradores contra variações bruscas dos preços. O crescimento destes mercados ao longo do século desembocou na proliferação dos fundos de *hedge* e das bolsas de mercadorias e futuros por todas as regiões do mundo, ao ponto que nas últimas décadas se tornaram por um lado, numa das principais formas de vendas internacionais de *commodities* agropecuárias e de obtenção de recursos pelos grupos agropecuários e por outro, de investimento e especulação de recursos financeiros em geral. A partir da década de 1990, com a liberalização financeira em inúmeros países, com o crescimento sem precedentes dos mercados mundiais e da ação de grandes grupos monopolistas agroindustriais os mercados futuros assumiram uma importância central em vários sentidos como:

- a) estabelecimento de preços internacionais;
- b) obtenção de recursos para custeio de safras por tradings e produtores agrícolas;
- c) movimentação internacional de safras e;
- d) ampliação do campo de investimentos financeiros.
- e) reforço da atuação dos grupos monopolistas pela obtenção de vastos recursos financeiros.

Este processo subordinou os demais (oferta e demanda agrícola, produção de biocombustíveis e comércio exterior) à sua dinâmica. Argumentamos que as oscilações de preços ocorrem antes do plantio das safras e até mesmo a decisão deste plantio ocorre em virtude das expectativas quanto aos preços. Ou seja, se antes os preços eram consequência das safras, agora estes é que determinam a dimensão das safras agrícolas. Esta constatação não interessa aos representantes do mercado financeiro, pois reforça a crítica à especulação em torno dos alimentos.

Já os movimentos sociais e intelectuais críticos, aos quais interessaria esta crítica, preferem apontar a produção de biocombustíveis e a redução de produção de alimentos como responsáveis pela inflação de alimentos. Assim acabam desviando o debate do tema principal, pois os defensores do mercado financeiro passaram a apontar o “aumento do consumo de alimentos” pelos asiáticos, como responsáveis pela elevação dos preços.

Buscamos argumentar, pelo contrário, que o avanço da financeirização da agricultura condicionou esta a sua dinâmica, relegando os fatores propriamente agrícolas, como o volume das safras, a dinâmica climática e o consumo de alimentos a segundo plano.

Nosso entendimento do processo de financeirização é derivado de Lenin (2011), da dinâmica dominante do capital financeiro na fase monopolista-imperialista do capitalismo. O período atual desenvolve-se como continuidade direta do movimento apontado por Lenin no início do século XX. Duas características do atual desenvolvimento da agricultura ressaltam a ligação com o proposto por Lenin: a partilha do mercado mundial e das fontes de matérias-primas por um pequeno número de grupos monopolistas e; a dominância financeira com exportações de capital.

Buscamos desenvolver para este âmbito, uma idéia de Rangel (1986) de que a questão central da elevação dos preços de alimentos não está na oferta agrícola insuficiente, nem tampouco numa suposta inelasticidade desta, mas no mecanismo de intermediação entre produtor e consumidor final. Quando Rangel cunhou esta idéia (na década de 1960), tratava-se dos comerciantes regionais que formavam oligopsônios, hoje se trata do mecanismo de intermediação financeira dos mercados futuros e de sua interação com os preços dos bens reais, causando fortes oscilações. O elemento essencial que Rangel percebeu era de que tanto a oferta agrícola de um lado, quanto os preços de alimentos de outro eram determinados pelo mecanismo intermediário de comercialização das safras. Estes controlavam a produção não apenas por atuarem como monopólios na compra, mas por possuírem estruturas de armazenagem, de circulação e também por financiarem o custeio dos produtores em adiantamento. Nosso argumento é que estamos diante do mesmo mecanismo, porém numa escala internacional e executado por grandes grupos agroindustriais-financeiros, via bolsas de mercadorias e futuros.

Os investimentos em commodities e o mercado mundial de produtos agrícolas

A década de 1990 ficou marcada pela liberalização dos mercados financeiros e pelo crescimento sem precedentes dos fluxos de capital especulativo por todo o mundo. No interior das economias desenvolvidas, o setor de serviços e a “nova economia” alavancaram o papel das finanças, marcando crescimento baixo dos setores produtivos em detrimento destas. Os Estados Unidos passou por crescimento elevado, marcando o período que Stiglitz (2003) chamou de “exuberantes anos 90”. Por detrás da exuberância estava o papel das finanças e das bolsas de valores e dos grandes grupos monopolistas.

Na esteira da crise do petróleo os países mais ricos centraram suas políticas num progressivo abandono da acumulação industrial, com crescimento da produção nos países do leste asiático, e crescimento da acumulação centrada nas finanças: desregulamentação financeira, pressão por abertura de mercados dos países periféricos, ampliação dos investimentos no exterior, especialmente os especulativos, deslocamento de unidades produtivas de grupos europeus e norte-americanos para outras regiões, atração de investimentos estrangeiros entre outras. Dados do Banco Mundial demonstram que a capitalização de empresas de capital aberto nos Estados Unidos representava até final dos anos 1980 em torno de 50% do PIB do país. Nas décadas seguintes este valor se amplia progressivamente chegando a 153,8% do PIB em 1998 e 178,8% em 1999. Os investimentos estrangeiros nos Estados Unidos, que representavam menos de 0,5% do PIB até início dos anos 1980 se ampliam na década de 1990 chegando a mais de 3% do PIB em 1999 e 2000. O valor total das vendas de ações passa de pouco mais de 30% do PIB dos EUA em 1988/89 para 200% em 1999 e 320% em 2000. A mesma fonte indica que a participação da indústria na economia dos Estados Unidos caiu de mais de 35% na década de 1970, para apenas 20% na década de 1990 e 2000¹. Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão se tornam conjuntamente os maiores emissores e os maiores receptores de investimentos estrangeiros, como apontado por Chesnais (1996) e Arrighi (2008).

No entanto, este crescimento das finanças foi acompanhado de constantes bolhas e crises financeiras, que causaram sérios problemas internacionais. Dentre as mais conhecidas, a crise do México (1994), a crise Asiática (1997), a crise Russa (1998), a crise do Brasil (1998) e finalmente a crise das empresas de internet, a bolha “ponto com” em 1999. Esta sequência de crises, especialmente a última, que partiu dos países desenvolvidos, abalou a

1 World Bank. World Development Indicators. Disponível em data.worldbank.org. Acesso em: set. 2014.

economia de diversos países e reduziu a confiança nas aberturas e nos investimentos puramente financeiros. O triunfalismo dos defensores das finanças foi substituído pela busca para alternativas aos trilhões de dólares à procura de novos investimentos lucrativos.

Neste contexto de incertezas quanto aos ativos financeiros, e de crescimento econômico de países periféricos, especialmente a China, os investimentos migram para commodities tradicionais, especialmente petróleo, minerais metálicos e alimentos. Estas passavam por crescimento significativo da demanda mundial. A retomada do crescimento econômico, com aumento da renda real, elevava o consumo de alimentos e de inúmeras commodities utilizadas para produção industrial e para combustíveis.

As commodities agrícolas, minerais e energéticas passaram a ocupar papel de destaque nos mercados financeiros, impulsionando as bolsas de mercadorias e futuros. Concomitantemente se expande o comércio mundial destas mesmas commodities a taxas superiores ao do comércio mundial. Dados da OMC demonstram que em toda a década de 1990 o comércio mundial total ampliou-se em 65%, enquanto apenas no período 2000-2010, aumentou em 136,5%. As exportações totais de produtos agrícolas crescem 31,2% entre 1990-99 e 147,4% no período 2000-2010 (sendo 92% apenas no período 2002-2007, quando os preços iniciam alta no mercado internacional)².

Assim, na década de 2000 o crescimento do mercado de produtos agrícolas é maior que o crescimento total do comércio mundial, passando de 8,4% do total para 9,4% em 2009³. É um crescimento expressivo, uma vez que desde 1983 os produtos agrícolas decresciam como parcela do comércio mundial total⁴. Isto se relaciona ao fato de os países desenvolvidos, que detêm maior participação no comércio mundial, priorizarem as exportações de produtos industrializados e serviços e importarem matérias-primas e produtos agrícolas. As exportações agrícolas cresceram como proporção das exportações totais em países periféricos, como Brasil e Argentina.

Após décadas de queda contínua na participação do total do comércio mundial, as exportações agrícolas retomam crescimento relativo, de 2006 a 2009. Isto demonstra a aceleração das exportações agrícolas neste período, juntamente com o grande crescimento do número de contratos futuros agropecuários e com a alta internacional dos preços destas commodities.

Inicia-se um ciclo ascendente de investimentos nos mercados futuros destas mesmas commodities, com rendimentos crescentes. Isto estimula novos

2 Dados da OMC, disponíveis em www.wto.org, International Statistics Database.

3 Dados da OMC, disponíveis em www.wto.org, International Statistics Database.

4 Os produtos agrícolas entraram em 1994 na pauta do GATT O Acordo Geral de Tarifas e Comércio-GATT na sigla em inglês é o mecanismo precursor da OMC nas questões relacionadas ao comércio mundial.

investimentos e conseqüentemente, puxa para cima os preços internacionais. Tanto os alimentos quanto o petróleo chegaram a preços recordes de 2006 a 2008. Houve a formação de uma bolha de ativos, exatamente como aquelas do fim da década de 1990. Com a diferença de que esta bolha afetava commodities fundamentais para a produção industrial, para o consumo cotidiano de energia e de alimentos.

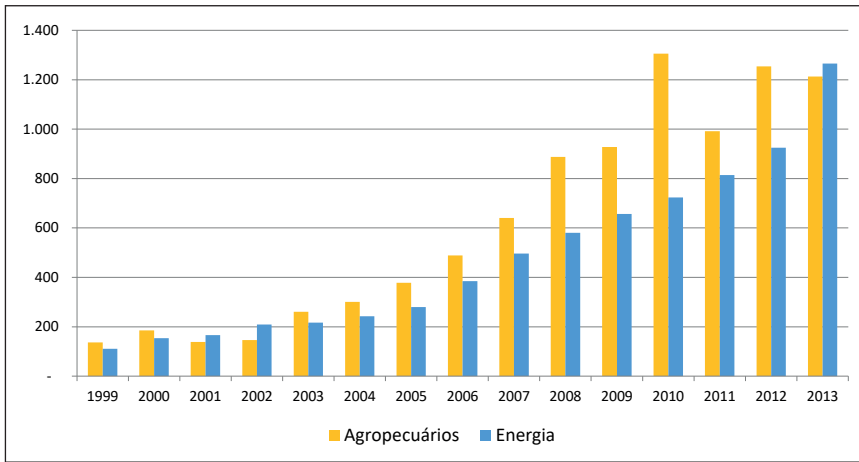
Alguns dados reforçam nosso argumento do papel central da dinâmica financeira. O Gráfico nº 1 apresenta o número de contratos de futuros agropecuários e de energia de 1999 a 2013. O número de contratos futuros no mercado mundial cresce continuamente desde 2001 de maneira acelerada, passando de 139 milhões de negociações em 2001 para 888 milhões em 2008, um crescimento acumulado de 638,8%. No mesmo período o número de contratos de commodities energéticas cresceu 349,3%. Nos anos seguintes o crescimento permanece mais lento, chegando a 1,2 bilhões de contratos em 2013, um crescimento acumulado sobre 2001 de 863,3%⁵.

Os dois anos de preços agrícolas recordes, 2008 e 2011, foram precedidos de anos de recordes nos contratos de futuros agropecuários. Isto demonstra que os preços subiram em consequência do aumento das compras de títulos de commodities. Como em qualquer outro título financeiro, aumentos acelerados da procura por títulos levam a aumentos dos preços destes. O ano de 2010 foi recorde no volume de futuros, com 1,3 bilhões de contratos.

O número de contratos de futuros de energia e os preços de petróleo também passaram por crescimento acelerado no mesmo período, como pode se observar no gráfico 1. As commodities agropecuárias e energéticas, por sua segurança em termos de futuro atraíram grande volume de capital especulativo, especialmente de fundos, como veremos adiante. Este movimento levou à alta de preços de ambos.

Assim como o comércio agrícola mundial cresceu mais do que o comércio mundial total, o comércio de futuros agropecuários cresceu significativamente mais do que o comércio agrícola mundial. Esta é outra característica da dinâmica financeira: a venda de títulos de um bem real crescem mais do que a venda deste bem.

5 Dados calculados a partir de: FIA. Annual Volume Survey, vários anos.

Gráfico 1 – número de contratos futuros – total mundial (milhões de contratos)

Fonte: Organizado pelo autor a partir dos dados de FIA. Volume Trends Webinar. Disponível em www.futureindustry.org

O Gráfico n° 2 apresenta a variação anual do número de contratos de futuros agropecuários e dos valores do comércio mundial de produtos agropecuários de 2001 a 2013. Em todo o período os contratos de futuros agropecuários cresceram de maneira muito mais intensa do que o volume de comércio agrícola, com destaque para os anos de 2006 a 2010, nos quais os preços apresentaram maiores elevações. Ao longo do período 2000-2010, o volume de futuros agropecuários ampliou-se em 951,9%, enquanto o comércio agrícola mundial aumentou em 299,9%. Os dois crescimentos são expressivos, mas sua diferença demonstra que o elemento da especulação sobre os títulos foi muito mais dinâmico.

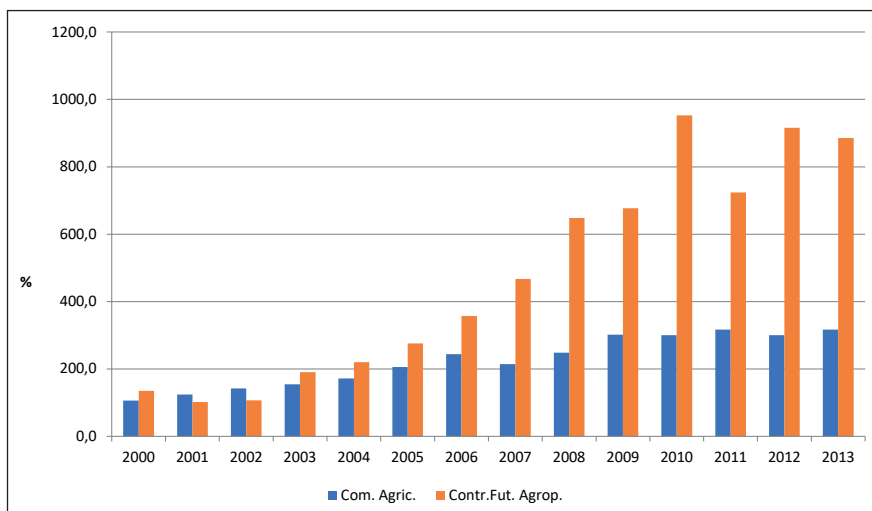
Um dado revelador apresentado em Ziegler (2013) é que a maioria dos contratos de futuros agropecuários foram vendidas e revendidas antes da entrega do produto real: “Segundo a FAO (relatório de 2011) apenas 2% dos contratos de futuros referentes a matérias-primas se concluíram efetivamente com a entrega de mercadorias – os demais 98% foram revendidos pelos especuladores antes da data de sua conclusão”.

As oscilações de preços, positivas ou negativas, vêm ocorrendo independentemente das safras, antes mesmo que estas sejam plantadas. Assim, observa-se que os plantios variam conforme os preços futuros, e não o contrário. À medida que os preços futuros para a próxima safra estejam baixos, parte dos produtores reduz sua área plantada ou muda completamente seu cultivo para um produto com preços mais atrativos. A situação contrária ocorre constantemente, de preços em alta estimularem a formação de super-safras

no ano seguinte. Fica claro que o elemento determinante é a expectativa que se tenha das safras e da demanda, o que leva a compra (ou venda) de papéis futuros de commodities agropecuárias determinando as oscilações de preços.

É claro que as safras reais jogam ainda um papel na efetivação dos preços após as colheitas, mas este deixou de ser dominante. O patamar de preços e a dimensão das safras já está definida antes dos plantios.

Gráfico 2 – Variação acumulada % do número de contratos futuros agropecuários e do comércio agrícola mundial (2000=100)



Fonte: Organizado pelo autor a partir dos dados de FIA, Volume Trends Webinar. Disponível em www.futureindustry.org

O que passa a governar esta dinâmica, não é a tradicional lógica da produção agrícola, de mercados concorrenciais de alcance limitado e pouca capacidade de coordenação da produção, mas a lógica financeira pura e simples. A expectativa sobre um evento futuro (no caso as safras) se torna o elemento dominante, governando as apostas dos investidores e de seus corretores. Os títulos financeiros agropecuários vendidos, revendidos e securitizados, circulam como qualquer outro título financeiro e se regem, portanto pelas mesmas leis econômicas. É esta realidade que os mercados financeiros buscaram encobrir quando eclodiu a alta dos preços agrícolas em 2006-2008. Como a alta dos preços apresentou impacto significativo no consumo de alimentos nos países subdesenvolvidos, aumentaram as pressões contra a especulação em torno das commodities agrícolas. Os bancos de investimentos e órgãos do mercado financeiro trataram de desviar o foco das discussões negando a relação entre os mercados futuros e a inflação de alimentos.

Vários pesquisadores apontaram o papel cada vez mais central do capital financeiro na dinâmica da produção agrícola. Neste particular, as análises de Gonçalves (2005), são fundamentais. O autor destaca como o capital financeiro assumiu um papel dominante, sendo o elo de ligação entre os diversos elementos das cadeias produtivas agropecuárias:

Nesse espaço estão representadas as transações em cadeia que conduzem os produtos da roça à mesa, envolvendo a organização transacional do fluxo produção-consumo, onde emergem o papel preponderante do poder de mercado das redes de supermercados na definição de padrões e dos parâmetros da formação de preços. Similar condição desempenham as “trading companies”, as grandes empresas exportadoras, que concentram os esforços de vendas dos produtos dos agronegócios nos diversos mercados, não apenas porque estruturam redes mundiais de negócios especializados, compostas de fornecedores e importadores mas, também pela enorme capacidade financeira e de gerenciamento de riscos que desenvolveram. Há ainda os cada vez mais relevantes, agrosserviços de assessoria às transações pela exigência de serviços profissionais de elevado conhecimento e de alta credibilidade, condição adquirida no acúmulo de experiência na atuação e desenvolvimento de transações. São as corretoras especializadas, fundamentais na nova forma do capital financeiro, para atuarem como facilitadoras de negócios nos vários espaços dos agromercados. Têm ainda presença ativa no processo, as assessorias de comércio exterior (exportação e importação) nas economias globalizadas e os lobistas e grupos de pressão, para agirem nos espaços definidores de decisões estratégicas como as políticas públicas, seja no campo do aparato regulatório ou ainda nas decisões governamentais específicas como o financiamento do custeio e do investimento. Por último, emergem como próprios do capitalismo contemporâneo, os agrosserviços financeiros típicos da modernidade setorial, exigentes de alta competência, experiência comprovada e elevada credibilidade, acumuladas no tempo, para atuarem de forma especializada na linkagem da estrutura técnico-produtiva com o sistema financeiro no seu sentido mais amplo, que vai além do limite de compreensão enquanto sistema bancário. Trata-se das corretoras que atuam com produtos da agricultura negociando “papéis” nas Bolsas de Mercadorias, além das empresas de assessorias de gestão financeira e de acompanhamento de agromercados (Gonçalves, 2005, p. 15).

A complexidade atingida pelas cadeias produtivas agropecuárias, tanto no que tange à produção em si (circulação de insumos, bens intermediários, produtos finais, assistência técnica, transportes etc), como ao financiamento e à comercialização eliminaram o produtor isolado e inseriram diversos outros intermediários.

Os serviços de intermediação se tornaram centrais, tanto para a obtenção dos recursos, quanto para a formação das expectativas e para a tomada de decisão de produtores e investidores. Com a complexidade crescente das cadeias emergiu o agente especializado em analisar e recomendar ações para os agentes produtivos. Como no restante do sistema financeiro, a ação do corretor e analista de investimentos dos grandes grupos tem grande influência na dinâmica dos setores envolvidos e suas análises lidam com processos ainda não ocorridos.

Assim, ficam claras as ligações entre os vários subsetores dos agronegócios, conectadas pela dinâmica financeira, desde os pequenos estabelecimentos de vendas de insumos-compra de cereais, em pequenas cidades do interior, até as tradings alavancadas por fundos de investimentos internacionais. Ganham importância as publicações especializadas e mesmo as opiniões emitidas na mídia informativa corrente, sobre as expectativas dos investimentos em commodities agrícolas.

A crescente importância dos mercados futuros na circulação e no estabelecimento dos preços agrícolas fez emergir a preocupação com questões de segurança alimentar, devido à lógica de aposta e de ganho rápido que governa os mercados de títulos. É esta discussão que se tem evitado. Como afirma Gonçalves (2005, p. 16):

Esse enorme emaranhado, que forma o complexo reprodutivo, que reproduz o capital nos agronegócios numa economia globalizada de produção em massa para uma sociedade de massas, conecta o local no global com a mesma força que reforça as suas especificidades. São movimentos de pretensa contradição, mas que convergem para a mesma lógica do capital em geral, onde não há mais decisão solitária por envolver uma malha ampla e complexa de informações para formar expectativas consistentes que façam revelar a preponderância da lógica do investimento na produção sobre as apostas oportunistas típicas de cassinos. O desenvolvimento econômico dos agronegócios, pela sua concretude de produção real, não pode ser produzido como decorrência do resultado de jogos, como o bingo, onde sempre há maioria perdedora na mesa de apostas. Mesmo porque nos bingos se a maioria ganha o rateio se mostra reduzido e se alguém ganha muito, resulta de que a maioria perdeu, uma vez que se a maioria ganhou muito quem quebrou foi a banca, desmoronando o sistema como um todo. [...] Ainda que cause espécie aos liberais, a regulação estatal se mostra estratégica na plenitude da economia de contratos, capaz de oferecer maior solidez ao desenvolvimento capitalista, mesmo porque em situações de artilharias de poderes díspares nas disputas de mercados, com a financeirização de processos relacionados ao estoque e à reprodução da riqueza, nada recomenda a vigência da idéia de mercado auto-regulável.

Embora os mercados futuros tenham surgido com a função de proteção (*hedge*) dos compradores e vendedores do mercado agrícola, o crescimento da especulação e da volatilidade que a acompanha passou a ameaçar a própria função das bolsas de futuros. A função dos mercados futuros de garantir estabilidade e previsibilidade aos produtores é a antítese da especulação com títulos.

A questão central que o mercado financeiro e os intelectuais ao seu serviço, buscam evitar a todo custo, é a discussão de uma regulação dos mercados financeiros no tocante às *commodities* agrícolas. À medida que ganham força as contestações ao papel dos mercados futuros na inflação de alimentos, e de que o direito à alimentação é superior ao livre mercado, se tornaria apenas uma questão de tempo o aumento dos controles sobre as bolsas de mercadorias. Este é o cerne da questão. Os mercados financeiros tornaram-se os principais agentes das supersafras ou da escassez de alimentos, mais do que o clima ou do que o aumento da demanda por alimentos.

No entanto, de maneira geral se apontou o aumento do consumo mundial de alimentos, especialmente dos países asiáticos, como um dos principais responsáveis pela inflação mundial de alimentos pós-2006. Esta argumentação apresenta inúmeros problemas. Primeiramente, o consumo de alimentos não apresenta tendência de manter as mesmas taxas de crescimento por longo período.

A mudança na condição econômica de milhões de pessoas realmente elevou o consumo de alimentos, mas apenas num primeiro momento, no qual se satisfaziam as necessidades básicas. A partir disto, a continuidade do crescimento da renda não se traduz em novo aumento do consumo de alimentos, mas de outros bens. O consumo de alimentos só aumenta a medida que num segundo estágio, a família passa a consumir alimentos de valor mais elevado, de melhor qualidade. Isto não implica em aumento total do consumo alimentar, mas em substituição, o que significa deixar de consumir alimentos mais básicos. Assim, o consumo de alimentos apresenta tendências de períodos de crescimento com períodos de estabilidade, com no máximo mudança qualitativa dos padrões. É um processo amplamente conhecido que já ocorreu nos países mais desenvolvidos e nos países subdesenvolvidos que já passaram por industrialização e urbanização.

O Leste da Ásia, especialmente a China, passa atualmente pelo mesmo processo, com aumento do consumo total e *per capita* de proteína animal (carnes, leite e ovos), e queda do consumo *per capita* de produtos tradicionais como o arroz. Em outro estudo (Medeiros, 2009), trabalhamos com dados que demonstraram que entre 1978 e 1997 o consumo de vegetais frescos na China caiu em 24,5%, o de grãos aumentou apenas 1,1%, enquanto o de carne vermelha ampliou-se em 120,8%, e o de frango em 844%. Dados mais

recentes apresentados por Santos, Batalha e Pinho (2012) demonstram que com o aumento do consumo de carnes, houve aumento da pressão sobre a produção de grãos para alimentação animal, mas que esta se estabilizou no período 2002-2007. No mesmo período, o consumo *per capita* de arroz, milho, trigo, sorgo, cevada e aveia reduziu-se, enquanto o de soja em grãos cresceu 8,4% (Santos; Batalha; Pinho, 2012).

Logo, a pressão sobre as safras de arroz e de grãos em geral vem se reduzindo, concomitantemente ao aumento de consumo geral de alimentos. Isto evidencia com toda a clareza que temos que procurar a causa da alta dos preços dos alimentos, não numa elevação geral do consumo de alimentos, mas na dinâmica de mercado do setor.

Os grandes investidores e os mercados de futuros

O crescimento dos investimentos em *commodities* atraiu investidores para os mercados de títulos agropecuários de diversos outros setores: corretores de títulos, bancos, investidores em geral, empresas de outros setores, fundos de pensão entre outros. Combinando-se este conjunto ampliado de interesses com o crescimento dos mercados futuros e das vendas antecipadas, reduziu-se o peso dos elementos propriamente agropecuários na dinâmica setorial.

Os fundos de investimentos (tanto os fundos de pensão quanto os fundos mútuos) adquiriram papel dominante nos investimentos mundiais nos anos 2000, como aponta Sauviat (2006):

Receptáculos privilegiados da poupança financeira dos assalariados das grandes empresas e das famílias afortunadas ao longo dos anos 80 e 90, num contexto de aumento crescente das desigualdades de renda, os fundos de pensão e os *mutual funds* surgiram como os principais atores dos mercados financeiros, transformando a amplitude, a estrutura e o funcionamento desses mercados (Sauviat, 2006, p. 109).

Os fundos se desenvolvem significativamente nos anos 1990, pelo movimento internacional de liberalização financeira e pelo crescimento das bolsas de valores. Pela concentração de inúmeros investidores dispersos, incluindo os de pequeno porte (poupanças familiares) os fundos passaram a disponibilizar grandes massas de recursos para os grandes grupos:

Hoje quase 20% dos ativos financeiros das famílias norte americanas são efetivamente aplicados nesse tipo de produto financeiro. [...] A função dessas sociedades é constituir e administrar uma carteira coletiva de valores mobiliários, os quais subscrevem investidores individuais e institucionais

(fundos de pensão, seguradoras, etc.) que se tornam acionistas comprando cotas dos fundos. Três quartos dos *mutual funds* são detidos pelas famílias; o quarto restante pelos investidores institucionais. Um *mutual fund* pode ser administrado ou pelas sociedades independentes como nos Estados Unidos, ou por filiais de bancos ou de companhias de seguro, como é frequente na Europa. Diferentemente dos fundos de pensão, esses fundos de investimento coletivo não possuem ativos próprios, mas apenas os administram em nome de seus clientes (Sauviat, 2006, p. 115).

Assim, o volume de recursos financeiros em busca de investimentos se multiplica com os fundos nas últimas décadas. Nos países periféricos, como o Brasil, o sucateamento da previdência pública, bem como o contexto de crise da década de 1990 também levou ao crescimento do volume de poupança destinada aos fundos de previdência. O papel dos fundos se tornou central na dinâmica financeira em geral e das commodities em particular, pois a variação dos preços dos ativos reais se tornou uma grande fonte de ganho especulativo. Os fundos passaram a investir grandes quantias nos fundos de *hedge*, os quais negociam papéis de mercados futuros (derivativos):

Principais atores dos mercados financeiros, esses investidores institucionais contribuem para sua instabilidade crescente, multiplicando as transações e as operações de aplicação cada vez mais arriscadas. [...] Com tendência a se comportar de maneira mimética, contribuem para ampliar a volatilidade dos movimentos de capitais e do preço dos ativos em praças financeiras de menor liquidez, onde um pequeno movimento da carteira pode ter efeitos desproporcionais, levando-se em conta seu peso relativo na capitalização bursátil dessas economias. [...] A acumulação financeira produzida pela institucionalização da poupança levou, então, em ampla medida, ao crescimento da demanda de aplicação em ativos financeiros, especialmente em ações, e à **alta dos ativos, assim como à sua volatilidade**. Ao fazer isso, os fundos participaram da formação e da manutenção de uma bolha crônica que acabou por estourar brutalmente em 2000 [...]. A partir da crise de 2000 e da queda do valor de suas carteiras de ativos, os fundos de pensão de benefícios definidos, muitos dos quais atualmente estão em situação de subfinanciamento e pressionam fortemente o sistema norte-americano de aposentadoria por capitalização, estão buscando aplicações mais diversificadas, mais rentáveis e, portanto mais arriscadas. Eles começam a investir nos *hedge funds*, fundos especulativos cuja estratégia de aplicação é cada vez mais agressiva e arriscada (**exploração sistemática das anomalias ou das distorções temporárias de preços de ativos**), em que seus administradores são remunerados em função de seu desempenho (Sauviat, 2006, p. 117- 118 grifo nosso).

As commodities agropecuárias passaram a figurar entre os principais ativos buscados pelos fundos. Dados de Wedekin (2007) demonstram que a participação de fundos de investimento nas transações de milho, soja e café da bolsa de Chicago, chegaram nos anos de 2006 a 2008 próximos de 40% do total, o que representa quase o mesmo que as tradings agropecuárias. No petróleo por outro lado, na bolsa de Nova York, segundo a mesma fonte, o valor da participação dos fundos de 20% em média, é muito inferior ao das tradings do setor que movimentaram mais de 60% do total.

A situação do mercado mundial de produtos agropecuários é a materialização do controle dos setores produtivos pela “cabeça financeira”, que domina não somente a produção primária, mas os próprios grupos agroindustriais, e todo um complexo de pequenos, médios e grandes investidores e acionistas, como apontou Lenin corretamente:

Como é próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do capital industrial ou produtivo, separar o *rentista*, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capitaldinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do *rentista* e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de “poder” financeiro em relação a todos os restantes. Pode-se avaliar a dimensão deste processo através dos dados estatísticos das emissões de toda a espécie de valores (Lenin, 2011, p. 176- 177).

Esta dinâmica significa, não apenas que o controle da produção e da circulação se encontra centralizado em um número cada vez menor de grupos, mas que a própria dinâmica que estabelece os preços e as quantidades a serem produzidas passa a ser determinada pela lógica financeira.

O desenvolvimento do sistema financeiro paulatinamente criou inúmeras formas de relação com as atividades agropecuárias. O financiamento no sistema bancário é largamente utilizado em todo o mundo. Comumente os contratos já abrangem um determinado padrão técnico que deve ser seguido e exigem contratação de assistência técnica. Esta por sua vez geralmente vincula-se a algum grande grupo agropecuário que por um lado vende os insumos e financia o custeio e por outro compra a produção antecipadamente, para posteriormente vender ao mercado mundial. Os recursos para adiantamento ao produtor são buscados nas bolsas de mercadorias e futuros, e transformados em títulos de recebíveis. Além disso, os títulos das dívidas são vendidos e revendidos no

mercado de títulos secundários, o que atrai inúmeros investidores de fora da agricultura (inclusive de pequeno porte, que investem economias pessoais). Estes elementos por si já ampliam a pressão por resultados e direcionam a produção agropecuária para produtos mais dinâmicos e rentáveis.

A atual sofisticação da dinâmica financeira é a base da ampliação da imensa centralização do capital e integração técnica dos grandes grupos agroindustriais, pois permite a captação de recursos de inúmeras fontes dispersas: abertura de capital em bolsa, fusões e aquisições, negócios simultâneos com dezenas de bancos, compra e venda de títulos agropecuários, compra e venda antecipada da produção, adiantamento de contratos de câmbio, securitização entre outros.

O desenvolvimento dos mercados de futuros agropecuários é o grande trunfo destes grupos, garantindo ao mesmo tempo o acesso a recursos, a comercialização das safras e a especulação com a compra e revenda de títulos. A própria dianteira tecnológica dos grupos europeus, norte-americanos e japoneses é consequência da dinâmica financeira.

Este movimento é uma constatação exata do que Lenin apontou como as características centrais do capitalismo monopolista:

a) as exportações de capital e as maquinações financeiras se tornaram centrais na dinâmica mundial;

b) Os grupos monopolistas buscam o controle sobre as áreas produtoras de matérias-primas no comércio mundial.

O debate sobre a inflação de alimentos

Embora os dados apresentados anteriormente possibilitem correlações claras entre os mercados financeiros e a alta dos preços agrícolas, as questões centrais permanecem mascaradas em um debate excessivamente ideologizado. Por um lado, permanece a visão tradicional, de corte neoclássico, de que a oferta agrícola é o elemento determinante e que, portanto, a alta de preços nada mais foi que reflexo da queda de safras mundiais em período de crescimento da demanda. Juntamente a isto, técnicos do FMI, do Banco Mundial e de órgãos de análise de investimentos apontaram o aumento da demanda para desviar as críticas à especulação financeira em títulos de commodities agrícolas. Estes argumentaram que o aumento dos investimentos em commodities foi apenas “reflexo” da alta dos preços, puxada pela elevada demanda dos países asiáticos.

Por outro lado, a FAO, intelectuais críticos e movimentos sociais apontaram para o tradicional inimigo, as monoculturas de exportação para produção de ração animal, e o “novo inimigo”, a produção de biocombustíveis. Pouco importa se em inúmeros países, como o Brasil, havia estoques elevados em

armazéns e que os produtos mais consumidos pela população não estão em disputa nos mercados externos. O mesmo vale para a China pois como apontaram Santos, Batalha e Pinho (2012), a maior parte dos alimentos responsáveis pelo abastecimento do país é obtido via produção nacional, e não via importações. A maior parte da importação de produtos agropecuários da China não é de produtos alimentares. O problema central deste conjunto de argumentos é que abstraído as realidades nacionais, partem do princípio de que a fome é provocada em todos os países, por oferta insuficiente de alimentos.

A alta dos preços agrícolas gerou reações políticas por todo o mundo, pressionando por ações dos governos nacionais. Com isto, passou-se a buscar as causas da alta de preços, para viabilizar formas de combatê-la. Como nos mercados financeiros, os fatores da expectativa e da repercussão de notícias têm muito impacto, estes trataram de apontar as críticas em outra direção: na relação entre consumo crescente de alimentos e safras agrícolas estagnadas. A partir disto, difundiu-se um novo malthusianismo, empobrecido, e vinculado à defesa da especulação financeira sobre os alimentos. A mídia repercutiu esta ideia de forma generalizada (não é necessário sequer citar algum estudo sobre isto), com previsões catastróficas de como faltariam alimentos num futuro próximo caso o crescimento do consumo continuasse no mesmo ritmo.

Estudos de diferentes organismos internacionais, como a FAO, o FMI e o Banco Mundial apontaram o agravamento da fome em inúmeros países e a continuidade da alta de preços. Relatórios como FAO (2008) e FMI (2008), embora divergentes em determinados aspectos, apontaram a produção de biocombustíveis (especialmente do etanol de milho) e o aumento do consumo de alimentos, especialmente nos países asiáticos, como responsáveis pela alta dos preços. Assim, contribuíram para retirar do primeiro plano o papel da especulação financeira sobre *commodities* agrícolas.

Jean Ziegler (2013) é um dos poucos intelectuais críticos, ligado aos movimentos sociais e a FAO (da qual foi Relator Especial sobre o Direito à Alimentação e membro do Conselho de Direitos Humanos) a enfatizar o papel central da especulação financeira na elevação dos preços de alimentos a partir de 2006 e de maneira geral o domínio dos grupos agroindustriais-financeiros sobre a produção agrícola. O autor destaca como as grandes *tradings* mundiais de alimentos controlam desde a produção de insumos básicos, às bolsas de mercadorias, causando as oscilações dos preços.

Sobre este tópico, merecem destaque uma série de dados apresentados por Ziegler (2013):

- Dez sociedades controlam um terço do mercado mundial de sementes e 80% do mercado mundial de pesticidas;

- Dez outras sociedades controlam 57% das vendas dos 30 maiores varejistas do mundo e representam 37% das receitas das 100 maiores fabricantes de alimentos e bebidas;

- Seis empresas controlam 77% do mercado de adubos: Bayer, Syngenta, BASF, Cargill, DuPont e Monsanto;

Ziegler aponta como os fundos de *hedge*, sediados em paraísos fiscais (Ilhas Cayman, Cauraçau) e operando em bancos suíços direcionaram bilhões de dólares a operações especulativas de futuros com commodities agrícolas e com terras, buscando fugir da crise dos ativos puramente financeiros. A crise financeira de 2007/2008 impulsionou o movimento:

Até recentemente a maioria dos especuladores operava nos mercados financeiros. Em 2007, esses mercados implodiram: trilhões de dólares em valores patrimoniais foram destruídos. [...] Contudo, como consequência da implosão dos mercados financeiros, que eles mesmos provocaram, os “tubarões-tigre” mais perigosos- acima de todos os *hedge funds* estadunidenses- migraram para os mercados agroalimentares. [...] Nestes últimos quatro anos, em duas ocasiões os especuladores provocaram um aumento exorbitante dos preços alimentares: em 2008 e em inícios de 2011 (Ziegler, 2013, pgs. 280 e 281).

O foco de Ziegler neste ponto é certo: o papel determinante da especulação financeira na inflação mundial de alimentos. No entanto, a força da argumentação de Ziegler é diluída exatamente onde se aproxima dos movimentos sociais, juntando na crítica à especulação financeira a crítica aos biocombustíveis, a defesa da produção de alimentos básicos e a visão romântica sobre a capacidade das produções camponesas de se auto-sustentarem e de serem mais “justas” socialmente; ao discurso fatalista de crise ambiental e afirmações simplesmente falsas que buscam causar impacto, como a de que o Brasil necessita importar alimentos que deixaram de ser produzidos devido a expansão da cana-de-açúcar sobre áreas de alimentos.

A crítica que aponta “vários fatores” responsáveis pela inflação de alimentos dando o mesmo peso a todos, na verdade não explica e não aponta verdadeiramente as causas. As linhas de argumentação dos defensores do mercado financeiro e dos críticos, embora politicamente opostas e objetivando atingir diferentes políticas em consequência de suas análises, acabaram por retirar o papel das finanças do centro do debate sobre a crise agrícola.

Parte do problema se encontra na atribuição de papel central aos fatores da oferta na dinâmica agrícola, como tradicionalmente se apresentava há décadas: maiores safras rebaixam os preços, enquanto menores safras ou quebras elevam os preços. Juntamente com esta ideia tradicional, continua em

alta o argumento de origem estruturalista de uma suposta “inelasticidade da oferta agrícola”. Assim, períodos de rápida elevação do consumo de alimentos elevariam os preços devido a incapacidade de aumento da oferta agrícola.

A junção destas duas ideias origina um conjunto de conclusões genéricas e a-históricas:

- a) a ideia de que a fome é sempre causada por problemas de insuficiente oferta de alimentos;
- b) a ideia de que a oferta agrícola se encontra no limite e que portanto, aumentos de consumo elevarão os preços;
- c) a ideia de que o aumento da produção de *commodities* não-alimentares é o principal responsável pela redução da área plantada e da produção de alimentos;
- d) a ideia de que os preços são **consequência** da dimensão das safras.

O estruturalismo latino-americano insistiu durante décadas neste tema e agora ressurgiu o mesmo argumento. No entanto, a evolução da agricultura mundial, especialmente da brasileira, nas últimas décadas desmentiu a ideia da inelasticidade de oferta agrícola, ao mesmo tempo em que demonstrou o crescimento da influência dos mecanismos financeiros sobre a oferta e principalmente sobre os preços agrícolas. Rangel (1963 e 1986) já insistiu nesta questão desde a década de 1960 no livro “A Inflação Brasileira”, no qual identificava a origem do problema dos preços dos alimentos nos mecanismos de intermediação e comercialização. No período tratava-se dos comerciantes regionais-locais que embora fossem pequenos capitais, monopolizavam a comercialização devido a dispersão dos produtores agrícolas e dos consumidores. Estes comerciantes elevavam os preços ao consumidor, retinham estoques e rebaixavam os preços ao produtor. Ao mesmo tempo, estes financiavam o produtor em dificuldades e “jogavam” com os preços das safras. Assim o mecanismo de intermediação comercial-financeira retinha por um lado os preços e por outro manipulava as safras. Aqui estava o centro da questão para Rangel, e não na oferta agrícola, que era capaz, em períodos favoráveis de responder com aumentos de produção. Assim:

Concretamente o que há é que, em numerosos casos, a agricultura não reage à elevação de preços ocorrida no *nível do consumidor final*, por um aumento de produção. Ora, isso não significa inelasticidade da oferta agrícola, mas simplesmente, que a comercialização dos produtos em causa é feita através de um oligopsônio-oligopólio que opera como se monopólio fosse e que intercepta no nível do intermediário, o incremento de preços pagos pelo consumidor final, impedindo que este chegue ao produtor.

Trata-se, portanto, de uma *anomalia no mecanismo de formação* de preços, e não inelasticidade da oferta agrícola (Rangel, 1986, p. 29).

Além disto, como a própria política de modernização da agricultura no período demonstrava, a adoção de medidas como mecanização, fertilização e sistematização de solos, ampliação da rede de armazenagem e de comercialização (via cooperativas e supermercados do Estado) ampliaria significativamente a produção agrícola.

Rangel também chamava atenção para os efeitos do mercado consumidor sobre a produção agrícola. Numa sociedade em rápida mudança pelo crescimento da renda e pela urbanização, o perfil do consumo em geral e o de alimentos em particular, também se alteravam. Primeiramente, o consumo de alimentos crescia menos do que o consumo em geral, devido a baixa *elasticidade-renda da demanda* ou seja, a medida que cresce a renda, o consumo de bens mais básicos é satisfeita mais facilmente, com menor parcela da renda. Parcela maior desta é direcionada para o consumo de bens duráveis e para investimentos. Assim, aumentos constantes de produção de produtos alimentares básicos não resultam em aumento proporcional do consumo por longos tempos. O problema da fome e da subnutrição paulatinamente se transforma em problema da distribuição de renda e não da falta de produtos.

Por outro lado, apontava Rangel, a rigidez do consumo de alimentos no sentido de sua redução, beneficiava os mecanismos de intermediação-comercialização que elevavam os preços:

Ora, a elevação dos preços de itens tão decisivos da cesta de consumo das massas trabalhadoras, como o são os gêneros alimentícios, implica em redução do salário real, diretamente proporcional à taxa de elevação dos preços e ao peso específico dos produtos correspondentes, na cesta de consumo. [...] Essa diminuição da renda real do trabalhador implica, por sua vez, numa redução da mesma magnitude de sua demanda. Entretanto, como em prazo curto, a demanda de gêneros alimentícios das massas trabalhadoras é muito menos elástica do que a demanda de outros itens de consumo, como vestuário, calçado etc. que, para usar a expressão corrente, *podem esperar até próximo aumento*, resulta que se modifica a estrutura da demanda popular, pelo aumento temporário do percentual de renda gasto na compra de gêneros alimentícios, e diminuição do percentual destinado à compra de bens mais ou menos duráveis de consumo, como os exemplificados (Rangel, 1986, p. 29).

A elevação dos preços dos alimentos, assim, é ocasionada pela ação dos oligopólios-monopólios de intermediação comercial-financeira que se

aproveitam por um lado, do crescimento da renda e por outro, da rigidez do consumo de produtos alimentícios. A imensa concentração de capital ocorrida no setor agroalimentar internacional desde a década de 1990, incluindo-se a circulação internacional da produção via bolsas de mercadorias e futuros e grandes *tradings* oligopólicas elevou esta realidade a níveis do mercado mundial de produtos agroalimentares. A dinâmica dos preços e da oferta agrícola passa a ser governada pelos oligopólios que se comportam como monopólios, porque na verdade não encontram concorrência real. Assim a ideia de Rangel de que não há problema absoluto de oferta de alimentos e que os mecanismos intermediários de comercialização controlam a oferta e os preços é plenamente válida para o contexto internacional atual dos produtos agrícolas.

A Centralização de Capital nas Bolsas de Valores, de Mercadorias e Futuros

No movimento de ampliação da exportação de capitais e da financeirização, amplia-se conjuntamente a importância internacional e o domínio dos grupos monopolistas dos Estados Unidos e Europa ocidental: **a partilha do mercado mundial** por um punhado de grupos monopolistas, como apontou Lenin (2011). A centralização do capital é tão grande em setores da produção agropecuária, que por um lado, um pequeno número de grupos concentra tanto a produção de insumos (sementes, fertilizantes e defensivos), quanto a pesquisa biotecnológica, o financiamento da produção, a armazenagem, o processamento e a venda no mercado mundial (Cargill, Monsanto, ADM, Syngenta, Monsanto, Nidera, entre outros poucos). Por outro, no topo do financiamento do mercado agropecuário, vem ocorrendo fusões de capital nas próprias bolsas de mercadorias e futuros e entre estas e as bolsas de valores. Enquanto na década de 1990 o movimento de fusões e aquisições de grupos industriais e agroindustriais chamou a atenção, na década de 2000 o movimento foi de fusões no próprio mecanismo de circulação do capital financeiro: as bolsas de valores e as bolsas de mercadorias e futuros.

Desde fins da década de 1990 ocorreram inúmeras fusões especialmente entre bolsas dos Estados Unidos e da Europa, criando gigantes que controlam as vendas de ações, bônus e derivativos em inúmeros países como se pode observar no quadro nº 1. As bolsas abriram seu capital e passaram a vender as próprias ações.

Em termos das *commodities* agropecuárias as fusões das bolsas significaram maior integração tanto em termos do volume e facilidade de negociações, quanto da determinação dos preços internacionais. O exemplo mais importante foi a fusão da Chicago Board of Trade com a Chicago Mercantile

Exchange, com a New York Mercantile Exchange e com a Kansas City Board of Trade, formando o CME Group, a maior bolsa mundial de derivativos. Além desta, a fusão de 15 bolsas dos Estados Unidos, do Canadá, da Europa e de Cingapura originou o segundo maior grupo, a Intercontinental Exchange, enquanto a compra da International Security Exchange pela Eurex, tornou-a outro gigante. Estas três bolsas concentram 37% das negociações mundiais de derivativos em 2013. Na última década as fusões de 52 bolsas originaram 16 bolsas de valores, mercadorias e futuros.

Quadro 1 – Fusões entre bolsas de mercadorias e futuros e bolsas de valores

Bolsa atual	Bolsas incorporadas	Volume de contratos futuros em 2013	Part. % no total mundial em 2013
ASX Group	- Australian Stock Exchange - Sydney Futures Exchange	261.790.908	1,23
CBOE Holdings	- Chicago Board Options Exchange. - CBOE Futures Exchange - C2 Exchange	1.187.642.669	5,2
CME Group	- Chicago Board of Trade - Chicago Mercantile Exchange - New York Mercantile Exchange (fusão da NYMEX, Comex, Clearport e Dubai Mercantile Exchange - Kansas City Board of Trade	3.161.476.638	14,6
EUREX	-International Securities Exchange - Eurex - ISI Gemini	2.190.548.148	10,3
INTERCONTINENTAL EXCHANGE	- ICE Futures Europe - ICE Futures U.S. - ICE Futures Canada - Chicago Climate Futures Exchange - Singapore Mercantile Exchange - Nise Euronext (fusão da Liffe-UK, Liffe-Amsterdam, Liffe-Paris, Liffe-Brussels, Liffe-Lisbon, Liffe- derivatives, NYSE Arca Options, NYSE Amex Options e NYSE Liffe US	2.807.970.132	13,2
BM&F BOVESPA	- Bolsa de Valores de São Paulo - Bolsa de Mercadorias e Futuros	1.603.600.651	7,5
NASDAQ OMX GROUP	- Philadelphia Stock Exchange - Nasdaq OMX Group (Nordic markets) - Nasdaq Options Market (U.S.) - Nasdaq OMX Commodities - Nasdaq OMX Futures Exchange - Nasdaq OMX Boston Options	1.142.955.206	5,4
LONDON STOCK EXCHANGE GROUP	- Italian Derivative Market - Turquoise Derivatives	50.384.211	0,2

continua...

continuação

Bolsa atual	Bolsas incorporadas	Volume de contratos futuros em 2013	Part. % no total mundial em 2013
SINGAPORE EXCHANGE	- Singapore Exchange - Singapore Commodity Exchange - SGX Asia Clear	112.077.267	0,5
MULTI COMMODITY EXCHANGE OF INDIA	- Multi Commodity Exchange of India - MCX Stock Exchange	794.001.650	3,7
CEE STOCK EXCHANGE GROUP	- Budapest Stock Exchange - Wiener Borse	8.106.798	0,03
HONG KONG EXCHANGES & CLEARING	- London Metal Exchange - Hong Kong Exchanges & Clearing	301.128.507	1,4
JAPAN EXCHANGE GROUP	- Osaka Securities Exchange - Tokyo Stock Exchange	366.145.920	1,7
TMX GROUP	- Boston Options Exchange - Montreal Exchange	155.753.473	0,7

Fonte: FIA. Annual Volume Survey, vários anos.

As bolsas do Japão, da China e da Índia resistem ao movimento de abertura de capital e fusões com bolsas dos Estados Unidos e da Europa, promovendo fusões entre as bolsas da própria região. A bolsa de Tóquio se fundiu com as de Hiroshima, Niigata, Nagóia, Fukuoka e Sapporo, além da Jasdq Securities Exchange, conforme dados de Passos (2007). Já a bolsa de Hong Kong abriu seu capital em 2000, visando atrair recursos para a China. Ao mesmo tempo as bolsas chinesas de Xangai e Shenzen crescem aceleradamente: “De propriedade do estado e devidamente protegida pela não conversibilidade da moeda chinesa, a capitalização de mercado da Bolsa de Valores de Xangai atingia US\$ 1,738 trilhão em julho de 2007. No mês seguinte, a entidade exibia a maior taxa anual de expansão nesse critério em dólares – 413,17% –, seguida de perto por sua conterrânea de Shenzen” (Passos, 2007).

Relatório de 2013 *Futures Industry Association* (FIA, 2013) aponta que nos últimos anos a China foi o país que mais cresceu nos mercados de futuros. Das 30 maiores bolsas em 2013, 5 são chinesas e negociaram 10,9% do total mundial de contratos.

Bolsas de Cingapura e de Hong Kong vem participando de fusões com bolsas da Europa e Estados Unidos. Após a eclosão crise econômica em 2008, bolsas de futuros da Índia vem ganhando destaque e figurando entre as maiores, também por meio de fusões e aquisições. As bolsas asiáticas estão entre as maiores e são as que mais crescem no mundo, assim continuam em termos financeiros o movimento de acumulação de capital industrial que iniciaram desde pelo menos a década de 1950, com o Japão.

No Brasil, a BM&F e a Bovespa fundiram suas operações em 2008. Em seguida realizaram contrato com o CME Group para utilização da Globex, uma plataforma eletrônica de negociações de futuros e opções com 1100 pontos de negociação direta no mundo. Com a plataforma, a negociação e estabelecimento de preços entre investidores de diferentes países se ampliou significativamente.

Conclusões

A elevação dos preços de alimentos na economia mundial da última década é fenômeno ligado diretamente à dinâmica financeira da agricultura e da circulação de produtos agrícolas em escala mundial. Os mecanismos financeiros ligados às tradings agrícolas e as bolsas de mercadorias e futuros se antecipam às safras e levam a grandes oscilações dos preços conforme as expectativas de ganhos e o volume das apostas dos investidores.

A crise dos ativos puramente financeiros estimulou migração em massa, pelos fundos de investimentos para commodities, especialmente as energéticas e as alimentares.

A dinâmica é exatamente aquela apontada por Lênin (2011), no seu livro clássico sobre o imperialismo. Para ele, no período do imperialismo, marcado pela imensa centralização de capital em que poucos grupos que partilham o mercado mundial, as maquinações financeiras e a exportação de capital se tornam mais importantes do que a produção e a exportação de bens reais. Esta é a essência do problema da inflação de alimentos e não questões pontuais como a ampliação da produção de biocombustíveis ou de consumo de alimentos pelos países do leste asiático.

Um elemento central para se argumentar sobre o papel dos mercados futuros na elevação dos preços é que o crescimento do número de contratos futuros de commodities agropecuárias e a elevação dos preços foram muito mais intensos do que o crescimento do comércio mundial de produtos agrícolas. No bojo da liberalização financeira na década de 1990 e das sucessivas crises financeiras, nos anos 2000 grande volume de recursos dos grandes fundos de investimentos direcionam seus recursos para as commodities agropecuárias. Estas passavam por momento significativo do comércio e produção mundial, levando a rápida aceleração dos preços mundiais nos anos de 2006-2008 e de 2011.

A elevação dos preços levou a amplo debate internacional, no entanto, ao concentrar suas discussões e propostas de políticas na crítica aos agrocombustíveis e na defesa da produção de alimentos, os movimentos sociais e intelectuais críticos acabam por fazer o jogo do mercado financeiro. Estes contribuem para que se desvie a discussão do papel central que a especulação

em títulos de commodities agropecuárias exerce na dinâmica dos preços internacionais. A alta dos preços fez ressurgir as pressões por regulação do mercado de produtos agrícolas e amendrontou especuladores. É por este motivo que o próprio mercado financeiro, por meio de relatórios do FMI, aponta o aumento de consumo de alimentos, especialmente dos asiáticos, como principal responsável pela inflação de alimentos.

As bolsas de mercadorias e futuros são o elemento mais desenvolvido da dinâmica financeira da agricultura tornando-se centrais na circulação de parte expressiva da produção agrícola e da determinação de preços internacionais. As bolsas se tornaram por um lado, meio de acumulação de capital especulativo em larga escala, e por outro em fonte de recursos para os grandes monopólios agropecuários e *tradings* dos Estados Unidos e da Europa ampliarem sua ação. Na sequência da imensa centralização de capital que envolveu o setor agropecuário mundial nas últimas décadas, as bolsas de mercadorias e futuros e de valores passaram por processo de fusão, especialmente as europeias e norte-americanas formando gigantes que controlam grande parte do comércio mundial de futuros. O processo foi estimulado em parte pelo crescimento acelerado das bolsas asiáticas, que rapidamente ampliam sua parcela no setor.

REFERÊNCIAS

ARRIGUI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

BENETTI, Maria Domingues. **Globalização e Desnacionalização do Agonegócio Brasileiro no Pós-1990**. Documentos FEE, n° 61. Porto Alegre: FEE, 2004.

BURBACH, Roger, FLYNN, Patrícia. **Agroindústria nas Américas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FAO. **Aumento del precio de los alimentos: hechos, perspectivas, impacto y acciones requeridas**. Conferencia de alto nivel sobre la seguridad alimentaria mundial: los desafíos del cambio climático y la bioenergía. FAO: Roma, 2008.

FAO. **The State of food and Agriculture. Food Aid and food Security?** Roma: FAO, 2006.

FMI. World Economic Outlook. Housing and the business cycle. **April 2008**.

FIA- Futures Industry Association. **Annual Volume Survey**. vários anos.

GONÇALVES, José Sidnei. Agricultura Sob a Égide do Capital Financeiro: Um Passo Rumo ao Aprofundamento do Desenvolvimento dos Agronegócios. *In: Informações Econômicas*, São Paulo, v. 35, n. 4, abr, 2005.

HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque. A Organização Mundial do Comércio e os Países em Desenvolvimento. *In: Cadernos Geográficos*, n. 8, Florianópolis, Março, 2005.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. Campinas: Unicamp, 2011.

MEDEIROS, Marlon C. **A Geografia Econômica do Setor Agroalimentar Brasileiro: Investimentos, Recursos Ociosos e Dinâmica Cíclica (1990-2007)**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH//USP, 2009.

MONBEIG, Pierre. Capital e Geografia. *In: Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*. Rio De Janeiro: Difel, 1957.

OMC. **International Trade Statistics Database**. Disponível em www.wto.org

PASSOS, Maria H. **Bolsas Mundiais Abrem-se as bolsas em todo o mundo**. *In: Revista Bovespa*, out./dez. 2007.

PRATES, Daniela M. A alta recente dos preços das commodities. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 3, p. 107, jul./set. 2007.

RANGEL, Ignácio. A Questão Agrária Brasileira (1963). *In: RANGEL, Ignácio. Obras Reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto/BNDES, 2005.

RANGEL, Ignácio. **A Inflação Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Biental, 1986.

SANTOS, Daniela, BATALHA, Mário, PINHO, Marcelo. A Evolução do Consumo de Alimentos na China e seus Efeitos sobre as Exportações Agrícolas Brasileiras. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, mai./ago. 2012.

SAUVIAT, Catherine. Os Fundos de Pensão e os Fundos Mútuos: Principais atores da finança mundializada. *In: CHESNAIS, François. A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

STIGLITZ, Joseph. **Os Exuberantes Anos 90**: Uma interpretação da década mais próspera da história. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VIANA, João Aurélio. Cédula do Produto Rural: indicador de modernização do agronegócio? **Bahia Agrícola**, v. 6, n. 2, jun. 2004.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em Massa**. Geopolítica da Fome. São Paulo: Cortez, 2013.

WEDEKIN, Ivan. **A globalização e a expansão dos mercados futuros agropecuários**. Seminário “Perspectivas para o Agribusiness em 2008 e 2009”. **Anais [...]**. São Paulo: BM&F, 24 jun. 2008.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

AS CONEXÕES ENTRE OS FUNDOS FINANCEIROS E AS EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Alessandro Francisco Trindade de Oliveira

Introdução

Há uma necessidade de aprofundamento nos estudos que relacionem o sistema financeiro e o agronegócio¹ brasileiro pois, esse elo já extrapolou o processo de simples financiamento de um ao outro e já adentrou em uma forma de controle por meio de participações acionárias. O agronegócio vem sendo um setor cada vez mais vinculado aos fundos globais que desejam diversificar suas aplicações, num processo em que o capital derivado de juros edividendos acionários ganha mais importância sobre as relações econômicas, direcionando o rumo da produção e da comercialização.

A forma de associação entre o capital financeiro representado pelos grandes fundos financeiros² globais e as empresas nacionais e multinacionais (ou transnacionais)³ é associativa, aglutinando os capitais especulativos das instituições financeiras e das empresas capitalistas de investimento, financeiras ou não. Diante das alocações financeiras nas companhias de capital aberto, verificou-se nas empresas com maior vínculo ao agronegócio no Brasil se a participação dos fundos financeiros seria relevante ao ponto de não ser possível negar a afirmação de que os fundos exerceriam papel de agentes principais no aporte de recursos sobre as grandes multinacionais do agronegócio.

Nessas relações, entendeu-se que o agronegócio brasileiro foi alvo de intensas transformações nas últimas décadas, em parte pelo crescimento de sua estrutura e capacidade produtiva, e em parte pela sua inserção nos circuitos financeiros globais. Logo, o agronegócio tem sido um eixo de investimentos e intervenções dos mercados especulativos, com cada vez mais estudos se preocupando com o tema. Assim, esta análise se justifica devido às relevantes transformações setoriais induzidas pelo mercado financeiro que dão

- 1 O entendimento de agronegócio trabalhado nesse estudo se vincula ao pensamento de Gonçalves (2005), que o associa a um conjunto de cadeias produtivas agropecuárias mediadas pelo capital financeiro.
- 2 A conceituação de Fundo Financeiro utilizada nesse trabalho concorda com a abordagem de Pessanha (2019) que os representa como um segmento de negócio voltado a captação e gestão de capitais por meio dos instrumentos e produtos vinculados ao setor financeiro.
- 3 Os conceitos multinacional e transnacional serão tratados como sinônimos neste trabalho.

novo curso ao desenvolvimento da cadeia vinculada a agricultura e pecuária no Brasil.

Neste debate, se analisou um rol de grandes empresas que são destaque em suas áreas de atuação no Brasil e que possuem grande vínculo à produção agropecuária e agroindustrial. Por meio de planilhas dos principais acionistas, buscadas no portal *MarketScreener* e uso dessas informações no software Gephi⁴, foram estruturadas redes de vinculação entre os principais acionistas e as empresas nas quais possuem participações.

Nesse sentido, visualizou-se uma presença considerável de grandes fundos financeiros internacionais, sobretudo dos Estados Unidos, com investimentos nas principais companhias estudadas. Esses fundos são complexos gigantescos de controle financeiro mundial, com gestão direta de trilhões de dólares. Somente o maior deles, o *Black Rock*, tinha em sua plataforma⁵ a possibilidade de gerir ativos na ordem de 20 trilhões de dólares em 2021, com uso massivo de ferramentas tecnológicas e informações não acessíveis a investidores pessoa física. Em menor número temos também fundos nacionais, empresários individuais, fundos de pensão e o BNDES.

Para o desenvolvimento desta análise, houve uma associação entre uma pesquisa bibliográfica com uma análise dos dados provenientes dos relatórios das empresas multinacionais, de institutos de pesquisa e da mídia especializada. As listagens disponibilizadas pelas revistas Exame (edições Maiores e Melhores de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020) e a lista da Valor 1000 nos ajudaram a criar um banco de informações sobre as maiores empresas no agronegócio nacional. Assim, foram analisadas informações sobre as seguintes empresas: BRF, Bunge, JBS, ADM, Yara, Basf, Bayer, Suzano, Klabin, Cofco, Unilever, Marfrig, Mosaic, Minerva, M Dias Branco, British American Tobacco e Biosev.

A partir deste grupo de grandes empresas, passou a estudar os vínculos e conexões existentes entre empresas financeiras internacionais (fundos financeiros) e o setor produtivo que elas atuam. Verificou-se que, assim como outros setores da economia, há presença cada vez maior de fundos financeiros dominando o capital produtivo, escalando a financeirização dos negócios.

O avanço do capitalismo financeiro-rentista: dos bancos aos fundos internacionais

A atuação das grandes multinacionais, elevada pela abertura econômica dos anos 1990, era apresentada no meio acadêmico como a nova forma do

4 O Gephi é um software de código aberto e gratuito utilizado para manipulação, análise e visualização de redes egrafos

5 Apesar de oficialmente o *BlackRock* ter sob sua gestão algo na ordem de 7 trilhões de dólares em 2021, a plataforma Aladdin permite gestão financeira de ativos de fora do fundo, ampliando esse universo.

capitalismo agrário no final do século XX, com uma produção orientada pelo mercado e bastante ligada aos entes financeiros. Nessa década, tinha-se uma transição de formas de financiamento do campo, com menor presença do Estado e maior inserção de mecanismos privados. Foi um período que sofreu com cortes de incentivos e subsídios, com alta redução no crédito rural e aumento das taxas de juros. Aí então já se falava em uma financeirização da produção agropecuária, pois a produção passou a ser atrelada cada vez mais aos mecanismos de financiamento privado e subordinada a precificação das bolsas de mercadorias que ditam o rumo da produção no campo pelo valor atribuído as *commodities* nele produzidas.

No entanto, aqui, quando se propõe o estudo do setor financeiro e bursátil, trazendo o conceito de financeirização, busca-se referir aos proprietários/acionistas que injetam quantias nos negócios produtivos, com o objetivo de maximização da grandeza do lucro. Esse lucro é proposto na presença dos grandes grupos, em todos os elos da cadeia produtiva, desde o fornecimento de insumos até a comercialização da produção final, e se ancora numa expectativa do aumento da demanda mundial por alimentos.

A forma de análise que será aqui exposta baseia-se, também, na conceitualização de capital financeiro, proposta por Hilferding (1985), que associou esse termo a uma descrição da fase do capitalismo em que esse tipo de capital exerce um comando sobre os demais setores, ou seja, impondo normas de acumulação. Para o autor, o capital financeiro é o capital em forma de dinheiro que “mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro” (Hilferding, 1985, p. 219). Com isso, essa forma de capital ainda necessita de uma base no capital produtivo para a sua reprodução.

Na época desta elaboração conceitual de Hilferding (1985), na passagem do século XIX para o século XX, os agentes que mais desempenhavam esse papel de investimentos na forma monetária eram os bancos. Por isso, em seus exemplos, há uma ênfase aos bancos como credores dessa associação com as indústrias, por meio da propriedade de ações, cuja forma de relação ocorria sem a posse do capital fixo na empresa. Emergia, assim, uma uniformização do capital, numa associação do capital industrial ao bancário. Expunha-se, nesse momento, a figura do investidor institucional, como o grande investidor por trás das companhias de capital aberto.

Em um período mais recente, observa-se a proeminência desses grandes investidores institucionais, representados agora, além dos grandes bancos, por organismos como os fundos de pensão, fundos coletivos administrados por gestores de investimento, bancos internacionais e até mesmo o Estado. Esse último, de maneira geral, é o menos anônimo de todos, já que, com

frequência, aparece nos noticiários econômicos mediante qualquer investida, sendo destacado como leviatã nos negócios, apesar do centro especulativo das grandes corporações estar envolto por grandes fundos mútuos, mais do que qualquer um dos demais tipos de instituições envolvidas nas corporações. Com relação às empresas de investimento, essas serão designadas nesse trabalho como fundos financeiros, conforme a conceituação adotada por Pessanha (2019) ao se trabalhar com as empresas de gestão de investimentos que tem como atividade principal a aplicação de recursos de seus clientes nos mais diversos produtos especulativos do mercado.

Esses fundos, segundo Sauviat (2005), tornaram-se os componentes mais importantes do mercado financeiro desde os anos 1990, dada a sua capacidade de aglutinação de recursos dos mais afortunados para aplicações e também a de alterarem a estrutura, amplitude e funcionamento dos mercados. No final de 2019, a quantidade de recursos administrados pelos fundos financeiros era de quase 60 trilhões de dólares, a 70% do PIB mundial do período⁶. Essas instituições são provenientes principalmente dos Estados Unidos, que concentravam em 2020, aproximadamente, metade de sua capacidade de captação, e na Europa, que era responsável por 34% da origem dos recursos⁷.

No capitalismo do século XX, o avanço das S.A.s foi caracterizado por quantias cada vez mais significativas aplicadas nesses negócios, o que implicou na possibilidade de determinados acionistas externos à empresa terem voz ativa nos direcionamentos do negócio. Essa característica é descrita por Sauviat (2005) ao indicar que os fundos passaram a dispor do papel duplo: de credores e proprietários. No desempenho do primeiro papel poderiam reivindicar parte dos lucros como pagamento pelo risco assumido ao depositarem seus recursos na forma de compras dos títulos de renda. Já na prática de proprietários, poderiam fazer ainda mais exigências, como normas para o grupo inteiro, sugerir administradores e fazer com que toda a capacidade da empresa fosse direcionada, unicamente, à criação de valor ao acionista.

Essas características, da forma capitalista das Sociedades Anônimas ou Sociedades por Ações, não foram embutidas no início desse tipo de organização, mas se construíram ao longo do tempo e foram corroboradas pelas políticas econômicas e monetárias ao longo do século XX. No final deste período, especialmente nas duas últimas décadas, observou-se um amplo crescimento das políticas e práticas neoliberais na economia, que implicaram em reorganizações da geoeconômicas no mundo.

À medida que as economias periféricas foram se internacionalizando, o capital concentrado em fundos dos países centrais, que até certo ponto

6 Análise meramente comparativa, pois não há uma relação direta entre os recursos administrados pelos fundos financeiros e a composição do PIB mundial

7 Informações disponíveis na Associação Internacional de Fundos de Investimento, disponível em <https://www.iifa.ca/>.

atingia alguns limites de atuação nesses países, vislumbrava os mercados estrangeiros para extração do lucro especulativo. O momento que o mundo passava, nos anos 1990, tornou-se ideal para essa investida, uma vez que o bloco soviético se desfazia, as economias latino-americanas se abriam e a Ásia mostrava-se também com grande potencial ao capital do ocidente.

O avanço nas comunicações e a informatização das bolsas de valores caminhariam juntas para facilitar o trânsito dos investimentos. As fontes desse capital, conforme Sauviat (2005), foram obtidas nos aglomerados de investimentos dos trabalhadores (fundos de pensão) e também no acúmulo gerado por empresas e fortunas individuais (fundos mútuos). A gestão desses ativos financeiros passou a ser cada vez mais especializada, representada por empresas com atuação específica no ramo, descoladas de instituições financeiras tradicionais como os bancos.

Já o destino desses recursos estaria quase sempre atrelado a setores que apresentassem *boom* produtivo, ou seja, que representassem altas possibilidades de segurança e ganhos altos às aplicações, pois o risco deveria ser minimizado e conhecido. Nesse contexto, o agronegócio brasileiro ganhava ainda mais espaço, como grande impulsionador das divisas ao Brasil no início do século XXI, dado seu elevado volume de exportações, e pela perda relativa de participação da indústria após as crises econômicas dos anos 1980/1990 em meio aos novos planos econômicos, sobretudo o Plano Real, que se ancorava em juros elevados e câmbio apreciado em sua fase inicial.

Após a abertura dos anos 1990, que propiciou uma maior inserção de grandes grupos estrangeiros, o agronegócio foi se internacionalizando cada vez mais e inserindo-se numa lógica financeira internacional, ou seja, foi dependendo também de capitais especulativos do resto do mundo para a sua capitalização. Esses capitais estariam relacionados, em sua maioria a grandes empresas de investimentos internacionais, bancos, a grupos familiares ricos e ancorados por investimentos estatais. Os fundos financeiros criaram uma base de diversificação de investimentos por diferentes frações do capital e regiões que funcionam como uma espécie de colchão para atenuar os riscos das aplicações por meio da sua hiper mobilidade que é tão desejada pelo capital global⁸.

No começo dos anos 2000, os fundos financeiros já detinham cerca de 20% dos ativos financeiros, aplicados em algum produto, pelas famílias norte-americanas, com destaque para os nomes Fidelity, T. Rowe Price, Vanguard

8 É importante também que o termo “fundo financeiro” não se confunda com o termo “fundo de investimento”. Coloquialmente, muitas vezes se utiliza a expressão fundo de investimento para essas empresas, porém o fundo de investimento é o produto oferecido pelos fundos financeiros. No art. 3º da instrução 555 da CVM (2014), o fundo de investimento é conceituado como “uma comunhão de recursos, constituído sob a forma de condomínio, destinado à aplicação de recursos”. Os fundos de investimento assim, fazem parte dos fundos financeiros, aliás, um fundo financeiro controla diversos fundos de investimento, que são condomínios formados com os recursos de seus clientes para aplicações financeiras.

e *BlackRock*. E, nesses fundos, a composição do patrimônio administrado era formada por cerca de 75% de investidores individuais ou famílias e 25% de investidores institucionais. Ainda, segundo Sauviat (2005, p. 115):

[...] Diferentemente dos fundos de pensão, esses fundos de investimento coletivo não possuem ativos próprios, mas apenas os administram em nome de seus clientes. São administradores em nome de terceiros. Eles são bastante poderosos financeiramente: ao final de 2002, o montante dos ativos institucionais administrados em nível mundial pelo grupo Fidelity, por meio de mais de trezentos fundos individuais (US\$ 576 bilhões), era mais de quatro vezes superior aos ativos de CalPERS, o primeiro fundo de pensão nos Estados Unidos (US\$ 128,7 bilhões).

Nota-se, por meio desses números, o quão grande tornavam-se os fundos, mesmo com valores dos anos 2000. Eles passaram a ter participações importantes não só nas empresas norte-americanas, mas adentraram as bolsas de todo o globo, com cotas importantes nas principais empresas. A atuação nos países emergentes intensificou-se nos anos 1990 e 2000 e, além de contribuir para o crescimento do mercado de capitais, também foram parte importante das instabilidades financeiras, nesses países, ao longo dessas décadas.

As multinacionais do agronegócio, sobretudo as brasileiras que cresciam ao longo dos anos 2000, viam nesse mercado uma possibilidade de maior aporte de recursos, via abertura de mercado nas bolsas de valores. Assim, já nos primeiros anos da década de 2000, várias empresas brasileiras do segmento agro abriram seu capital na Bolsa de Valores de São Paulo, sendo que no intervalo entre 2004 e 2008 o fenômeno teve mais intensidade. Logo, tiveram suas IPOS (Initial Public Offering)⁹ as empresas Cosan, Tereos, e São Martinho (cana-de-açúcar e biocombustíveis); Marfrig, Minerva, BRF e JBS (proteína animal); Nutriplant e Heringer (fertilizantes e agroquímicos); Suzano e Duratex (papel e celulose); SLC Agrícola, Vanguarda Agro, Renar Maçãs e Pomifrutas (agricultura); Agrengo (trading); Brasil Agro (aquisição e desenvolvimento de propriedades). Mesmo que esta etapa inicial fosse aberta para investidores de todos os tipos, inclusive pequenos investidores pessoas físicas, o aporte de grande quantia de recursos se dá por meio dos grandes fundos financeiros.

Com a crise de 2008, chamada de crise do *subprime*, propiciaram-se novas investidas do capital financeiro, culminando na necessidade de diversificação dos portfólios de investimentos dos grandes fundos, semelhante a outros períodos, como na chamada “bolha ponto com” dos anos 1990. Assim, novamente um dos

9 A Initial Public Offering (IPO) é um processo pelo qual uma empresa passa a oferecer publicamente suas ações para negociação pela primeira vez.

focos de diversificação passam a ser os negócios ligados a *commodities* agropecuárias e à terras, não necessariamente as cultiváveis, uma vez que também se promoveu o chamado *Green Grabbing*, expressão que se relaciona à produção de florestas plantadas, mercado de carbono e ao REDD¹⁰. Essa diversificação em parte se travestia com discurso da sustentabilidade e proteção ambiental, para assim criar novos ativos e produtos financeiros, como os chamados ESG (*Environmental Social and Governance* – Ambiental, social e governança), que são um produto financeiro para aplicações em portfólios que contemplassem ações de empresas que adotam práticas ambientalmente sustentáveis.

A resposta do mercado financeiro para as crises que ciclicamente atingem os mercados está quase sempre pautada na diversificação, alocando parte dos recursos fora de ativos “tradicionais”. Por diversificação também é possível utilizar o conceito de mobilidade, pois o capital, em sua forma financeira, possui uma capacidade muito alta de mobilidade, o que Pessanha (2019) acabou chamando de “hipermobilidade do capital”. Logo, a financeirização do agronegócio, das terras, dos complexos agroindustriais e também da energia, mineração e da infraestrutura correlata a essas atividades passa a ser interessante para a especulação. Esse fator não isenta essa atividade do risco, que é inerente ao mercado de capitais, mas, abre possibilidades para exploração de lucros financeiros em mais setores.

A rede formada pelos fundos financeiros e empresas de capital aberto

Para uma melhor visualização das conexões dos fundos com as grandes multinacionais e com as empresas brasileiras do ramo agro, buscou-se expor a rede que os fundos financeiros acabam tecendo, ao difundir suas participações financeiras por empresas selecionadas. Diante disso, uma análise no formato de redes pode mostrar a dinâmica e a abrangência que os fundos podem alcançar, mesmo que em nosso caso, trate-se de um recorte representado por algumas empresas que possuem ligações com o agronegócio.

Uma abordagem que se faça identificar uma estrutura de rede de controle, por meio das participações financeiras nas empresas, e que também dão direito à parte do controle e a votos nas assembleias permite inferir que o direcionamento dos conglomerados se dá, também, pela vontade dos gestores financeiros dos fundos financeiros. Conforme Vitali, Glattfelder e Battiston (2011), uma análise quantitativa sobre a rede dos acionistas não pode ser colocada

10 Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2016), REDD+ (Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação florestal + conservação, manejo e aumento de estoques de carbono), é um inventivo financeiro que recompensa financeiramente países em desenvolvimento pela redução da degradação florestal e dos gases do efeito estufa.

como uma tarefa trivial, porque esses fundos podem exercer o controle sobre diversas empresas, por meio de uma rede de relações diretas e indiretas de propriedades, a qual se expande por todos os continentes.

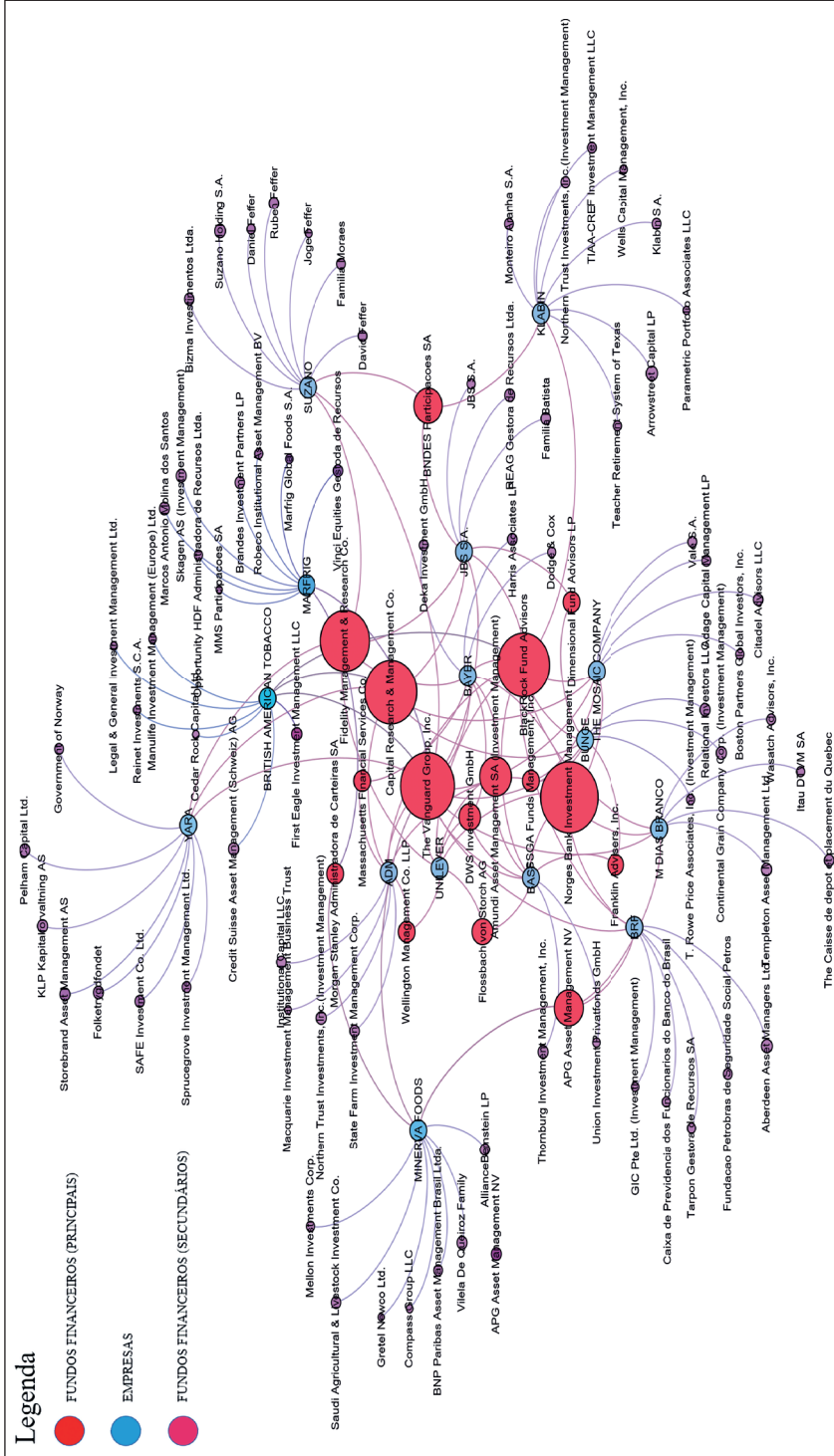
Diante dos dados obtidos das composições acionárias das companhias de capital aberto, foi possível construir, uma malha de ligações entre os fundos financeiros e suas articulações entre as companhias analisadas. Essa malha revela que alguns fundos ocidentais se destacam pela presença em mais empresas, e assim possuem mais ligações, ficando numa posição mais centralizada.

Como apontado por Vitali, Glattfelder e Battiston (2011) é uma intuição comum entre os estudiosos da economia global que toda a economia seja dominada por um grupo seleto de grandes corporações. Essa intuição é muitas vezes demonstrada por organogramas que demonstram como cada empresa pertence a um grupo maior, e que o que nos é apresentado como empresas concorrentes, são, em muitas vezes, subsidiárias de um mesmo núcleo empresarial. Os autores ainda enfatizam que esse tipo de investigação, quando aprofundada, vai muito além de uma trivialidade, pois demonstra como as relações indicam que existem o exercício de controle por meio de relações diretas e indiretas.

Outro discurso comum que se percebe nos autores que buscam retratar um período mais avançado do capitalismo, chamado de capitalismo financeiro, é o de que as finanças passam a exercer cada vez maior controle sobre a economia real. Mas essa discussão se dirige, com frequência, para uma demonstração de como os agentes financeiros atuam sobre a vida das pessoas, e de como o dinheiro se desvincula da produção física ao passo que flui pelas bolsas de valores. Há indicação de que o mercado financeiro atua paralelamente a produção de bens e mercadorias, circulando em um mundo à parte, desvinculado da produção. Mas é preciso fazer mais considerações a respeito.

Se propõe nas análises envolvidas nesse trabalho que o setor financeiro tem laços ainda bastante fortes com a produção física, com a economia real e com o fluxo de bens e serviços dos mais diversos setores. A circulação de capital se dirige em um fluxo maior para onde existem possibilidades de lucros produtivos, com a transformação de materiais em bens que sejam vendidos ao consumo mundial. Resumindo, o capital financeiro ainda busca na produção real os meios principais de associação e assim extraem os valores excedentes para a movimentação do mercado de capitais. Por meio das investigação das ligações entre o capital dos fundos financeiros e as multinacionais presentes no agronegócio brasileiro, chegou-se às seguintes demonstrações:

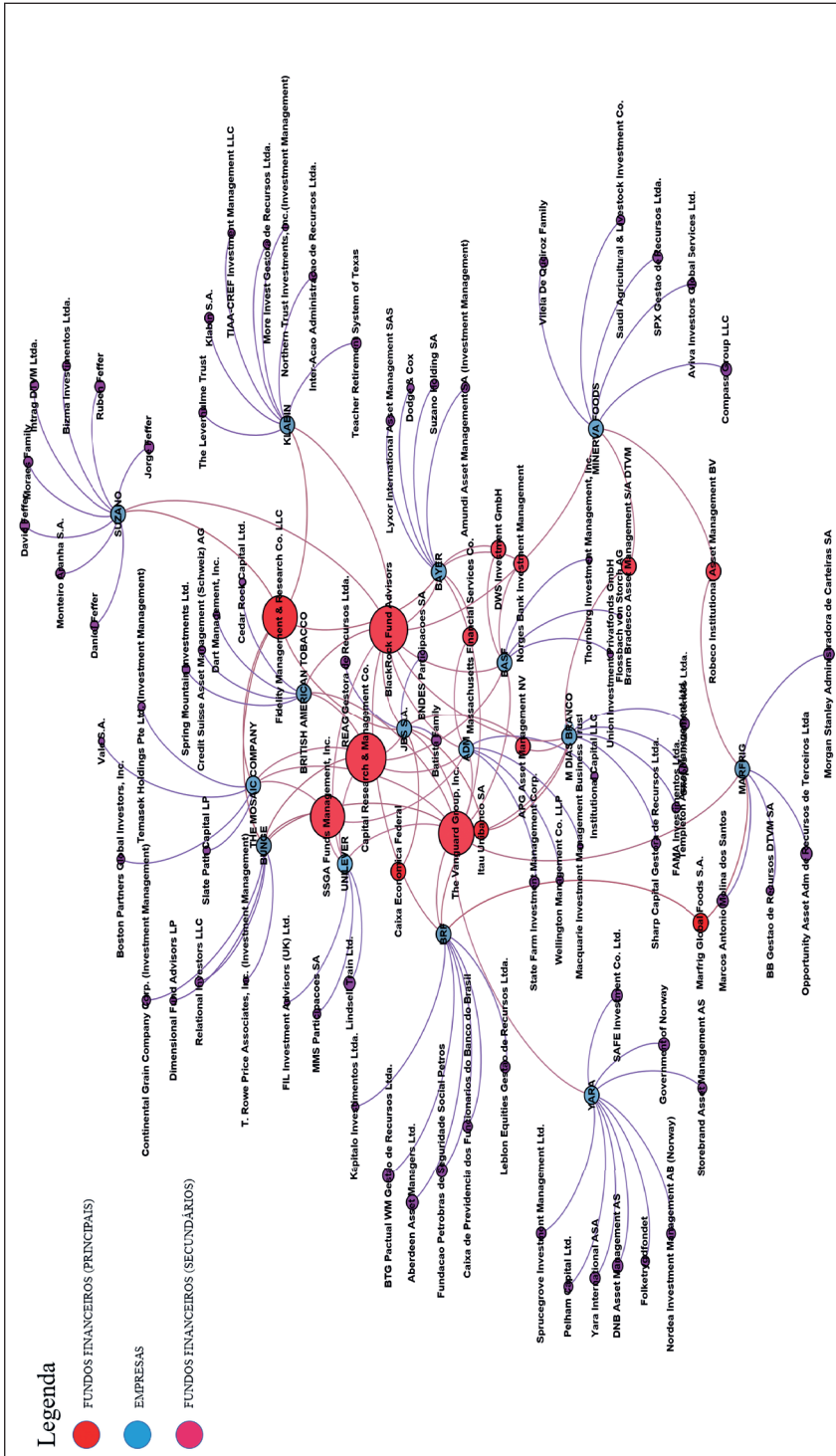
Figura 2 – A rede dos fundos financeiros em 2020



Fonte: Marketscreener (2020). Organizado pelo autor

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização
 Figura 3 – A rede dos fundos financeiros em 2021



Fonte: Marketscreener (2021). Organizado pelo autor.

Observa-se, por meio das relações destacadas nas figuras 1, 2 e 3, o entrelaçamento gerado pelas participações das grandes gestoras de fundos de investimento nas empresas selecionadas, destacando as gestoras que possuem participações em mais empresas. Assim, a abrangência do *The Vanguard Group*, *BlackRock Fund Advisors*, *Capital Research & Management Co.*, a *Fidelity Management & Research* e *SSGA Funds* é mostrada com destaque nas ligações. No portfólio desses fundos financeiros estão significativas participações nos grupos estudados, colocando-os de forma central da rede financeira. Também é interessante notar que o braço de investimentos do BNDES, a BNDESPar, diminuiu sua presença nas grandes empresas analisadas, fruto da política de desinvestimentos adotadas após 2019, o que fez com que o Banco vendesse sua participação na Suzano e na Marfrig. Serão tecidos breves comentários sobre os principais fundos financeiros internacionais na sequência.

O *Vanguard Group* apresenta-se como uma empresa de gestão ou consultoria de investimentos. Foi fundada em 1975, tem sua sede nos Estados Unidos e está entre as maiores gestoras de fundos do mundo. No estudo desenvolvido por Vitali, Glattfelder e Battiston (2011), os autores demonstraram que o Vanguard é um dos dez maiores controladores de ações do mundo. Em 2020 a gestora de fundos tinha cerca de US\$ 6,2 trilhões de dólares sob sua gestão, divididos em 190 fundos no portfólio dos Estados Unidos, 230 fundos fora desse país e mais de 30 milhões de investidores.

Conhecida no mundo financeiro com “*the company that owns the world*” (a empresa que é dona do mundo), o *Black Rock* é um grupo financeiro surgido nos Estados Unidos em 1988, e em menos de 30 anos já possuía uma grande fatia de todas as ações do mundo. Essa empresa possui também uma articulação bem disseminada de aplicações, sendo atualmente a maior gestora de fundos do mundo, em volume de recursos, administrando cerca de US\$ 7 trilhões de dólares, divididos em mais de mil fundos próprios¹¹13, ou seja, captando dinheiro de seus clientes e alocando em múltiplas carteiras, sobretudo em fundos de investimento e fundos de pensão.

O *BlackRock* possui participações importantes nas grandes multinacionais globais de diversos segmentos e cresceu estrondosamente após os anos 2000, sobretudo via fusões e aquisições de outras empresas do segmento financeiro, como ocorreu junto ao *Barclays*, do Reino Unido, e ao *Citibanamex*, mexicano. Após a fusão com a divisão financeira do *Barclays*, em 2009, que já era a maior gestora de fundos do mundo naquele ano, ampliou suas cotas nas

11 Informações provenientes do site da empresa: <https://www.blackrock.com/br/quem-somos/sustentabilidade-corporativa>.

grandes empresas brasileiras, chegando próximo a 10% de participações na Petrobrás e Vale do Rio Doce àquela época¹².

A *Capital Research & Management Co.* que se apresenta resumidamente como *Capital Group*, é mais uma gestora de fundos estadunidense, com ampla participação em empresas de diversos segmentos. Suas participações nas multinacionais do agronegócio partiam de 4%, nas que possuíam menos, até, em torno, de 6% na Klabin e quase 10% na *British American Tobacco*, controladora da Souza Cruz.

O *Fidelity Management & Research* não possui escritórios na América Latina, sendo sediado em Boston/EUA, com 140 escritórios espalhados por todas as regiões dos Estados Unidos e em mais oito países além de sua sede, pela Europa, Ásia e Austrália, além de laços com outras empresas de investimento, bancos, escritórios, consultores de investimento associados. O fundo foi criado em 1946, tendo como primeiro presidente Edward C. Johnson e logo no ano seguinte já inicia com a captação de recursos para seu primeiro fundo mútuo, que também foi o primeiro entre os fundos financeiros mundiais. A presença internacional se inicia em 1969, por meio de um escritório nas ilhas Bermudas, conhecido paraíso fiscal, e também um no Japão. Assim temos então uma divisão no grupo, com uma parte voltada ao mercado norte americano, a *Fidelity Management and Research*, e outra para atuação internacional, a *Fidelity International Limited*.

O *State Street Global Advisors ou SSGA* é um fundo financeiro também sediado na cidade de Boston/EUA, criado em 1925 a partir da fusão do *National Union Bank of Boston* e do *State Street Deposit & Trust*. Na década de 1950 e 1960 também incorporou importantes bancos regionais, como o *Second National Bank* e o *Rockland-Atlas*. Abriu seu primeiro escritório internacional em 1972, em Munique na Alemanha, e nos anos 1990 expandiu para outros países. Durante décadas atuou também no segmento de banco comercial, fato que encerrou em 1999 quando vendeu essa divisão para o *Citizens Financial Group*. No Brasil o SSGA se associou com o Itaú para oferta de produtos e serviços em conjunto e mantém escritório para relações institucionais.

Considerações finais

No rol de empresas e fundos estudados, nota-se a presença marcante de fundos financeiros que compõem fundos globais de atuação nas S.A.s. Apesar de se tratar de um rol pequeno de empresas, percebemos algumas tendências

12 Informação disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1416469-9356,00-BLACKROCK+AUMENTA+SUA+PARTICIPACAO+NO+CAPITAL+DE+EMPRESAS+BRASILEIRAS.html.

de centralização de poder em determinados grupos, já que esses estendem a sua atuação e têm poder decisório sobre o direcionamento das empresas. Na análise, em âmbito global, desenvolvida por Vitali, Glattfelder e Battiston (2011), os autores concluíram que o controle sobre as S.A.s tende a fluir para um pequeno núcleo de instituições financeiras.

Nota-se, assim, parte do complexo emaranhado de ligações financeiras que compreende o sistema das S.A.s do agronegócio brasileiro, corroborando com o que já afirmamos a respeito de esse setor estar inserido num complexo financeiro com profundas ligações internacionais.

Em síntese, compreende-se que a produção do agronegócio brasileiro se estabelece como fixo no território, regida pela atuação não só de seus produtores, mas também pelo intermédio das grandes empresas dominantes nesse setor produtivo, e o capital que circula na capitalização dos negócios produtivos se estabelece como fluxo que permite o desenvolvimento da atividade, e que o fluxo especulativo maior se dá entre os agentes financeiros que adentram como sócios/acionistas.

Os fundos passaram boa parte do século XX com mercados restritos às fronteiras nacionais, mesmo com movimentos iniciais de internacionalização, ainda encontravam barreiras políticas e tecnológicas até as últimas décadas. Iniciaram sua jornada ainda na sombra de uma economia que era representada por um forte intervencionismo estatal e tendo também no Estado o principal agente de investimentos nas nações que rumavam ao desenvolvimento ainda na primeira metade do século XX. E foi na esteira da alavancagem econômica mundial, em parte irrigados com recursos de muitas commodities, como o petróleo a partir dos anos 1960, que a financeirização se apoiou para adentrar a vários segmentos da economia.

Até pouco tempo os fundos financeiros se camuflavam por trás de outros agentes do capitalismo, fazendo com que os pesquisadores focassem as análises sobre as empresas multinacionais e também órgãos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, como se esses fossem a marca dos interesses dos países hegemônicos e da esfera financeira internacional. Agora, além desses, os fundos financeiros aparecem cada vez mais nas análises acadêmicas e noticiários, expondo ainda parte de suas estratégias, e se mostrando como agentes cada vez mais presentes no desenvolvimento da face do capitalismo do século XXI.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. O que é REDD+. 2016. Disponível em: <http://redd.mma.gov.br/pt/pub-apresentacoes/item/82-o-que-e-redd>. Acesso em: 14 jul. 2021.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Instrução CVM 555/14**. Rio de Janeiro: CVM, 2014.

EXAME. **Maiores e melhores**: as 1000 maiores empresas do Brasil. São Paulo, abr. 2015.

EXAME. **Maiores e melhores**: as 1000 maiores empresas do Brasil. São Paulo, abr. 2016.

EXAME. **Maiores e melhores**: as 1000 maiores empresas do Brasil. São Paulo, abr. 2017.

EXAME. **Maiores e melhores**: as 1000 maiores empresas do Brasil. São Paulo, abr. 2018.

EXAME. **Maiores e melhores**: as 1000 maiores empresas do Brasil. São Paulo, abr. 2019.

EXAME. **Maiores e melhores**: as 1000 maiores empresas do Brasil. São Paulo, abr. 2020.

GONÇALVES, José Sidnei. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 7-35, abr. 2005.

HILFERDING. **O capital financeiro**. São Paulo: nova cultural, 1985.

MARKETSCREENER. Disponível em: <https://marketscreener.com>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MARKETSCREENER. Disponível em: <https://marketscreener.com>. Acesso em: 10 dez. 2020.

MARKETSCREENER. Disponível em: <https://marketscreener.com>. Acesso em: 21 ago. 2021.

PESSANHA, Roberto Moraes. **A indústria dos fundos financeiros**: potências, estratégia e mobilidade no capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência. 2019.

SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. *In*: CHESNAIS, François (org). **A finança mundializada**. São Paulo: boitempo, 2005.

VITALI, Stefania; GLATTFELDER, James B.; BATTISTON, Stefano. **The network of global corporate control**. 2011. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1107.5728>. Acesso em: 10 jun. 2021.

OS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS NOS AGRONEGÓCIOS BRASILEIRO ENTRE 2000-2015

Carlos José Espindola
Roberto César Cunha

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Introdução

O sistema capitalista mundial, a partir dos anos de 1970, fase depressiva da economia mundial, passou por profundas transformações que se expressam na expansão do comércio internacional, na implantação de políticas neoliberais, no retardamento do processo de “destruição criadora” a *la Schumpeter*, na intensa oligopolização da economia¹, na liberalização econômica, na reestruturação técnico-econômica e na mundialização financeira².

- Lênin (2008) ressalta que uma economia monopolizada é derivada da livre concorrência, pois essa gera a concentração da produção e da circulação de mercadoria e capitais. E que o aparecimento do monopólio devido à concentração da produção é uma lei geral e fundamental do desenvolvimento do capitalismo. Ainda Lênin (2008) afirma que o primeiro grande período de desenvolvimento dos monopólios começa com a depressão internacional da indústria na década de 1870 e prolonga-se até princípios da última década do século. Na Europa da época, a livre concorrência alcança o ponto culminante de desenvolvimento nos anos de 1860 a 1870. Está fase inicia-se uma transformação profunda com o craque de 1873, ou, mais exatamente, com a depressão que se lhe seguiu e que abarca vinte e dois anos da história econômica da Europa. Em vez de ser um fenômeno passageiro, os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica; conquistam, uma após outra, esferas industriais e, em primeiro lugar, a da transformação de matérias-primas. Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos de pagamento, etc. Repartem os mercados de venda. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Distribuem os lucros entre as diferentes empresas, etc. A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso de compartilhamento da produção e circulação. Compartilha-se também, em particular, o processo dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos. Oligopoliza-se também, a mão-de-obra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros; as vias e meios de comunicação - as linhas férreas e as companhias de navegação - são apropriadas pelas grandes empresas. A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. Lênin (2008) apontou algumas características dos oligopólios na alvorada do século XX: (i) privação de matérias-primas (um dos processos mais importantes para obrigar a entrar no cartel); (ii) privação de mão-de-obra mediante alianças (acordos entre os capitalistas e os sindicatos operários para que estes últimos só aceitem trabalho nas empresas cartelizadas); (iii) privação de meios de transporte; (iv) privação de possibilidades de venda e compra; (v) acordo com os compradores e vendedores para que estes mantenham relações comerciais unicamente com os monopólios; (vi) privação de créditos; (vii) declaração do boicote. Lênin (2008), por fim, comentou sobre a divisão internacional do trabalho, uma vez que, o monopólio tem sua origem da política colonial, na luta pelas matérias-primas, pela influência e pela exportação de capitais em território econômico internacional. Da exploração de um número cada vez maior de pequenas e fracas nações pelas ricas e fortes, as quais qualificam o imperialismo em capitalismo parasitário e em estado de decomposição, pois aceleram o desenvolvimento do capital.
- Entre 1980-2011, enquanto o PIB mundial cresceu de US\$ 10 trilhões para US\$ 71,9 trilhões, o valor global dos ativos financeiros cresceu de US\$ 12 trilhões para US\$ 200 trilhões. O papel do capital financeiro na economia capitalista foi originalmente analisado por Hilferding (1985), seguido por outros autores como Bukharin (1986), Hobson (1983), dentre outros. Lênin (2008) já havia previsto que o capitalismo nunca mais existiria sem a

A mundialização financeira foi impulsionada pela revogação do sistema Bretton Woods, decretada pelos EUA em 1971 e pelos “novos” instrumentos de alavancagem econômico-financeiros dos mais diferentes setores econômicos (Hedge, Eurobônus, securitização, derivativos, etc). Nessa nova estrutura os Estados Unidos “usaram seu controle sem precedentes sobre recursos financeiros e comerciais para postergar o dia do julgamento de seu capital doméstico, pois seu domínio da produção havia dado lugar a economias concorrentes” (Wood, 2014, p. 145).

Na atual fase de universalização dos imperativos capitalistas (Wood, 2014) os Investimentos Externos Diretos (IED) quer na forma de controle acionário de empresas (aquisição, fusão, *joint venture*)³ quer na forma de novos investimentos, passaram adquirir significativa importância⁴. Entre 1970-1980, os valores cresceram de US\$ 14 bilhões para US\$ 51 bilhões, sendo 98% determinados

dominação financeira. Foi neste sentido que ele denominou a financeirização como um estágio superior do capitalismo. Contudo, na atual conjuntura da economia capitalista vários autores resgatam Marx, para destacar a importância do capital fictício na lógica de reprodução ampliada do capital. Germer (1994, p. 195), destaca que o capital fictício diferencia-se não somente do capital real — isto é, capital produtivo e capital-mercadoria —, como também do capital monetário, que não é capital real, mas é forma monetária do capital ou é simplesmente dinheiro, equivalente geral da riqueza, e, nesse sentido, não é fictício. Um título de crédito não é capital em nenhuma dessas formas, é apenas direito a capital ou a dinheiro.

3 Segundo Corrêa (2011, p. 138) “a expressão fusões e aquisições refere-se ao intenso movimento de concentração e centralização de capital, ocorrido através do processo de compra e venda de empresas no final do século XX. Anteriormente restrito a algumas áreas de estudo, o termo fusões e aquisições foi difundido pela mídia na década de noventa, quando as transações foram intensificadas e algumas empresas terminaram por desaparecer diante da voracidade do processo. A expressão encontra-se associada ao termo globalização, como um de seus traços e prova de sua irreversibilidade, entretanto, as ondas de fusões e aquisições não representariam propriamente uma novidade, na medida em que esse processo já foi registrado em momentos anteriores, notadamente em períodos de crise, como resultante da queda da lucratividade. Lênin (2008) já havia demonstrado como o capital financeiro liderou o processo de concentração, através de fusões e aquisições. Chandler (1962) também nos mostra como ocorreu a concentração nos EUA, na primeira metade do século XX, quando surgiram as grandes empresas norte-americanas. No transcurso da década de noventa do mesmo século ocorreram as maiores e mais caras fusões e aquisições de empresas realizadas sob o capitalismo, quando grandes transações deram início ao fenômeno das megafusões. Pode-se definir fusão como a união de duas ou mais empresas com o objetivo de formar uma única empresa, em geral sob o controle da maior, enquanto a aquisição seria caracterizada pela compra dos ativos de uma empresa por outra. Quando não ocorre qualquer tipo de negociação, e a operação resulta da aquisição de ações em Bolsa de Valores, ela é denominada aquisição hostil, em uma tradução do inglês *takeover*. Também são comuns outros tipos de alianças ou associações, como os consórcios, os contratos de longa duração e diversas formas de fusões, como as denominadas *joint-ventures*, um acordo entre duas empresas do qual pode surgir um terceiro ente empresarial para atuar em determinado mercado ou setor. Muitas foram as causas das fusões e aquisições mundiais durante a década de noventa, entre elas as de caráter estratégico, com as empresas procurando concentrar sua atuação nos negócios mais importantes ou em seu setor principal, buscando adequar-se ao mercado em transformação, através de transações causadas pelas diversas crises econômicas, queda na taxa de lucros, reformas econômicas de feição neoliberal e mudanças tecnológicas em diversos setores (defesa, fármacos, assistência e saúde, mídia e telecomunicações)”.

4 Cabe destacar que as exportações de capitais sempre estiveram presentes na lógica do desenvolvimento capitalista quer nos ciclos sistêmicos de acumulação do capital comercial (Warlestein, 1974) quer nos ciclos longos capitalistas de Kondratieff analisados por diferentes autores.

pelos países desenvolvidos, enquanto os subdesenvolvidos responderam por 2%. Entre 1980-1990, os investimentos externos diretos cresceram 4,6 vezes, e a participação dos países subdesenvolvidos aumentou para 6%. Já entre 1990-1999, os IEDs cresceram de US\$ 239 bilhões para US\$ 1,07 trilhão (54% de todos os IEDs assumiram a forma de fusões e aquisições), e os países subdesenvolvidos ampliaram a sua participação na recepção de investimentos de 22%, nos anos de 1980, para 31%, nos anos de 1990. Em contrapartida, os países subdesenvolvidos assumiram 12% dos fluxos mundiais.

De forma absoluta, foram realizados, em média, investimentos da ordem de US\$ 46 bilhões⁵. Entre 2000-2012, os países desenvolvidos reduziram sua participação de 89% para 73% dos fluxos de IEDs e, em contrapartida, os países subdesenvolvidos cresceram de 11% para 27%⁶. A Ásia manteve a liderança dos países subdesenvolvidos, respondendo por 65% dos IEDs, seguida da América Latina com 30,2% (Santos, 2012).

O Brasil, nos anos 1990 passou por uma intensificação dos fluxos de capitais, sobretudo, pós Plano Real, encaminhando o país para a plataforma de financeirização mundial (Paulani, 2008). Enquanto, entre 1999 e 2001, em média, ingressaram no Brasil US\$ 29 bilhões em IEDs, entre 2000 e 2014 os IEDs totais passaram de US\$ 32,7 Bilhões para US\$ 62,4 bilhões. Apesar de esses IEDs concentrarem-se no setor de serviços (crescimento de 21,9% em 1980 para 63,2 % em 2005), verificam-se pós 2000 um crescimento de participação do setor primário no estoque de IEDs, sobretudo, nos segmentos de biocombustíveis, alimentos e outros insumos (crescimento de 2,3% em 2000 para 16,7% em 2010).

Neste sentido, o objetivo geral do texto é apresentar os IEDs no agro-negócio brasileiro no período entre 2000 e 2015⁷. Para a elaboração do

5 Somente a Ásia foi responsável por 66% de todos IED realizados na década, seguida da América Latina com 26%. Na América Latina, destacam-se países como a Argentina com 14%, o Chile com 9% e o Brasil com 9%.

6 Em termos de recepção dos IED, os países desenvolvidos absorveram 37,8%, enquanto o restante foi absorvido pelos países subdesenvolvidos. A Ásia, apesar de reduzir sua participação de 56% para 54%, manteve-se líder, enquanto a América Latina reduziu de 37% para 28%, entre 2000 e 2012.

7 A economia brasileira, pós ano 2000, desenvolveu um ciclo de crescimento condicionado por fatores internos e externos. Internamente, os investimentos foram assentados em três frentes – infraestrutura, recursos naturais e consumo de massa. Externamente, contribuíram a liquidez financeira mundial, a taxa de juros baixa no mundo, os investimentos externos diretos e a elevada demanda mundial por produtos agroalimentares e minerais (Bielschowsky, 2013; Barbosa, 2013; Espindola, 2016). Assim, entre 2003 e 2020, a economia nacional apresentou dois períodos distintos em termos de política econômica, o que se manifestou nas taxas de crescimento anual do PIB. Enquanto o primeiro período, 2003-2011, apresentou um crescimento anual do PIB de 1,1% para 3,9%, no período 2012-2020, a taxa de crescimento anual do PIB foi de 3,9% para -4,1% (Espindola; Cunha, 2021). O primeiro período, 2003-2011 (no comando do governo central do Brasil estava o Partido dos Trabalhadores e os presidentes da República Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff), foi sustentado por inovações institucionais que resultaram em uma onda de investimentos assentados em três frentes: infraestrutura; recursos naturais; e consumo de massa.

artigo, optou-se pelo método exploratório-analítico. A abordagem exploratória adota a busca de informações a respeito de certo assunto. As pesquisas exploratórias envolvem levantamento bibliográfico, documental, entrevistas e estudos de caso (GIL, 1994).

Operacionalmente, trabalhou-se com as fontes primárias e secundárias de modo contextualizado. Dentre elas destaca-se os relatórios da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), os anuários estatísticos do Banco Central do Brasil, os Anuários do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC), o relatório das Federações das Indústrias, os estudos setoriais do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), a KPMG-Brasil, a Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET), entre outras.

O texto está dividido em três seções, excluindo a introdução e a conclusão. A primeira seção desvenda os investimentos externos diretos realizados no Brasil entre 2000 e 2015, a segunda destaca o dinamismo do agronegócio brasileiro e a terceira discute fusões e aquisições no agronegócio brasileiro no período supracitado.

Os IEDS no Brasil entre 2000 e 2015

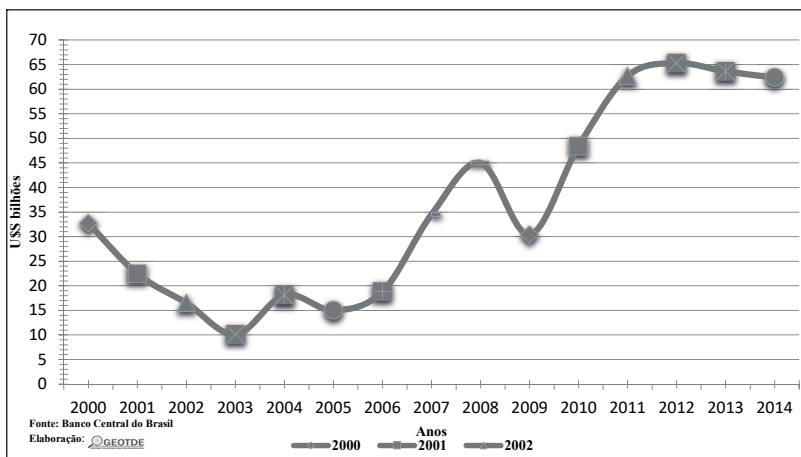
A inserção do Brasil na plataforma da valorização financeira ocorreu de forma concreta e institucional a partir da abertura da economia brasileira no final dos anos de 1980. Nos primeiros anos da década de 1990 a entrada de IEDs líquido no Brasil apresentou oscilações. Enquanto, em 1992 o país

Contribuíram ainda para o ciclo expansivo a liquidez financeira mundial, o investimento externo direto (IED) e a elevada demanda mundial de *commodities* (Bielschowsky, 2013). O segundo período, pós-2012 (governos: Dilma Rousseff; Michel Temer; e Jair Bolsonaro), foi marcado por três fases de direcionamentos na política econômica. A primeira, entre 2012-2014, foi assentada na chamada Nova Matriz Econômica (NME) baseada “em uma combinação de desonerações tributárias, depreciação da taxa nominal de câmbio e redução da taxa básica de juros” (Oreiro; Paula, 2021, p. 37-38). Na segunda, 2015-2016, o governo implantou políticas contracionistas, com elevação da taxa de juros e redução do crédito ao consumidor, políticas de desoneração fiscal e corte de gastos públicos, entre outras (Lacerda, 2017). E a terceira fase de encaminhamento, pós-2017, decorre da implantação de uma política econômica ortodoxa liberal, denominada de “thatcherismo tupuniquim”. Trata-se de uma agenda baseada em reforma trabalhista e reforma da Previdência, entre outras (Oreiro; Paula, 2019). Dessa forma, em termos gerais nesses períodos e fases, verificara-se movimentos diferenciados entre o PIB geral brasileiro e o PIB dos agronegócios. Em alguns momentos, o PIB do agronegócio acompanhava o movimento do PIB brasileiro. Entretanto, em outros anos o PIB do agronegócio apresentava desempenho contrário às taxas de crescimento do PIB total. Esses movimentos desiguais estão associados à elevação dos preços de alguns produtos, à expansão da área plantada, ao aumento da produtividade, a ganhos de escala e ao câmbio, entre outros fatores (Espíndola; cunha, 2021). Dito isso, não é injustificado nesse texto o período 2000-2015 devido forte expansão dos IEDs nos agronegócios brasileiros. No pós 2015, conforme Sobeet (2020) houve uma desaceleração no ingresso dos IEDs no Brasil. Dessa maneira, os autores decidiram dividir a análise em dois textos, sendo esse o primeiro. O segundo, em construção, tratará dos IEDs entre 2015 e 2020.

recebeu US\$ 2,0 bilhões, em 1993 houve uma queda para US\$ 1,2 bilhões contra uma recuperação para US\$ 2,1 bilhões em 1994. Em contrapartida, no período 1995-2000, o fluxo de IEDs no Brasil saiu da casa dos US\$ 5,5 bilhões para US\$ 33,1 bilhões.

Com base nos dados do gráfico 1 se verifica que, entre 2003-2014, os IEDs no Brasil cresceram de US\$ 10,1 bilhões para US\$ 62,4 bilhões, atingindo o recorde de US\$ 65,3 bilhões em 2012. Portanto, um crescimento de 646% no período.

Gráfico 1 – Investimentos Externos Diretos no Brasil (US\$ Bilhões)

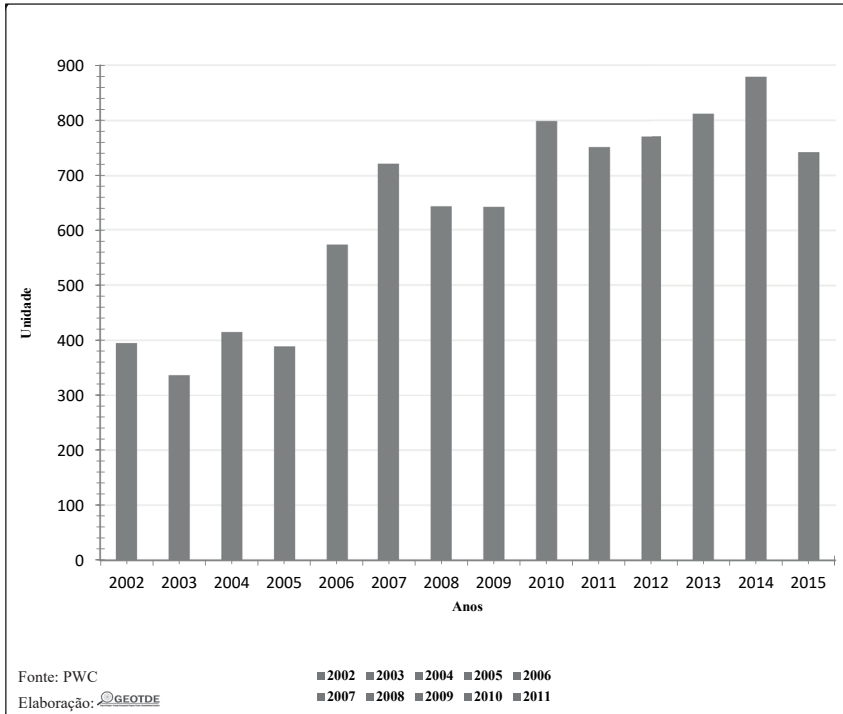


Fonte: BCB (2015). Elaboração: autores

Ainda no gráfico 1 observa-se uma tendência declinante dos investimentos diretos entre 2000 a 2003. Essa queda deve-se em boa parte à falta de investimentos do setor público em setores estratégicos, à alta carga tributária, a desaceleração da economia mundial e ao baixo crescimento econômico dos EUA (Sobeet, 2011). A partir de 2005, observa-se uma elevação dos IEDs no Brasil. Esse movimento decorre, sobretudo, da alta no preço de algumas *commodities* minerais e agropecuárias e da alta liquidez internacional. O influxo a partir de 2012 decorre da redução da aquisição de participação acionária de filiais instaladas no país por parte de empresas estrangeiras. A participação desta modalidade de IDEs, de 96,3% do total dos ingressos de IEDs em meados do ano de 2010, decaiu para 76% em 2013. Com o objetivo de preservar suas operações no mercado doméstico, a alternativa de empresas transnacionais passa a ser cada vez mais aproveitar ao máximo os recursos já acumulados nas suas filiais (Sobeet, 2014). Entretanto, cabe destacar que segundo Serigati (2013) o crescimento da economia americana está direcionando os ativos financeiros para os títulos da dívida norte-americana, em detrimento das aplicações em *commodities*.

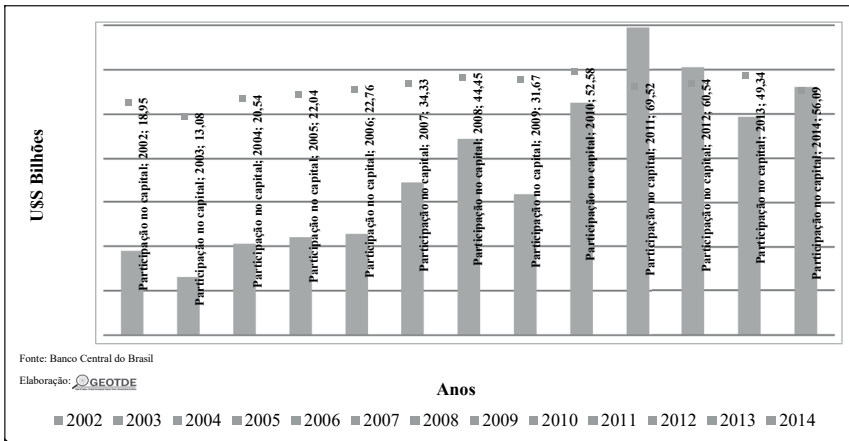
Nas operações de fusões e aquisições cabe destacar que entre 2002 a 2015, o número total de transações cresceu de 395 para 742 operações, conforme demonstra o gráfico 2. Isto representou um crescimento da ordem de 87,8%.

Gráfico 2 – Número Total de Transações



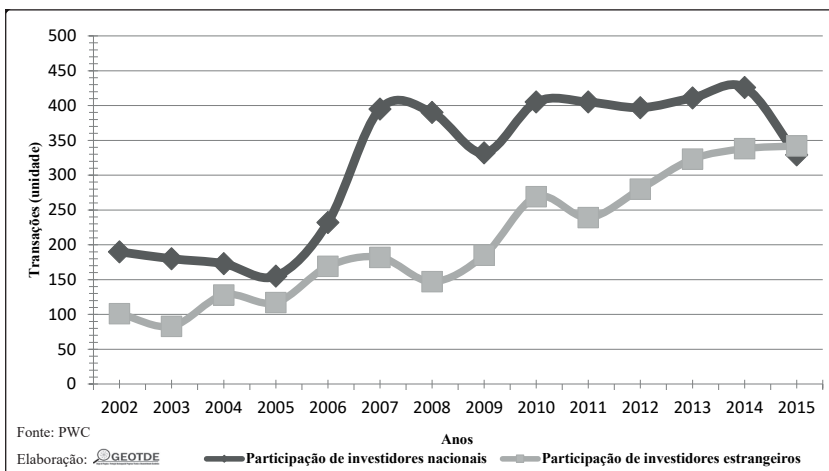
Fonte: PWC (2015). Elaboração: autores

No movimento de IEDs no Brasil chamam a atenção ainda quatro aspectos. O primeiro decorre da elevada participação no capital. Isto é, os IEDs fizeram-se, sobretudo por fusões e/ou aquisições. Entre 2002-2014, as participações no capital das empresas sediadas no Brasil cresceram de US\$ 18,95 bilhões para US\$ 56,09 bilhões, tendo em 2011, alcançado a casa dos US\$ 69,52 bilhões. Isto representou um crescimento de 2,95 vezes e cerca de 90 % de todos os IDEs no Brasil no ano de 2014. Portanto, apenas 10 % dos IEDs foram para projetos novos. A menor participação dos ingressos de IDEs por meio de operações de aquisição de participação no capital a partir de 2011, decorre da crescente participação dos influxos por meio de empréstimos intercompanhia.

Gráfico 3 – IEDs -Participação no Capital (US\$ Bilhões)

Fonte: BCB (2015). Elaboração: autores

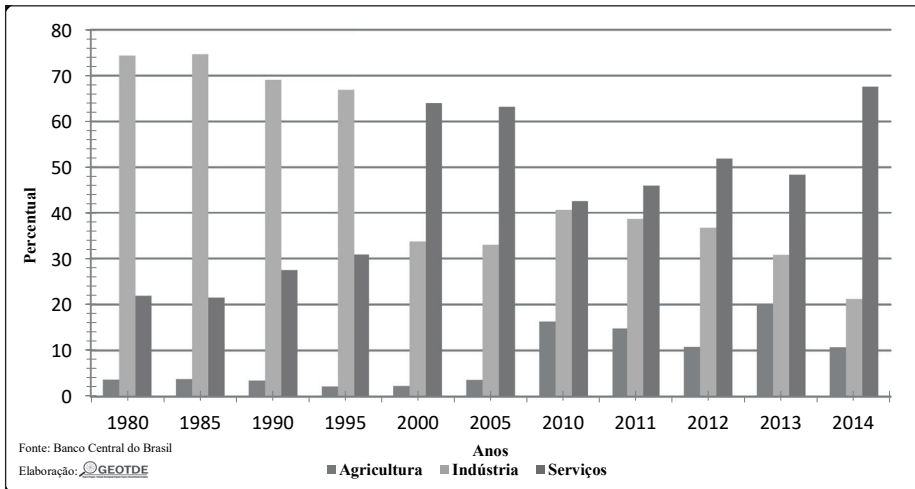
O segundo aspecto diz respeito a participação do capital estrangeiro nas aquisições no Brasil. No gráfico 4 se verifica que enquanto a participação do capital estrangeiro na aquisição subiu de 101 operações em 2002 para 342 em 2015, a participação do capital nacional cresceu de 190 operações para 329 operações, no mesmo período. Contudo, as taxas de crescimento são diferenciadas, pois se a participação do capital estrangeiro cresceu 338,6%, o crescimento do capital nacional foi de 73,15%.

Gráfico 4 – Participação de investidores nacionais e estrangeiros em transações no Brasil (sem fusões, Cisões, *Joint venture*)

Fonte: PWC (2015). Elaboração: autores.

O terceiro aspecto, diz respeito aos IEDs nos setores econômicos brasileiros. Verifica-se no gráfico 5 que enquanto se reduziu os investimentos no setor industrial, houve crescimento nos setores de serviços e na agricultura. Neste último setor o crescimento foi da ordem 4,6 vezes entre 2000 a 2014. Em contrapartida, o setor de serviços demonstrou tendência de queda entre 2000-2013, recuperando-se em 2014. Contudo, entre 2000-2014, o seu crescimento foi de apenas 1 vez.

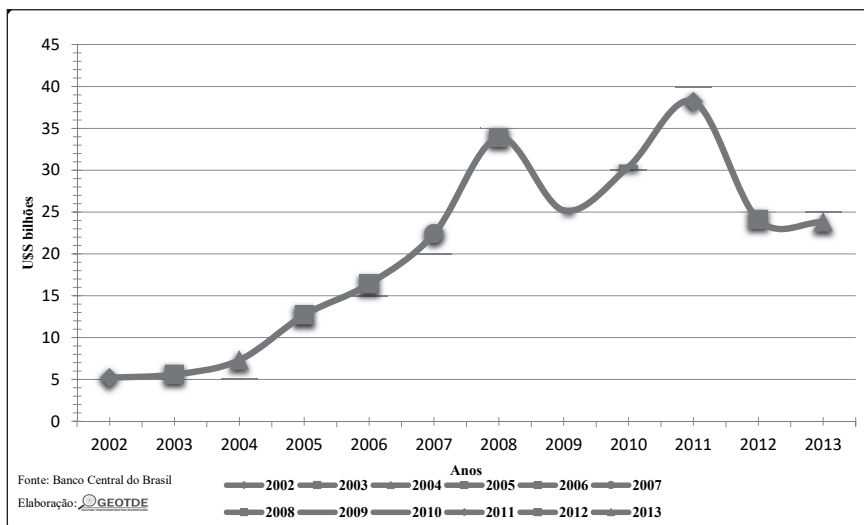
Gráfico 5 – IEDs Setoriais no Brasil (%)



Fonte: BCB (2015). Elaboração: autores

A bibliografia destaca que a crise hipotecária americana, em 2007, promoveu uma fuga de capitais para aplicações em mercados internacionais de *commodities* (Silva, Corrêa, 2009). Conforme Serigati (2013), o excesso de dólares despejados nos mercados, pelos Bancos Centrais dos países desenvolvidos, para salvar seus sistemas financeiros, promoveu a migração de recursos para ativos como as *commodities*. Diante disto, pode-se afirmar que os IEDs, como parte integrante do sistema financeiro mundial, direcionam-se para onde houver *booms* produtivos capazes de auferir ganhos (Wood, 2014).

Por fim, o quarto e último aspecto diz respeito a remessa de lucros (gráfico 6) para o exterior que cresceu de US\$ 5,2 bilhões em 2002 para US\$ 38,2 bilhões em 2011, conforme demonstra o gráfico 6. A redução das remessas de lucros para o exterior pós 2011 decorreu não apenas das condicionantes internas do país que apresentou crescimento lento de sua economia, mas sim em função da fragilidade de recuperação das economias centrais, sobretudo europeias (Sobeet, 2012).

Gráfico 6 – Remessas de lucros e dividendos (US\$ Bilhões)

Fonte: BCB (2015). Elaboração: autores

O Grande *Boom* do Agronegócio Brasileiro

O agronegócio brasileiro desempenha um importante papel na economia nacional e internacional. Gerou 37% do total de empregos do Brasil e participou do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) do país com um valor bruto de produção de R\$ 430 bilhões. Desse total, 66,5% referem-se a lavouras e 33,5% à produção pecuária. Em 2014, o agronegócio gerou uma renda de R\$ 1,1 trilhão, o que representa 22,5% do PIB brasileiro. Nas exportações, o agronegócio alcançou a cifra de US\$ 96,7 bilhões e um saldo da balança comercial de US\$ 80,1 bilhões (Espíndola, 2016).

Fruto do intenso processo de modernização da agricultura brasileira, iniciado pós 1960, o agronegócio brasileiro foi capaz de ampliar, nos últimos 20 anos, a área plantada de grãos em 37% e aumentar a produção em 176%. Somente a produção de soja cresceu de 1,5 milhão de toneladas, em 1970, para 86,3 milhões de toneladas, em 2014. A elevada produção de grãos de soja foi acompanhada pelo crescimento da produção de carnes bovinas, que aumentou de 1,8 milhão de toneladas, em 1970, para 10,0 milhões de toneladas, em 2014. Esse crescimento no mesmo período foi verificado também na produção de carne suína e de frango. No agronegócio de carne suína, a produção passou de 0,7 milhões de toneladas para 3,4 milhões de toneladas, e a produção de frango cresceu de 200 mil toneladas para 12,75 milhões de toneladas, no mesmo período (Espíndola, 2016).

O dinamismo do agronegócio brasileiro fez-se presente no mercado internacional de alimentos. Analisando-se as exportações brasileiras das cadeias agroalimentares, Espíndola (2014) destacou que entre 2001-2013 todos os produtos apresentaram elevação no *quantum* exportado, com destaque para a carne de frango que cresceu três vezes, contra duas vezes das exportações de açúcar. Entre 2000 e 2014, enquanto as exportações de carne suína cresceram de 162 mil toneladas, em 2000, para 556 mil, em 2014, as exportações de carne bovina cresceram de 356 mil toneladas para 1,5 milhões, contra um aumento de 916 mil para 3,9 milhões de toneladas de carne de frango. Já as exportações de soja cresceram de 28 milhões de toneladas, em 2001, para 48 milhões, em 2014 (USDA, 2015).

Analisando-se o desempenho da balança comercial do agronegócio brasileiro, pode-se afirmar que, durante a década de 1980, o superávit comercial era para equilibrar o balanço de pagamentos, agravado pela crise da dívida externa. Na década de 1990, apesar da abertura comercial, que eliminou a proteção aos setores do agronegócio, somado com a sobrevalorização cambial, a redução de tarifas de importação de produtos agrícolas, a desnacionalização de diferentes segmentos do agronegócio e o fim do sistema de crédito agropecuário, não houve retração nos saldos da balança comercial do agronegócio brasileiro, como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 – Balança comercial do agronegócio brasileiro (US\$ Bilhões)

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1990	12.990	3.184	9.806
1992	14.455	2.962	11.492
1994	19.105	5.678	13.427
1996	21.145	8.939	12.206
1998	21.546	8.014	13.505
2000	20.594	5.756	14.838
2001	23.857	4.801	19.056
2002	24.840	4.449	20.391
2003	30.645	4.746	25.899
2004	39.029	4.831	34.198
2005	43.617	5.110	38.507
2006	49.465	6.695	42.769
2007	58.420	8.719	49.701
2008	71.806	11.820	59.987
2009	64.786	9.900	54.886
2010	76.442	13.391	63.051
2011	94.968	17.497	77.471
2012	95.814	16.406	79.408
2013	99.970	17.060	82.910

Fonte: MDIC (2014). Elaboração: autores

Com base na Tabela 1, constata-se que, entre os anos de 1990-2000, enquanto as exportações cresceram 66%, as importações ascenderam 83%, resultando em um saldo médio de US\$ 6,8 bilhões. Em termos percentuais, o saldo da balança comercial aumentou 55%. Entre 2000-2010, o saldo da balança comercial cresceu 450%. Entre 2006-2011, as exportações do agronegócio mais que dobraram, passando de US\$ 49,4 bilhões para US\$ 94,9 bilhões. Contudo, o que chama a atenção, na Tabela 1, é o elevado crescimento das importações entre 1990-1998, que passaram de US\$ 3,11 bilhões para US\$ 8 bilhões, representando um aumento de 166%, enquanto as exportações cresceram apenas 75%. A importação fez-se em quase todos os segmentos do agronegócio. As importações de arroz, de feijão e de milho passaram de 10,3 milhões de toneladas, entre 1980-1989, para 27,9 milhões, entre 1990-1999, sendo 9,8 milhões apenas no primeiro ano do governo FHC (Medeiros, 2009).

O dinamismo exportador do agronegócio brasileiro é comumente associado, conforme a literatura (APEX, 2011 e AEB, 2012), à forte valorização dos preços internacionais e ao aumento da demanda da China e dos demais países em desenvolvimento. Porém, enquanto as *commodities* energéticas tiveram seus preços reais acrescidos em 1.000%, ao longo dos últimos sessenta anos, os minerais tiveram aumentos de 100%, contra uma redução dos preços das *commodities* agrícolas em 25% (JANK, 2013). Ainda segundo o autor, a elevação dos preços das *commodities* agrícolas (44% em média), na última década, deve ser vista como um efeito recuperador dos preços.

Quanto ao aumento da demanda, oriunda principalmente dos países em desenvolvimento, não há dúvida de que explicam boa parte dos resultados das exportações brasileiras de *commodities*. No caso da demanda chinesa, pode-se afirmar que as exportações brasileiras de soja para a China tiveram um crescimento da ordem de 18,3 vezes, saindo da casa de 1,7 milhão de toneladas, em 2000, para 32,6 milhões, em 2014. O mercado chinês representa 75% do total da soja exportada pelo Brasil. Contudo, em relação à carne bovina, apenas 5,9% das exportações brasileiras destinam-se a esse mercado. Já as exportações de carne de frango para a China representam 6,3% do total exportado pelo Brasil⁸. Dessa forma, a demanda chinesa quanto à elevação das exportações dos agronegócios de carne precisa ser relativizada, isso é, somente para o caso da soja pode haver uma associação direta entre aumento das exportações brasileiras e o aumento da demanda chinesa (Espíndola, 2016).

8 Ainda que o mercado doméstico chinês seja essencialmente abastecido pela sua produção, as importações do agronegócio de carnes vêm crescendo. As importações de carne suína, por exemplo, cresceram de 65 mil toneladas, em 2000, para 761 mil, em 2014. As importações originaram-se, sobretudo, dos EUA (32,9%), da Alemanha (19,12%) e da Espanha (12,12%). Já as importações de carne bovina cresceram de 16 mil toneladas para 417 mil. A Austrália é responsável por 50% desse total, seguida pelo Uruguai com 21,5%. Em contrapartida, as importações de carne de frango diminuíram de 588 mil toneladas para 260 mil, no mesmo período (Espíndola, 2016).

Espíndola (2016) afirma que outros fatores devem ser ressaltados no desempenho exportador dos agronegócios de carnes e de grãos do Brasil. Para o agronegócio de carnes (bovina, suína e frango), as explicações podem ser buscadas, em parte, nos investimentos realizados em tecnologia de melhoramento genético, de melhoria das pastagens, da melhoria do manejo, da introdução das técnicas de confinamentos e sanidade etc., que ampliaram as taxas de desfrute do rebanho brasileiro. No agronegócio da soja, merece destaque o papel desempenhado pela Embrapa que, por intermédio do Centro Nacional de Pesquisa da Soja (CNPES) de Londrina, empenhou-se em desenvolver uma tecnologia específica para produção do grão em regiões de latitude inferiores a 15°s, e para o aumento da produtividade em áreas tradicionais (Campos, 2010).

Outros fatores explicam ainda o desempenho exportador do agronegócio brasileiro e catarinense, entre 2003-2011. Dentre eles, podem-se destacar: (1) as crises de aftosa e vaca louca na Europa e nos EUA; (2) a redução da oferta mundial de carne de frango por parte da China e dos EUA, em razão do crescimento de sua demanda interna; (3) a conquista de novos nichos de mercados que ampliaram o *market share* de algumas cadeias (Nakahodo; Jank 2006); e (4) a grande disponibilidade de terra, água, boas pastagens, condições climáticas e outros fatores naturais que tornam as cadeias produtivas competitivas internacionalmente.

Cabe também destacar que a expansão do agronegócio brasileiro foi fortemente influenciado pelo o ciclo de crescimento econômico entre 2003-2011 ocorrido no Brasil. Barbosa (2013) explica que a política econômica (Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) foi marcada pela evolução dos termos de trocas internacionais do Brasil, redução da fragilidade da economia brasileira, expansão dos salários reais, redução da taxa de desemprego, inclusão social via programas sociais (bolsa família) e aumento do volume de crédito, entre outros⁹.

De acordo com Bielschowsky *et al.* (2015), os investimentos no Brasil cresceram 4,8% a.a., em três frentes: infraestrutura, recursos naturais e consumo de massa. Tais investimentos permitiram um ciclo de crescimento centrado na expansão, diversificação e inovação, que resultou em uma onda de inversões centrada na expansão, diversificação e inovação. É, pois, neste sentido, que o agronegócio brasileiro se aproveitou também da expansão do mercado interno, pois mais de 70% da produção destina-se ao mercado interno. Portanto, um *boom* produtivo marcado por fatores externos e internos¹⁰.

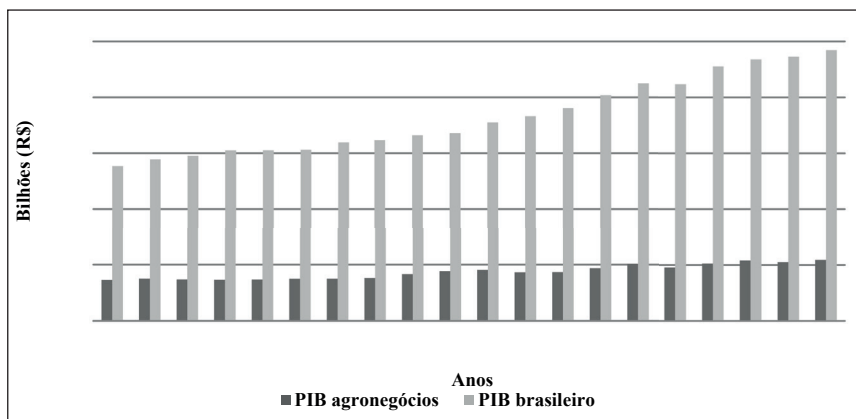
9 Em contraposição, Paulani (2008) afirma que o governo Lula aprofundou a política econômica herdada de FHC como, por exemplo, as metas de inflação, as metas de *superavit* primário, a utilização do mecanismo de câmbio flutuante e a liberalização do movimento dos capitais. Essa linha de raciocínio também é defendida por Carcanholo (2010), pois os problemas estruturais e as armadilhas do processo de abertura e liberalização externa da economia brasileira mantiveram-se durante o governo Lula. O autor ressalta ainda que a melhora na economia brasileira foi “tudo fruto do cenário externo extremamente favorável” (CARCANHOLO, 2010, p. 122).

10 Cabe ainda ressaltar o papel desempenhado pelos novos mecanismos de financiamento de crédito aos agronegócios. Dentre os instrumentos de financiamento destaca-se: o Certificado de Mercadoria com

A combinação do crescimento interno e externo do agronegócio brasileiro resultou de um crescimento do PIB de R\$ 728, 7 bilhões em 1994 para R\$ 1,09 trilhões em 2013, conforme gráfico 7. O total gerado em 2013 representou 22,54 % de participação no PIB total. Esse grande *boom* produtivo foi atraente para os IEDs.

Segundo Jank (2000), a maior parte das grandes corporações que dominam o agronegócio mundial vem atuando no mercado brasileiro. O autor afirma ainda que essas empresas atuam tanto no processamento, no varejo e no comércio internacional. A participação das empresas estrangeiras nas exportações de soja, fumo, frango, suínos, e laranja, por exemplo, chegam a 51%, 90%, 29% 37%, e 20% respectivamente.

Gráfico 7 – Evolução do PIB do Agronegócio e do total brasileiro



Fonte: IBGE (2014). Elaboração: autores

Fusões e Aquisições no agronegócio brasileiro

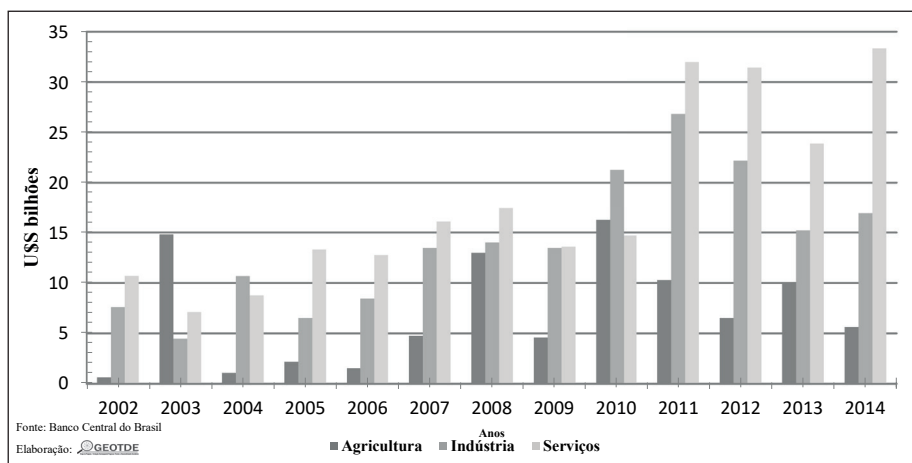
A abertura indiscriminada, acelerada nos anos de 1990, além de elevar a dependência do país em setores como insumos básicos e bens de capital, “produziu um elevado estoque de capital privado nacional bom e barato que foi parar nas mãos do capital estrangeiro” (Paulani, 2008, p. 22). Todos os setores econômicos no Brasil foram objetos das fusões e aquisições. Contudo, vários autores (Rodrigues, 1999; Benetti, 2004; Viegas, 2002; Espíndola, 2002;

Emissão de Garantia (CMG), a Cédula do Produto Rural (CPR), o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), o Warrant Agropecuário (WA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), a Letra de Comércio Agrícola (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). São esses instrumentos que possibilitaram aos agronegócios integrarem-se ao mercado de capitais no acesso ao crédito e ao moderno sistema financeiro nacional/mundial (GONÇALVES, 2005).

Medeiros, 2009; Aoun, Verdis, Sato, 2008; Corrêa, 2009; Alvim; Moraes, 2013; entre outros) destacam que o setor de alimentos foi líder em número de transações. Entre 1992-2004 ocorreram 377 fusões e aquisições no setor alimentar brasileiro (Corrêa, 2009).

Contudo, na participação do capital setorial, os dados contidos no gráfico 8, demonstram que enquanto o setor de serviços cresceu de US\$ 11,7 bilhões em 2002 para US\$ 33,35 bilhões em 2014 (crescimento de 2,89 vezes) a participação do capital no setor da agricultura cresceu de US\$ 0,63 bilhões para US\$ 5,62 bilhões, isto é um crescimento de 8,9 vezes no mesmo período. Em 2010 a participação do capital no setor agropecuário atingiu a casa dos US\$ 16,26 bilhões.

Gráfico 8 – IEDs - Participação no Capital Setorial (US\$ Bilhões)



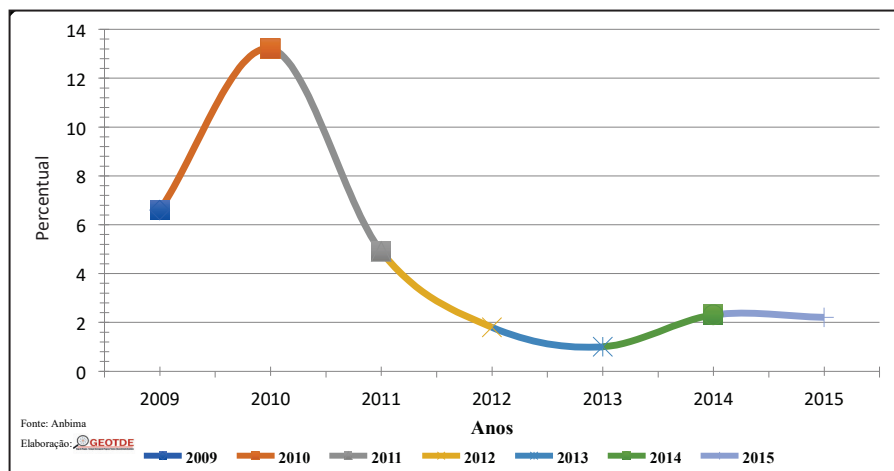
Fonte: BCB(2015). Elaboração: autores

Alvim e Moraes (2013) destacam que, entre 2002-07, 32% do total de investimentos externos direcionaram-se para o agronegócio. Segundo os autores o algodão foi o setor em que mais cresceram os investimentos no período de 2002-2008, passando de uma situação em que não existia IEDs em 2002 para a injeção US\$ 78 milhões em 2008. Já os cereais receberam, em 2002, cerca de US\$ 266 mil em IEDs, chegando, em 2008, a um total de US\$ 59,6 milhões. Em contrapartida, a produção de carne bovina, pulou de US\$ 4,3 milhões em IEDs para US\$ 44 milhões em 2008. Vários outros setores apresentaram tendência de crescimento como a cadeia de carne de frango, álcool e bicomcombustível, maltes e cervejas e papel e celulose.

Em termos de fusões e aquisições no agronegócio brasileiro, verifica-se que entre 2009 a 2014, o montante de recursos utilizados na realização de

fusões e aquisições subiu de R\$ 119 bilhões para R\$ 192,7¹¹. Nessa evolução o percentual de participação do agronegócio decaiu de 6,6 % para 2,3%, no mesmo período, conforme demonstra o gráfico 9. Chama ainda atenção o fato de que em 2010, do total de R\$ 184,8 bilhões aplicados nas operações de fusões e aquisições, o agronegócio representou 13,2% desse valor.

Gráfico 9 – Participação Percentual do Agronegócio no montante dos Recursos em F&A



Fonte: Anbima (2015). Elaboração: autores

Em 2015, foram utilizados um montante de R\$ 109,5 bilhões em operações de fusões e aquisições no Brasil, sendo que 2,2% foram de responsabilidade do agronegócio nas operações destacadas na tabela 2. Nela cabe destacar as operações de aquisições realizadas pela JBS na compra da Cargill, da Marfrig e da Tyson Food e a venda dos ativos em leite da BRF para a Parmalat.

11 Diante da valorização do Real, a Sadia passou a fazer operações com derivativos e amargou prejuízos de R\$ 2,6 bilhões. Diante da crise, a empresa viu-se forçada a fundir-se com a Perdigão. Com a fusão, a BRF (Brasil Food), passou a concentrar 53% da produção de industrializados de carnes no Brasil, 62,2% de congelados de carnes, 60,5% de massas, 52,9% de pizzas, 56% de margarinas e 11% de lácteos. Em termos de novos investimentos a BRF destinou, em 2011, recursos para a aquisição da empresa Heloisa (lácteos), a Coopercampos/SC (suínos), a Avex, Danica e Quickfoods na Argentina, bem como a construção de uma unidade produtiva em Dubai e escritórios na China (Espíndola, 2014). A Quickfood, que foi comprada pela Marfrig em 2007, é proprietária da marca Paty, líder no mercado argentino de hambúrgueres, sendo também comercializada no Uruguai e no Chile. A BRF controlará todas as fábricas de processamento de hambúrgueres, salsichas, presuntos, verduras da empresa argentina, um matadouro de gado bovino, todos seus armazéns e estrutura de distribuição e as fazendas suínas que possui no Mato Grosso. Em contrapartida, a Brasil Foods cede oito centros de distribuição, uma unidade industrial de carne suína e sua participação no capital social da empresa Excelsior Alimentos, que chega a 64,57% do total. A Marfrig também passa a controlar as marcas alimentícias Rezende, Wilson, Texas, Tekitos, Patitas, Escolha Saudável, Light Ellegant, Fiesta, Freski, Confiança, Doriana e Delicata (Espíndola, 2014).

Considerações finais

Este texto procurou demonstrar que na atual fase de desenvolvimento do sistema capitalista os IEDs, quer na forma de controle acionário de empresas (aquisição, fusão, *joint venture*) quer na forma de novos investimentos, passaram a adquirir significativa importância para a conjuntura econômica brasileira. Destacou-se que a partir de 2002 as operações de fusões e aquisições apresentaram um crescimento da ordem de 87,8%. Nesse processo identificou-se o aumento do capital estrangeiro nessas operações, com destaque para os IEDs na indústria alimentar e no agronegócio. Esse direcionamento de IEDs para o setor do agronegócio brasileiro decorre, sobretudo, do grande *boom* produtivo e exportador ocorrido nos anos pós 2000, como fruto de fatores externos e internos. Esses fatores influenciaram ainda o ciclo da economia brasileira pós 2003.

Por fim, é impossível negar que o descolamento geográfico dos IEDs, o aumento tanto das transações de fusões e aquisições como do volume comercializado de *commodities* agrícolas, para novas áreas não está descorrelacionado, entre outras combinações geoeconômicas: da procura de receitas e lucros mais significativos em economias em processo de desenvolvimento produtivo ou booms de produção.

REFERÊNCIAS

AEB. **Radiografia do comércio exterior brasileiro**: passado, presente e futuro. Rio de Janeiro, 2012.

ALVIM, A. M.; MORAES, S. L. Os investimentos estrangeiros diretos no agronegócio brasileiro. 2002-08. *In: Indicadores Econômicos*. FEE, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 105-120, 2013.

ANBIMA. Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. **Estatísticas**. 2015. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/informar.htm. Acesso: 21 mar. 2022.

AOUN, S.; VERDIS, A. R.; SATO, G. S. Dinâmica das fusões e aquisições no investimento direto estrangeiro: especificidades da indústria de alimentos e bebidas no Brasil, 1996-2006. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 38, n. 3, mar. 2008.

APEX. AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS. **Análise Apex-Brasil**: conjuntura e estratégias. 2011. Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/inteligenciaMercado/BoletimConjunturaEstrategia>. Acesso: 21 mar. 2022.

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. *In: Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil*: Lula e Dilma. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2013.

BENETTI, M. D. A Internacionalização real do agronegócio brasileiro — 1990-03. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 197-222, ago. 2004.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de Desenvolvimento e as Três Frentes de Expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Texto para Discussão**, Brasília, IPEA, n. 1828, p. 1-27, 2013.

BIELSCHOWSKY, R.; SQUEFF, G. C.; VASCONCELOS, L. F. Evolução dos investimentos nas três frentes de expansão da economia brasileira na década de 2000. *In: Textos para Discussão*, n. 2063, Brasília: IPEA, mar. 2015.

BUKHARIN, Nikolai. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

CAMPOS, M. C. **A Embrapa/Soja em Londrina – PR: a pesquisa agrícola de um país moderno**. 2010. 123 f. Tese (Doutorado)- Curso de Geografia, Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CARCANHOLO, M. D. Inserção Externa e Vulnerabilidade da Economia Brasileira no Governo Lula. *In: Magalhães, J.P. de A. (Org.). Os Anos Lula: contribuições críticas para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, v. 1, p. 109-131.

CORRÊA, D. S. Fusões, aquisições e privatizações na década de 1990: o caso brasileiro. **Geografia e pesquisa**, Ourinhos, v.3, n.2, p. 1-27, 2009.

CORRÊA, D. S. Fusões e aquisições mundiais. *In: KOCHER, B. Globalização: atores, ideias e instituições*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2011. p. 138-140.

ESPÍNDOLA, C. J. A Dinâmica Geoeconômica do Agronegócio brasileiro de carnes e soja. *In: LAMOSO, L. P (org). Temas do Desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul*. Curitiba, Ithalia, 2016.

ESPÍNDOLA, C. J. A internacionalização do agronegócio brasileiro de carnes: a trajetória da Brasil Foods. *In: CIETA, 6, 2014, São Paulo. Anais [...]*. São Paulo, v. 1. 2014.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias de carne do sul do Brasil**. 2002. 268 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ESPÍNDOLA, C. J; CUNHA, R. C. C. Os agronegócios brasileiros de Carnes-grãos: uma leitura da dinâmica recente. *In: Mamigonian, Armen et al. (Orgs). Brasil e o mundo no início do século XXI: geografia, História e Economia*. Florianópolis: IIR/CNC/CFH/ UFSC, 2021, p. 239-272.

GERMER, Claus M. O sistema de crédito e o capital fictício em Marx. *In: Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, 1994, p. 179-201.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas 1994.

GONÇALVES, J. S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. *In: Informações econômicas*, São Paulo, IEA, v. 35, p. 7-36, abr. 2005.

HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSON, J. A. **A evolução do capitalismo moderno**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

JANK, M. S. Agronegócio brasileiro: propostas de política de comércio exterior e de posicionamento na OMC. *In: MONTTOYA, A. (Ed.); PARRÉ, J. L. (Ed.). O Agronegócio brasileiro no final do século XX*. Passo Fundo: UPF, 2000. v. 2, p. 123-138.

JANK, M. S. **Entendendo a queda de preços das commodities**. 2013. Disponível em: <http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,entendendo-a-queda-de-preco-das-commodities-imp-,1066204>. Acesso em: 5 mar. 2022.

LACERDA, A. C. de. Dinâmica e evolução da crise: discutindo alternativas. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 31, v. 89, p. 37-49, 2017.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Estatísticas**. 2014. Disponível em: www.mdci.gov.br. Acesso: 8 mar. 2022.

MEDEIROS, M. C. **A geografia econômica do setor agroalimentar brasileiro: investimentos, recursos ociosos e dinâmica cíclica (1990-2007)**. 2009. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NAKAHODO, S. N.; JANK, M. S. A falácia da doença holandesa no Brasil. *In: Documento de pesquisa*. São Paulo: Ícone, 2006.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F de. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: Uma avaliação preliminar**. Rio de Janeiro: mimeo, 2019.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F de. **Macroeconomia da estagnação brasileira**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021, 192 p.

PAULANI, L. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PWC. Executive Compensation & Corporate Governance. **Estatísticas**. 2015. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/quem-somos.html>. Acesso: 8 mar. 2022.

RODRIGUES, R. I. Empresas Estrangeiras e Fusões e Aquisições: Os Casos dos Ramos de Autopeças e de Alimentação/Bebidas em Meados dos Anos 90. *In: Texto para Discussão*. n. 622. Brasília: IPEA, 1999.

SANTOS, L. B. **Estado, industrialização e os espaços de acumulação das Multilatinas**. 2012. 541 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012.

SERIGATI, F. Eram **picos históricos**? Disponível em: www.agroanalysis.com.br. Acesso: 5 mar. 2014.

SILVA, T. T.; CORRÊA, V. H. C. **A crise mundial dos alimentos e a vulnerabilidade dos países periféricos**. 2009. Disponível em: http://www.unicamp.br/nepa/CriseAlimentosVersaofinal_17112009.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

SOBEET. **Boletim**. Ano XVI, n. 102, 2014. Disponível em: <http://www.sobeet.org.br/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SOBEET. **Boletim**. Ano XVI, n. 108, 2020. Disponível em: <http://www.sobeet.org.br/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SOBEET. **Boletim**. São Paulo. Ano XV, n.95, 2012. Disponível em: <http://www.sobeet.org.br/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SOBEET. Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica. **Boletim**. São Paulo. Ano XVI, n. 94, 2011. Disponível em: <http://www.sobeet.org.br/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

USDA. United States Department of Agriculture. **Market and trade data**. 2015. Disponível em: <http://www.fas.usda.gov/psdonline/psd-Query.aspx>. Acesso em: 15 mar. 2022.

VIEGAS, C. A. dos S. **Empresas Multinacionais na Indústria Brasileira de Alimentos**. 2002. 101f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2002.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo européia, 1600-1750**. Porto: Afrontamentos, 1974.

WOOD, E. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A FINANCEIRIZAÇÃO NA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS: uma comparação entre o Brasil e a China

Edson Luiz Flores

Introdução

Nas últimas décadas a ação do capital financeiro sobre os principais grupos industriais se intensificou, criando uma nova dinâmica da acumulação de capital, na qual a concentração de capitais tem se mostrado mais intensa do que em qualquer fase anterior do capitalismo.

Na seção III – *Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro* – do livro terceiro de *O Capital*, Marx (1984) já havia observado que é característico do sistema capitalista que a parte do *capital variável* (gastos com a força de trabalho) decresça em relação ao *capital global* aplicado (ao *capital constante*: meios de produção, matérias-primas e auxiliares); resultando em redução da taxa de lucro, já que a *mais-valia* só pode sair da parte do capital variável. Porém, Marx observou que a massa de lucro pode aumentar, desde que se intensifique a acumulação e a concentração de capital.

Aliás, no início do século passado, Hilferding (1985) – apoiado nos estudos do próprio Marx – analisou a formação do capital financeiro, observando que a queda da taxa de lucro intensificou a acumulação de capital, pois os grandes bancos e investidores começaram ampliar o que ele chamou de “território econômico”. No seu entendimento, esse processo resultou na concentração de capitais, pois os capitalistas deixaram de ser empresários industriais para se tornarem acionistas, formando empresas gigantescas com a intenção de controlar a economia mundial; portanto, retirando o protagonismo do capital industrial.

Alguns anos mais tarde, Lênin (1987) não só confirmou que Marx estava certo ao afirmar que a concorrência capitalista levaria à concentração de capital, como também observou que o protagonismo do capital financeiro – mencionado por Hilferding – resultaria em uma fase superior do capitalismo, na qual o capital financeiro se tornaria imperialista, pois o capital concentrado em “meia dúzia” de bancos partilharia praticamente todo o planeta em busca de vantagens.

Neste capítulo, analisaremos a dinâmica do capital financeiro sobre os grandes grupos internacionais da indústria de máquinas agrícolas; estudando

a sua inserção no Brasil, comparando com o caso chinês, país que vem apresentando políticas econômicas específicas de enfrentamento ao capital externo.

A metodologia que utilizamos para a elaboração desse estudo consiste na análise: 1) da formação dos grandes grupos industriais desse setor; 2) na sua forma de inserção nas economias do Brasil e da China; 3) da ação do capital financeiro sobre as grandes empresas desse segmento e, 4) como cada país reage ao capital financeiro imperialista que tenta dominar suas economias.

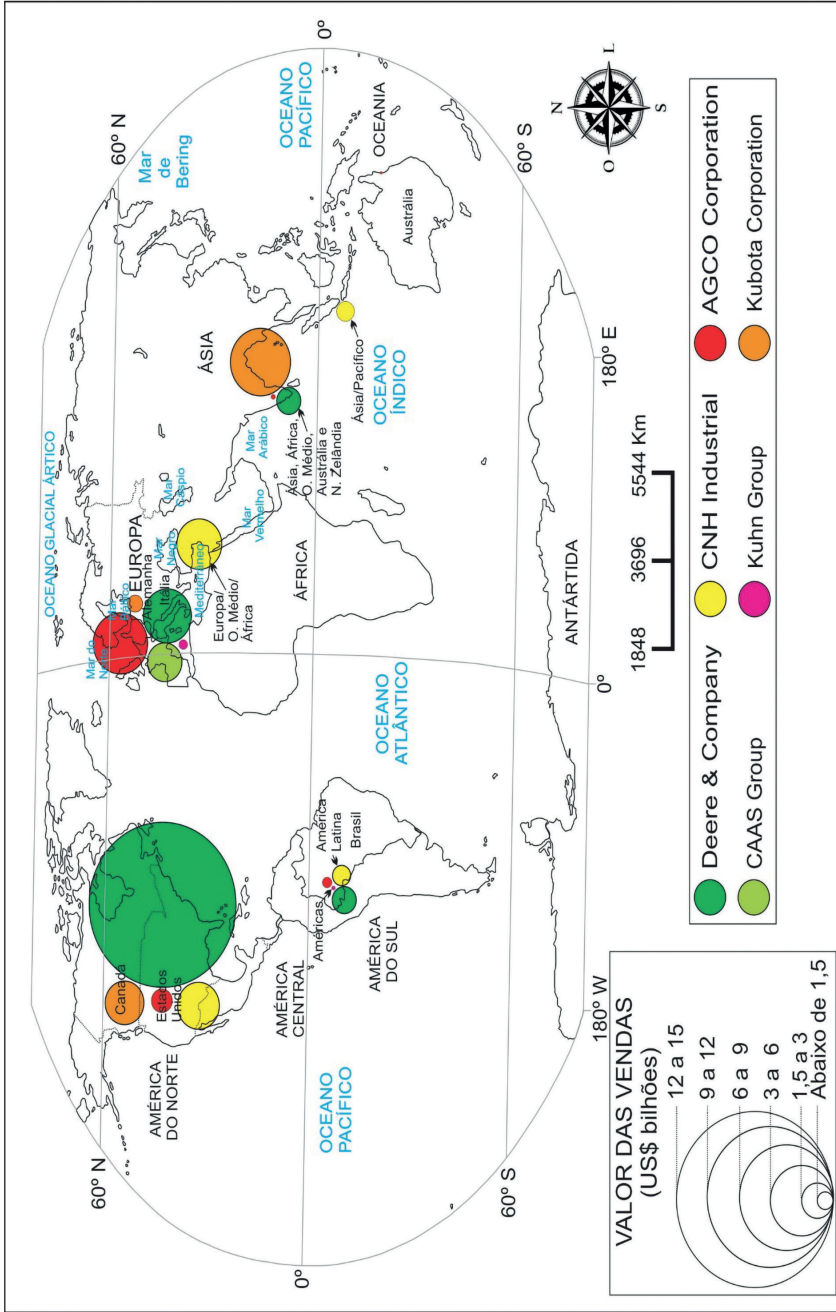
Nosso objetivo é entender como cada país apoia a sua indústria, especialmente a de máquinas agrícolas, e como ela se insere numa economia globalizada que, cada vez mais, está controlada pelos grandes fundos internacionais de investimentos, enfim, pelo capital financeiro imperialista.

A formação dos principais grupos internacionais da indústria de máquinas agrícolas

Pela figura 1, podemos observar o controle do mercado mundial pelos grandes grupos fabricantes de máquinas agrícolas. Aparentemente, existiria várias empresas que atuam nesse segmento industrial. Porém, uma análise mais atenta nos mostrará que o mercado está controlado por apenas dois ou três grandes grupos. Por exemplo, o *Kuhn Group* tem atuação global, mas sua participação no mercado é pequena se comparada aos demais conglomerados. De acordo com o relatório contábil do *Bucher Industries AG* (grupo financeiro detentor da marca *Kuhn*), no ano de 2019 a Kuhn obteve 1,18 bilhão de francos suíços (CHF) de receitas com vendas – o que equivale a US\$ 1,2 bilhão (BCB, 2020) –, sendo que 67% (CHF 791 milhões) dessas receitas tiveram origem na Europa; 27% (CHF 319 milhões) nas Américas; apenas 3% (cerca de 35 milhões de francos suíços) na Ásia e outros 3% de receitas que resultam de vendas em outros países (Bucher, 2020).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Figura 1 – Partilha do mundo pelos grandes grupos da indústria de máquinas agrícolas, 2019.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos relatórios contábeis (*annual report*) das referidas empresas (Flores, 2021)

Outra empresa a ser destacada é a *CLAAS Group* da Alemanha. Na atualidade a *CLASS* – empresa que surgiu em 1913, em Harsewinkel, na Westphalia – é líder mundial na fabricação de colheitadeiras autopropelidas para forragem e líder europeia na comercialização de colheitadeiras de grãos¹. No ano de 2019 suas vendas na Europa ultrapassaram os 3 bilhões de euros (€), com destaque para as receitas de vendas ocorridas na própria Alemanha, que alcançaram € 800 milhões, bem como na França que totalizaram € 760 milhões no referido ano. Porém, como podemos observar pela figura 1 o grupo *Class* atua basicamente na Europa, tendo pouca participação em outros continentes (Claas, 2020).

Outro grupo industrial que, assim como a *CLAAS*, possui um mercado regionalizado é a *Kubota Corporation*, que surgiu no Japão em 1890 (como fundição de metais) e que a partir de 1960 também começou fabricar tratores e demais equipamentos agrícolas. Em 2019 a sua receita com vendas alcançou 1,92 trilhão de ienes (JPY), o que equivale a cerca de US\$ 17,51 bilhões, segundo o conversor do BCB (2020). Do total de suas receitas, 65,7% (US\$ 11,50 bilhões) resultam da venda de máquinas agrícolas, tais como tratores, colheitadeiras, transplantadoras de arroz, entre outros equipamentos (Kubota, 2020b).

Como podemos observar pela figura 1 a *Kubota* possui um mercado concentrado na Ásia e nos EUA, mas também detém um considerável volume de vendas em outras regiões. Por exemplo, só no Japão essa empresa obteve cerca de US\$ 3,78 bilhões com a venda de máquinas agrícolas no ano de 2019; nos EUA obteve cerca de US\$ 3,71 bilhões e em outros países da Ásia (exceto no Japão) alcançou mais US\$ 1,95 bilhão. Há de se ressaltar que na Europa as suas vendas alcançaram, aproximadamente, US\$ 1,45 bilhão (Kubota, 2020a)².

A *AGCO Corporation*, que surgiu na Geórgia – EUA no ano de 1990, é um dos grandes grupos industriais do segmento de máquinas agrícolas da atualidade. Ela atua no mercado internacional com as marcas *Massey Ferguson*, *Valtra*, *Fendt*, *Challenger* (máquinas e implementos) e *GSI*, que produz silos armazenadores de grãos, secador de grãos, silo para ração, comedouros para aves, suínos e bovinos, entre outros (AGCO, 2019).

Pela figura 1, podemos verificar que a *AGCO* atua globalmente, apesar de que as suas vendas se concentram na Europa. Segundo seu relatório anual de 2019, esse grupo obteve US\$ 9,04 bilhões de receitas líquidas com

1 Atualmente a *CLAAS* ainda é uma empresa familiar, que possui mais de 11 mil empregados, atuando em 19 países (CLAAS, 2020).

2 Pelo o que pudemos apurar, apesar de forte na Ásia e nos EUA, na atualidade a *Kubota* não atua no mercado brasileiro. Na década de 1950, ela instalou em Diadema – SP uma fábrica de micro tratores e cultivadores agrícolas, que eram comercializados com a marca *Tobata*. Mas, em meados da década de 1990, provavelmente devido à queda nas vendas, ela encerrou suas atividades no Brasil (Kubota-Tekko, 2019).

vendas, sendo que US\$ 5,26 bilhões (58,2% das receitas) foram adquiridos nesse continente, com destaque para a Alemanha com US\$ 1,19 bilhão; para a França com 1,10 bilhão de dólares e para a Finlândia e Escandinávia, onde as vendas atingiram US\$ 773 milhões. Por outro lado, na Ásia suas vendas alcançaram apenas US\$ 345 milhões; na Austrália e Nova Zelândia chegaram a 258 milhões de dólares e na África totalizaram apenas US\$ 116 milhões. Na América do Sul o seu volume de vendas alcançou US\$ 790 milhões e nos EUA e no Canadá totalizaram US\$ 2,09 bilhões, sendo que 1,8 bilhão (o equivalente a 20% das vendas totais) ocorreram nos EUA (Agco, 2020).

Outro grupo a ser destacado é o *CNH Industrial NV*, ligado ao grupo *Fiat* da Itália, que no segmento de máquinas e implementos agrícolas também atua globalmente com as marcas *Steyer* (tratores), *Case IH* e *New Holland*. Segundo o seu relatório contábil, em 31 de dezembro de 2019 o CNH empregava o total de 25,2 mil colaboradores no segmento de máquinas agrícolas, com unidades fabris instaladas em diversos países. A sua receita total com vendas, somente nesse segmento, alcançou US\$ 10,96 bilhões, concentrando-se principalmente na Europa e na América do Norte (CNH, 2020).

Porém, a líder nas vendas globais de máquinas e equipamentos agrícolas é a *Deere & Company*, um centenário grupo estadunidense que atua em mais de 30 países e emprega cerca de 68.000 pessoas. No ano de 2019 essa companhia obteve US\$ 39,3 bilhões de receitas com vendas, com lucro líquido de US\$ 3,3 bilhões. Ela atua na fabricação de máquinas para a construção e floresta, bem como máquinas agrícolas e para jardinagem. Em 2019 esse último segmento respondeu por 60,3% do total de suas receitas, portanto, alcançando US\$ 23,67 bilhões. Ressaltamos que somente no segmento de máquinas agrícolas a *Deere & Co.* obteve um resultado superior à soma das receitas dos seus maiores concorrentes, o *CNH Industrial* e a *AGCO Corporation* que, juntos, obtiveram cerca de US\$ 20 bilhões no mesmo ano de 2019 (Deere, 2020a).

Basicamente, essa companhia atua com a marca *John Deere* e a maioria de suas vendas ocorre na América do Norte, onde suas receitas, no ano de 2019, alcançaram aproximadamente US\$ 14,2 bilhões, enquanto que na Europa chegaram a US\$ 4,6 bilhões; na América Latina alcançaram US\$ 2,3 bilhões, mesmo valor das receitas obtidas no conjunto de países que formam a Ásia, Oriente Médio, África e Oceania (Deere, 2020a; 2020b).

Ou seja, observamos que na atualidade o segmento de máquinas agrícolas é mais oligopolizado do que aparenta, pois poucos grupos controlam a produção mundial desse tipo de bens de produção.

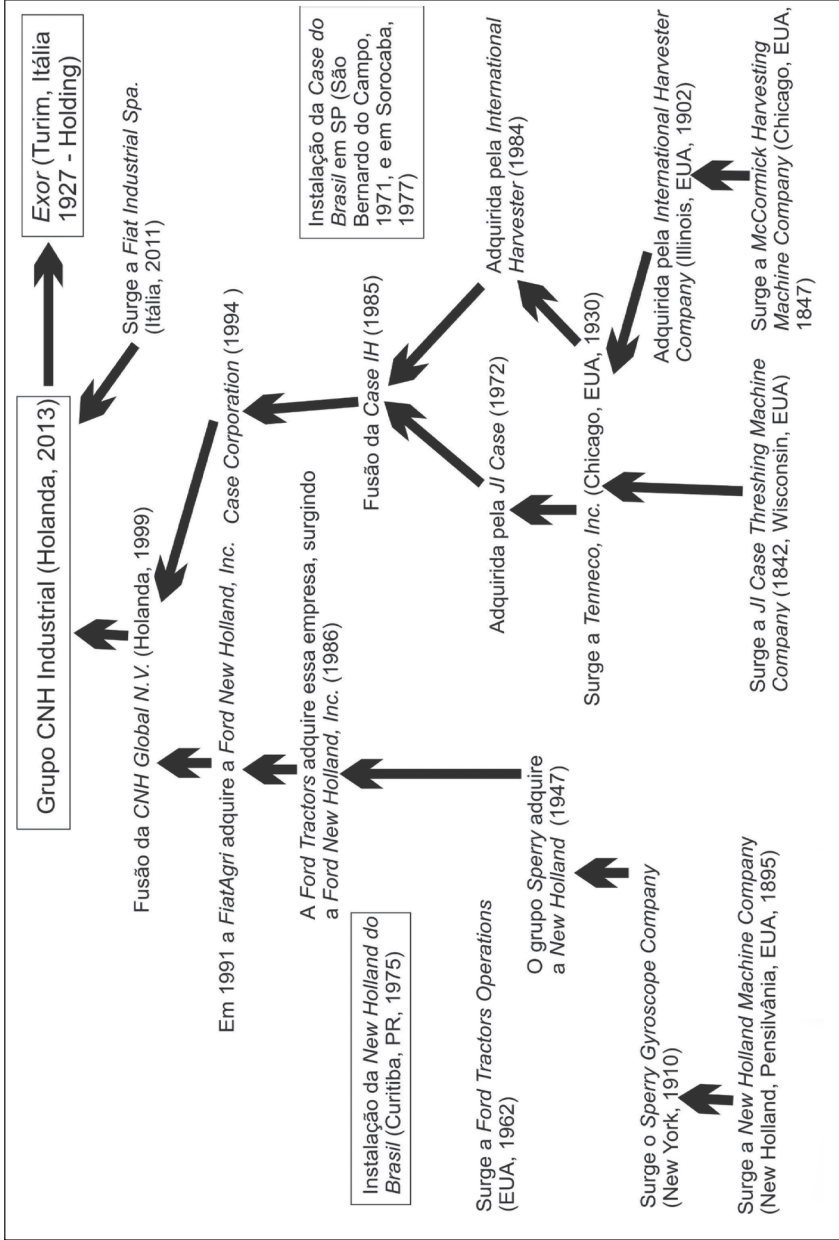
Nas figuras 2, 3 e 4 apresentamos a formação dos três grandes grupos que, na atualidade, controlam a produção mundial de máquinas agrícolas. Pela figura 2, podemos observar a formação das principais empresas que

compõem a *AGCO Corporation*. Uma das “vertentes” de suas marcas surgiu no Canadá, quando em 1847 foi fundada, em Toronto, a *Massey* e, dez anos mais tarde, a *Harris Company*, em Ontário. Essas empresas se fundiram no final do século XIX, dando origem à *Massey-Harris Limited*. Mas, a internacionalização dessas marcas só ocorreria a partir da década de 1950, depois da fusão da *Massey-Harris* e da companhia inglesa *Ferguson-Brown*, dando origem à *Massey Ferguson*.

Logo depois de sua fusão a *Massey Ferguson* instalou uma filial no Brasil (no ano de 1957), na cidade de Taboão da Serra – SP. No início da década de 1980 o controle acionário dessa marca, no Brasil, passou para o grupo financeiro nacional *Iochpe*, que inclusive mudaria a linha de produção para a cidade gaúcha de Canoas. Mas, em 1996 essa marca foi vendida ao grupo estrangeiro AGCO, que em 1992 já havia adquirido a marca *Massey Ferguson* internacional.

Outra ramificação da AGCO, e que tem influência no Brasil, data de meados do século passado quando surgiu a *Valmet*, uma companhia estatal finlandesa fabricante de tratores agrícolas, que em 1960 instalou uma unidade em Mogi das Cruzes – SP, também para fabricar tratores agrícolas. Essa empresa que, em 1997 foi privatizada e mudou a razão social para *Valtra*, a partir de 2004 também foi adquirida pelo grupo AGCO (figura 2).

Figura 3 – Formação do grupo CNH Industrial



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo e histórico das empresas (Flores, 2021).

O grupo *CNH Industrial* (figura 3) se constituiu a partir de 2013, mas também tem raízes em empresas que surgiram no século XIX. Pelo lado da marca *New Holland* a sua formação iniciou em 1895, quando surgiu (na Pensilvânia – EUA) a *New Holland Machine Company*, que em 1947 foi adquirida pelo grupo financeiro nova-iorquino *Sperry Gyroscope Company* (especialista em equipamentos eletrônicos), dando origem à *Sperry New Holland, Inc.* Em 1986 essa empresa foi adquirida pela *Ford Tractors Operations* – divisão agrícola da *Ford Motors* que havia sido criada em 1962 –, dando origem à *Ford New Holland, Inc.* que em 1991 seria adquirida pela divisão agrícola da empresa italiana Fiat (a *FiatAgri*).

No Brasil a *New Holland* iniciou suas atividades em 1975, quando foi instalada uma fábrica de colheitadeiras na cidade industrial de Curitiba – PR.

Outra ramificação do CNH iniciou na década de 1840, quando surgiram nos EUA as empresas *J I Case Threshing Machine Company* (em Wisconsin) e *McCormick Harvesting Machine Company* (em Chicago). Em 1902 essa última empresa foi adquirida pela *International Harvester Company* (de Illinois – EUA). A fusão da Case com a *International Harvester* ocorreria em 1985, dando origem à *Case IH*. Em 1994 essa companhia também foi adquirida pela *FiatAgri*, que a partir de 2011 se fundiria com a *Fiat Industrial Spa*. Dois anos mais tarde seria criado, com sede administrativa na Holanda, o grupo *CNH Industrial NV*.³

A *Deere & Company* também possui uma história centenária, pois começou suas atividades na década de 1830 a partir das experiências do ferreiro John Deere (em Illinois – EUA), mas foi a partir de 1868 que se tornou fabricante de máquinas agrícolas em geral. Assim como os outros grupos citados a *Deere e Co.* expandiu suas atividades por meio de aquisições. Por exemplo, em 1918 ela adquiriu a *Waterloo Gasoline Engine Company*, empresa estadunidense que havia sido fundada em Iowa, em 1893, conhecida por ter sido a primeira a fabricar um trator a gasolina. Outra importante aquisição da John Deere (ocorrida em 1956), foi a *Heinrich Lanz AG*, que surgiu em Mannheim, na Alemanha, em 1856 (figura 4).

No Brasil a *Deere & Co.* começou a se inserir a partir de 1979 ao adquirir parte das ações da empresa gaúcha *SLC* (especialista na fabricação de colheitadeiras agrícolas), que seria totalmente desnacionalizada em 1999.

3 No Brasil a Case se instalou a partir de 1971 (em São Paulo, capital) e em 1977 implantou uma fábrica na cidade de Sorocaba – SP (FLORES, 2021).

A desnacionalização da indústria brasileira de máquinas agrícolas

Até a década de 1970 a indústria brasileira de máquinas agrícolas vinha se consolidando, tanto pela instalação de filiais de empresas estrangeiras (Ford, Massey Ferguson, Valmet, entre outras), como pelo fortalecimento de empresas nacionais, tais como a CBT (tratores), SLC e Ideal (colheitadeiras), entre outras. Porém, verificamos que a partir das décadas de 1990 e 2000 a maioria dessas empresas foi adquirida por grupos industriais estrangeiros.

No quadro 1, sintetizamos o processo de aquisições das principais empresas brasileiras, fabricantes de máquinas agrícolas, pelos grandes grupos estrangeiros:

Quadro 1 – Aquisições na indústria de máquinas agrícolas instalada no Brasil – 1978-2020

Ano	Empresa adquirida	Comprador	Origem do capital
1978	<i>Indústria de Máquinas Agrícolas Ideal Ltda.</i> , que surgiu em Santa Rosa – RS em 1953.	Grupo financeiro <i>lochpe</i>	Nacional
1979	20% das ações da <i>Schneider Logemann e Cia. Ltda.</i> (SLC), que surgiu em RS em 1945.	<i>Deere & Company</i>	Estrangeiro
1983	Parte das ações da <i>Massey Ferguson do Brasil</i> , instalada no país desde 1961.	Grupo financeiro <i>lochpe</i>	Nacional
1986	New Holland, instalada no Brasil desde 1975.	<i>Ford Tractors Operations</i> , surgindo a <i>Ford New Holland, Inc.</i>	Estrangeiro
1988	Empresa <i>Ford New Holland, Inc.</i>	<i>FiatAgri</i>	Estrangeiro
1989	<i>Dedini-Toft</i> , instalada em Piracicaba – SP desde 1979, dando origem (a partir de 1996) à empresa <i>Brastoft</i> .	Grupo <i>Ometto</i>	Misto
1990	A <i>Massey Ferguson do Brasil</i> muda a razão social para <i>lochpe-Maxion S.A.</i>	Grupo financeiro <i>lochpe</i>	Nacional
1996	Mais 20% das ações da SLC, surgindo a <i>SLC-John Deere</i> .	<i>Deere & Company</i>	Estrangeiro
	Divisão agrícola da <i>lochpe-Maxion</i> , (marcas <i>Massey Ferguson do Brasil</i> e <i>Ideal</i>).	<i>AGCO Corporation</i>	Estrangeiro
1997	Empresa nacional <i>Brastoft</i> , que foi criada em 1996.	<i>Case IH</i>	Estrangeiro
1999	Aquisição da totalidade das ações da empresa gaúcha SLC.	<i>Deere & Company</i>	Estrangeiro
	Arrendamento da fábrica e da marca <i>Baldan</i> , que havia surgido em Matão – SP em 1928.	<i>Agri-Tillage</i>	
2005	Empresa <i>Valtra</i> (antiga <i>Valmet</i>), inclusive a unidade instalada no Brasil desde 1960.	<i>AGCO Corporation</i>	Estrangeiro
	Divisão agrícola da <i>Metasa S.A.</i> , que desde 1997 estava instalada em Passo Fundo – RS.	<i>Kuhn Group</i>	Estrangeiro

continua...

continuação

Ano	Empresa adquirida	Comprador	Origem do capital
2007	Empresa brasileira <i>Sfil</i> (instalada em Ibirubá – RS), que surgiu em 1962.	<i>AGCO Corporation</i>	Estrangeiro
2012	Empresa <i>Santal Equipamentos S.A.</i> , que surgiu em Ribeirão Preto – SP em 1960.	<i>AGCO Corporation</i>	Estrangeiro
2014	Empresa <i>Montana Indústria de Máquinas</i> , fundada em 1996 em São José dos Pinhais – PR.	Kuhn Group	Estrangeiro

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Castilhos *et al.* (2008) e do histórico das referidas empresas (Flores, 2021).

O processo de desnacionalização da indústria brasileira de máquinas agrícolas, deve-se à entrada do capital externo que se aproveitou da frágil competitividade dessas empresas, que foram penalizadas pela falta de políticas econômicas de apoio à indústria e à formação de demanda para seus produtos, o que se intensificou a partir da década de 1990⁴.

Há de se notar que a fragilidade da indústria brasileira, particularmente do segmento aqui destacado, ocorre devido ao atraso tecnológico de muitos setores, o que obrigam as fábricas importarem grande quantidade dos bens intermediários utilizados na produção de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas. O Brasil tem importado itens da chamada agricultura de precisão (pilotos automáticos, sistemas de mapeamento por GPS, etc.), mas também peças e componentes mais simples, como sistemas de transmissão, eixos e até mesmo carenagens para tratores agrícolas, entre outros (Flores, 2021)⁵.

4 Diniz (2010), lembra que durante o governo Collor de Mello (1990-92) entidades industriais como a Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp) intensificaram uma agenda neoliberal, apoiando as reformas estruturais do governo (privatizações etc.) em nome do que essa entidade chamou de "livre para crescer, proposta para um Brasil moderno", que foi título de um de seus documentos publicado no ano de 1990. Inclusive, a Fiesp e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) também apoiaram as reformas estruturais do governo FHC (1995-2002), tais como a estabilização inflacionária e o controle fiscal, mesmo em um contexto de intensa recessão, que exigiam que o Estado investisse mais, o contrário do que defendiam essas reformas. Diniz, acredita que durante o governo Lula (2003-2010) ocorreu uma retomada nos projetos de industrialização, inclusive com a participação de entidades patronais em importantes setores do governo. Porém, Carvalho (2018) destaca que mesmo durante o segundo governo Lula (2006-2010), que a economia brasileira obteve um crescimento considerável, a indústria não foi o "carro chefe", que ficou a cargo do setor de serviços. Já o governo Dilma (2011-2014) apoiou sua política econômica naquilo que Carvalho chamou de "agenda Fiesp", que consistia, grosso modo, em um conjunto de medidas como a renúncia fiscal e a redução da taxa de juros que, porém, não fizeram reaquecer a economia brasileira, inclusive aumentando a capacidade ociosa da indústria e o desemprego.

5 A participação da indústria de transformação vem perdendo espaço no PIB brasileiro. No período 1995-2002 (governo FHC) a sua participação média foi de 15% do PIB; durante o governo Lula (2003-2010) subiu para 16,5%, mas no período 2011-2018 (governos Dilma/Temer) caiu para 12,4%. Há de se destacar que durante o governo JK (1956-1961) a participação média da indústria de transformação foi de 24,4% do PIB e no período 1972-1979 (parte dos Governos Militares) foi de 32,8% (IPEADATA, 2019).

A dinâmica da indústria de máquinas agrícolas na China

Ao contrário da indústria brasileira de máquinas agrícolas que, como destacamos anteriormente, vem sendo desnacionalizada, na China esse segmento industrial vem se fortalecendo a partir de grandes empresas nacionais e, inclusive, pela ação de grandes conglomerados estatais. De acordo com Yuan (2005), a indústria de máquinas agrícolas chinesa se desenvolveu em etapas:

- *Primeira etapa*: que ocorreu entre 1949 e 1960, na qual se expandiu o número de fábricas deste setor. Além disso, em 1959 foi fundada a primeira fábrica nacional de tratores, que seria chamada de *First Tractor Group Co.* Trata-se de uma empresa estatal que foi projetada durante o Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957) do país.

- *Segunda etapa*: (1960-1980), na qual ocorreu uma expansão moderada do número de fábricas de máquinas agrícolas e de empregados nesse setor, pois a mecanização agrícola não progrediu como o governo central esperava.

- *Terceira etapa*: (1980-1992), ocorrida a partir de 1979, em que ocorreu uma grande reforma, na qual as máquinas passaram a ser adquiridas diretamente pelos camponeses, então aumentou a fabricação de máquinas de pequeno porte para atender às suas pequenas parcelas de terra.

- *Quarta etapa*: de 1992 a 2003, na qual a China promoveu uma reforma que, em um primeiro momento, reduziu a quantidade de máquinas agrícolas fabricadas, já que se deixou de lado os projetos de fabricação e aquisição do Estado, ao se inserir o país em uma economia de mercado.

- *Quinta etapa*: (a partir de 2003), em que o governo central chinês promoveu novas reformas, mexendo na estrutura de propriedade e procurou intensificar a mecanização agrícola, inclusive modernizando as fábricas nacionais desse setor.

É importante mencionar que para melhorar tecnologicamente as suas fábricas de máquinas agrícolas a China buscou parceria com grandes grupos industriais estrangeiros. Yuan (2005), destaca que por falta de produção interna, no período 1949-1957 os chineses tiveram que importar tratores e outras máquinas agrícolas da URSS, da Grã-Bretanha e de países do Leste europeu, como da Ucrânia. Essa situação levou o governo central buscar parceria de transferência tecnológica com empresas estrangeiras.

A partir de 1978 a China também começou importar tratores de empresas dos EUA e do Japão com a intenção de alavancar a produção interna, importando tecnologia superior. A partir de 1978 a empresa estatal *First Tractor* firmou uma parceria na qual recebeu tecnologia da URSS para produzir tratores. Em 1983 a empresa *Shenyang, Tianjin & Changchun* recebeu tecnologia da estadunidense *John Deere* para fabricar tratores médios e grandes. Em 1984

a *Xingtai Tractor Fact* recebeu tecnologia da empresa italiana *Goldoni* para fabricar tratores pequenos e em 1986 a *First & Shanghai Tractor Co.* firmou parceria com a italiana *Fiat* para fabricar tratores de rodas. Nesse mesmo ano a *Harbin Tractor Works* recebeu tecnologia da estadunidense *Caterpillar* para fabricar tratores florestais e a empresa chinesa *Shandong Tract. Co.* recebeu tecnologia da empresa alemã *Deutz* (YUAN, 2005).

De acordo com esse autor, a partir de 1990 a estratégia de modernização das fábricas chinesas de máquinas agrícolas se apoiou na formação de *joint ventures* com grandes multinacionais estrangeiras desse setor. Por exemplo, em 1994 foi criada a *Yarman (China) Agricultural Machinery Co. Ltd.*, uma parceria com a *Yarman Farm Machinery Co.* do Japão com o objetivo de produzir colheitadeiras de arroz na China. Em 1997 foi criada a *Deere-Jiamusi Combine Harvester Co. Ltd.*, uma parceria entre a chinesa *Jiamusi Combine Factory* com a *John Deere* dos EUA para fabricar colheitadeiras. Em 1998 surgiu a *Kubota (Suzhou) Agricult. Machinery Co.*, uma parceria com a também japonesa *Kubota Farm Machinery Co.* para fabricar colheitadeiras de arroz. Em 1999 nasceu a *Harbin-New Holland Beidahuang Tractor Co. Lts.*, parceria com a *New Holland* dos EUA para fabricar tratores de 100 a 180 HP. Em 2000 surgiu a *Deere-Tianjin Tractor Co Ltd.*, resultado da parceria da *Tianjin Tractor Plant* e da *John Deere* para fabricar tratores de 80 a 130 HP. Em 2001 surgiu a *joint venture Shanghai-New Holland Farm Machinery Co Ltd.*, da união da *Shanghai Tractor Co.* com a *New Holland*, para produzir tratores abaixo de 100 HP na China.

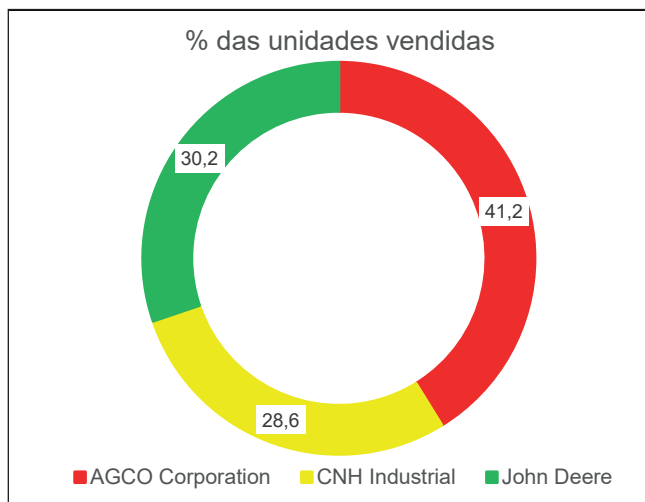
Davis (2009), também estudou a formação de *joint ventures* na China, especialmente com a empresa estadunidense *John Deere*. Além disso, ele cita que em 2004 a empresa chinesa *Jiangling Motor Co. Group* formou uma *joint venture* com a indiana *Mahindra & Mahindra*, dando origem à *Mahindra (China) Tractor Co. Ltd.*

Tanto Yuan (2005), quanto Davis (2009) mencionam que a formação de *joint ventures* com empresas estrangeiras para fabricar máquinas agrícolas na China se intensificou a partir de 2004, quando se promulgou a “Lei de Promoção da Mecanização Agrícola”, na qual o governo central criou vários mecanismos para mecanizar sua agricultura, inclusive concedendo vultosos incentivos financeiros aos agricultores chineses.

Enquanto um país é controlado pelos grandes *players* internacionais o outro prepara suas empresas para enfrentar o capital estrangeiro

Pelos gráficos 1 e 2, podemos ter noção do controle dos grandes *players* fabricantes de máquinas agrícolas no mercado brasileiro.

Gráfico 1 – Vendas de tratores de rodas no Brasil por grupos industriais – 2018



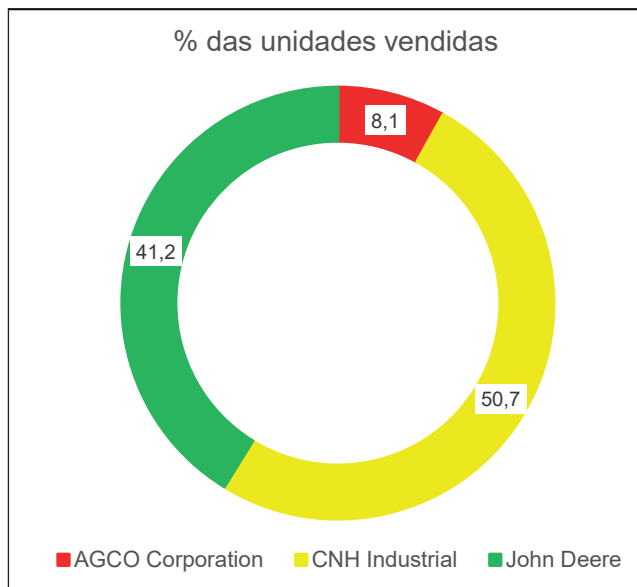
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Anfavea (2019).

Observamos que o grupo AGCO é o líder nas vendas internas de tratores de rodas, pois esse conglomerado atua no mercado brasileiro com duas marcas renomadas, a *Massey Ferguson* e a *Valtra* que fabricam tratores agrícolas no Brasil desde o início da década de 1960, tendo um mercado consumidor consolidado. O grupo *CNH Industrial* atua no país com uma marca de tratores agrícolas que também é renomada, a *New Holland* que é herdeira da divisão de tratores da *Ford* e que também atua no país desde a década de 1960 (gráfico 1).

Apesar de atuar com apenas uma marca de tratores agrícolas a *John Deere* já controla a segunda maior fatia do mercado brasileiro. E há de se acrescentar que essa empresa só começou produzir tratores no país mais recentemente, a partir de meados da década de 1990, primeiramente fabricando-os em Horizontina – RS e a partir de 2008 em uma nova fábrica instalada em outro município gaúcho, em Montenegro.

Na venda interna de colheitadeiras de grãos a concentração é ainda maior. Pelos dados do gráfico 2, podemos observar que no ano de 2018 o grupo *AGCO Corporation* comercializou apenas 8,1% do total de unidades comercializadas:

Gráfico 2 – Vendas de colheitadeiras de grãos no Brasil por grupos industriais – 2018



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Anfavea (2019).

A Massey Ferguson fabrica colheitadeiras no Brasil desde 1976 e em 1986 chegou a dominar 25,1% das vendas internas, comercializando 1.643 unidades, mas em 2013 (ano em que mais se vendeu colheitadeiras no país, o total de 8.539 unidades) sua participação no mercado havia caído para 10,5% e em 2018 fechou com apenas 6,7%, comercializando 387 colheitadeiras. A outra marca de colheitadeiras fabricada pelo grupo AGCO é a Valtra, reconhecida no Brasil na fabricação de tratores (como mencionamos anteriormente), mas nova no ramo de colheitadeiras de grãos, pois só começou fabricar a partir de 2007.

Porém, verificamos que a John Deere também tem se fortalecido no comércio de colheitadeiras de grãos. Como desde o final da década de 1970, ela manteve uma parceria com a SLC, fabricante brasileira de colheitadeiras, sua marca também está consolidada no mercado brasileiro.

Outro grupo que permanece forte nas vendas de colheitadeiras de grãos no Brasil, é o CNH. A marca New Holland atua no país desde 1976 (com fábrica em Curitiba – PR) e em 2018 chegou a controlar 33% do mercado brasileiro, comercializando 1.902 unidades. A outra marca do CNH que comercializa colheitadeiras no país é a Case IH, que possui fábrica em Sorocaba – SP.

Por outro lado, na China as empresas nacionais (inclusive algumas estatais) controlam o mercado interno de máquinas agrícolas. Pelo estudo do CSAM (2020), verificamos que as empresas *YTO Group Corporation*, *Lovol Heavy*

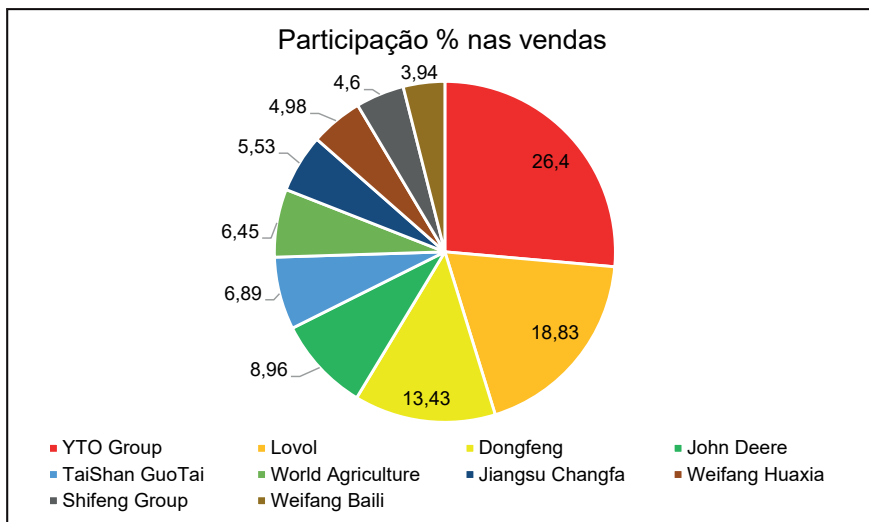
Industry Co. e *Dongfeng Agricultural Machinery* detêm quase 60% do mercado chinês de tratores agrícolas (em unidades vendidas), enquanto que a empresa estadunidense *John Deere* participa com apenas 9% das vendas (gráfico 3).

Além disso, há de se observar o desempenho no mercado interno de outras fabricantes chinesas de tratores, como a *TaiShan GuoTai Group*, *World Agriculture Machinery Co.*, *Jiangsu Changfa Agricultural Equipment Co.,Ltd.*, entre outras.

No comércio de colheitadeiras da China, destacam-se as empresas *World Agriculture Machinery Co.* (que em 2018 vendeu 33.115 unidades); a *Lovol Heavy Industry Co.*, que comercializou 13.651 unidades e a japonesa *Kubota Corporation*, que nesse ano comercializou 10.189 colheitadeiras (CSAM, 2020).

Ou seja, observamos que tanto no comércio de tratores como de colheitadeiras agrícolas as empresas chinesas têm controlado o seu mercado.

Gráfico 3 – Venda de tratores agrícolas na China por empresas – 2018



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CSAM (2020).

Portanto, verificamos que ao contrário do que ocorre no Brasil, na China as empresas nacionais, como a Lovol e a World, controlam o mercado de máquinas agrícolas, enquanto que empresas multinacionais como a John Deere possuem uma pequena fatia das vendas. Além disso, há de se destacar o protagonismo de grandes grupos estatais como o *YTO Corporation*, que se destacam principalmente na fabricação de tratores (comercializados com a marca *First Tractor*).

A financeirização da indústria internacional de máquinas agrícolas

Quando falamos em “financeirização da indústria de máquinas agrícolas”, estamos nos referindo à dinâmica do capital financeiro que, particularmente a partir da década de 1980, passou a controlar o capital produtivo, inclusive a indústria.

Na atualidade, o “motor” da dinâmica espacial dos grandes grupos da indústria de máquinas agrícolas é o capital financeiro internacional. Esses conglomerados industriais possuem grande capitalização. Por exemplo, no ano de 2019 a *Deere & Company* apresentou uma capitalização de US\$ 54,3 bilhões e seu faturamento com vendas alcançou US\$ 39,3 bilhões, com lucro líquido de US\$ 3,3 bilhões (Deere, 2020b).

O maior acionista dessa companhia no ano de 2020 era o *Capital Research & Management Co.*, que possuía 12,4% de suas ações, enquanto que entre os demais acionistas, destacavam-se *The Vanguard Group, Inc.* e *BlackRock Fund Advisors* que participavam, respectivamente, com 7,37% e 2,42% das ações da *Deere & Co.* (Deere, 2020a).

Capital Research & Management Company surgiu no estado de Delaware – EUA, no início da década de 1930 e na atualidade atua na gestão de investimentos (fundos de aposentadoria, pensão etc.) em escala global. Para termos noção da performance desse fundo de gestão de investimentos, podemos mencionar que em 2019, ele já gerenciava aproximadamente US\$ 2,2 trilhões de ativos discricionários e mais US\$ 6,1 bilhões de ativos não discricionários (Capital Group, 2020).

The Vanguard Group, Inc. é um dos maiores fundos de investimentos do mundo. Em 31 de dezembro de 2018 possuía mais de 20 milhões de investidores, distribuídos em cerca de 170 países, sendo que em janeiro de 2019 seus ativos totais alcançavam 5,3 trilhões de dólares. Esse fundo de investimentos surgiu em 1975 e sua sede se localiza na Pensilvânia – EUA (Vanguard, 2019).

Outro fundo de investimentos a ser destacado é o *BlackRock Fund Advisors*, que surgiu em 1988, com sede em Nova York. Em dezembro de 2018, possuía o total de 5,98 trilhões de dólares em ativos (Lim, 2019).

Há de se ressaltar que esses fundos de investimentos atuam inclusive em empresas concorrentes, pois além de serem os principais acionistas da *Deere & Co.*, como mencionamos anteriormente, *The Vanguard* e *BlackRock* também figuram entre os principais investidores de outros grupos do segmento de máquinas e implementos agrícolas. *The Vanguard* é o 2º maior acionista do *AGCO Corporation*, detendo 8,15% de suas ações, enquanto que o *BlackRock* aparece na décima posição, sendo proprietário de 2,89% de suas ações (Agco, 2020).

O *CNH Industrial NV*, em 2018, possuía uma capitalização de US\$ 14,5 bilhões, ano em que obteve um faturamento (com vendas) de € 29,7 bilhões, com lucro líquido de 1,1 bilhão de euros. Esse grupo industrial também tem como acionista grandes fundos de investimentos, tais como *The Vanguard Group, Inc.*, que possui 2,2% de suas ações. Mas, a grande acionista desse conglomerado é a *Exor NV*, detentora de 27,2% de suas ações (CNH, 2020).

A *Exor NV*, com sede em Amsterdã, na Holanda, é uma *holding* que investe em diferentes empresas, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, tendo participação na *Fiat Chrysler Automobiles (FCA)* e no *CNH Industrial*, além de ser proprietária da *Juventus F.C.* da Itália (clube de futebol). Sua capitalização é de 18,5 bilhões de dólares, obtendo, em 2018, uma receita de € 143,8 bilhões – 76,8% dessa receita vem da *Fiat Chrysler Automobiles* e 17,3% do *CNH Industrial* – e lucro líquido de 1,3 bilhão de euros. Há de se ressaltar que 53,0% das ações da Exor pertencem à família Agnelli, fundadora do grupo *Fiat* de Turim (Exor, 2020)⁶.

Portanto, podemos afirmar que, aparentemente, os grandes grupos fabricantes de máquinas agrícolas são independentes, pois são os líderes mundiais nesse segmento. Porém, quando analisamos a sua distribuição acionária, verificamos que eles são controlados por “meia dúzia” de fundos de investimentos, um capital financeiro imperialista que, praticamente, partilha o mundo de acordo com seus interesses.

As estratégias do governo chinês para enfrentar o capital financeiro imperialista no setor de máquinas agrícolas

Apesar da forte ação dos fundos ocidentais de investimentos que, como mencionamos anteriormente, têm controlado inclusive a indústria de máquinas agrícolas na maioria dos países, observamos que no lado oriental do planeta existem países que têm enfrentado o capital financeiro imperialista. Ainda que tenha uma inserção mais recente nesse segmento industrial, a China é o exemplo de país que vem despontando em nível regional e, inclusive, com potencial para expandir para o mercado mundial.

No gráfico 3, destacamos que na atualidade a empresa que mais comercializa tratores agrícolas na China é o grupo YTO, que é um conglomerado

6 Há de se ressaltar que essas *holdings* e fundos de investimentos controlam até as maiores corporações industriais dos Estados Unidos, como a *Microsoft Corporation* (fabricante de softwares), e a *Apple Inc.* (fabricante de smartphones, entre outros). *Capital Research & Management Co.*, *The Vanguard Group* e *BlackRock* têm atuação internacional, possuindo ações de empresas, tais como a *Nestlé S.A.*, *Roche Holding AG* e *Novartis* (suíças); *Royal Dutch Shell* e *Unilever N.V.* (anglo-holandesas); *SAP AG*, *Siemens AG* e *ThyssenKrupp AG* (alemãs); *L'Oréal* e *Total* (francesas), entre outras. No Brasil esses fundos são acionistas de empresas, tais como a *Petrobras S.A.*; *Ambev S.A.*; *Banco do Brasil S.A.*; *Weg S.A.*; *JBS S.A.*, entre outras (FLORES, 2021).

estatal chinês, criado na década de 1950, com o objetivo de organizar a produção interna de máquinas para a agricultura.

Na atualidade a China controla seus conglomerados estatais por meio da *State-Owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council* (SASAC), uma comissão de supervisão e administração de ativos estatais do Conselho de Estado que foi criada em 2003 com o objetivo de gerir os grandes conglomerados estatais do país. Essa instituição é tão forte que em 2017 já administrava ativos no valor de 160,5 trilhões de yuans, o que equivale a cerca de US\$ 23 trilhões; podendo ser apontada como a maior entidade econômica do mundo (China's, 2018).

Há de se notar que o governo chinês criou uma estrutura de instituições hierárquicas para administrar os ativos estatais e a SASAC é a maior dessas instituições. Por exemplo, a SASAC detém 100% do controle acionário do *China National Machinery Industry Corporation* (*Sinomach*), que é um conglomerado do setor de máquinas pesadas que detém 87,9% das ações do *YTO Group* que, por sua vez, detém 41,66% das ações da *First Tractor*. O Estado chinês controla 41,66% das ações comercializadas dessa fabricante de máquinas agrícolas, mas no total possui 69,15% do seu controle acionário, pois grande parte das ações não são negociadas (*First Tractor*, 2022b).

A *Lovol Heavy Industry Co., LTD* (*Lovol*) surgiu como empresa privada, atuando no ramo de fabricação e comercialização de equipamentos industriais em grande escala, especializada em equipamentos agrícolas, máquinas para construção, veículos e serviços financeiros. É uma empresa nova, fundada em 1998 com sede em Jinan, mas que no ano de 2015 já empregava 15 mil funcionários e possuía o total de US\$ 2,4 bilhões em ativos, com receita de vendas de 3,2 bilhões de dólares (*Lovol*, 2019). No exterior os produtos da *Lovol* são comercializados com a marca *Foton*. Entre 2011 e 2015, ela começou se inserir na Europa, especialmente ao adquirir as empresas italianas *Arbos* (fabricante de colheitadeiras) e *Goldoni S.p.A.*, conhecida por seus tratores. A intenção da *Lovol* é conquistar parte do mercado no Ocidente e, para isso, adquiriu essas marcas mais conhecidas (*Chineses*, 2019).

Inclusive, recentemente (em janeiro de 2021) a própria *Lovol Heavy Industry Co., LTD* passou para o controle do governo chinês, pois foi incorporada ao *Weichai Group* (que adquiriu 60% de suas ações), um subsidiário do *Shandong Heavy Industry Group*, que é um conglomerado industrial estatal (especializado em motores pesados), que também é controlado pela SASAC da província de Shandong (*Weichai*, 2021).

Portanto, observamos que o governo chinês, além de subsidiar a compra de máquinas agrícolas para seus agricultores (formação de demanda) e incentivar o desenvolvimento tecnológico (inclusive via formação de joint ventures

com empresas estrangeiras), também vem incentivando diretamente esse setor industrial ao fortalecer seus conglomerados estatais, inclusive estatizando importantes empresas do setor, como é o caso do grupo Lovol.

Considerações finais

A análise que realizamos em relação à dinâmica da indústria de máquinas agrícolas no Brasil e na China nos permite retirar as seguintes conclusões:

1. Enquanto que no Brasil a maioria das grandes fabricantes de máquinas agrícolas foram adquiridas pelo capital externo, especialmente a partir da década de 1990, a China apoiou as fábricas nacionais, inclusive fortalecendo seus conglomerados estatais.
2. Nas últimas décadas as políticas econômicas implantadas no Brasil deixaram de apoiar sua indústria, o que facilitou a concorrência para as empresas estrangeiras; enquanto que na China o capital financeiro tem sido controlado por meio de uma forte instituição estatal, a SASAC.
3. Como resultado dessas diferentes estratégias, destacamos que enquanto o Brasil virou um “quintal” para os grandes *players* internacionais do segmento de máquinas agrícolas, na China as empresas nacionais (privadas e estatais) controlam o mercado interno de tratores, colheitadeiras e demais equipamentos para a agricultura.

As diferenças entre o Brasil e a China – particularmente em relação à indústria de máquinas agrícolas que demos mais atenção neste estudo – são tão marcantes que fica difícil apresentarmos uma “solução” para os problemas da indústria brasileira.

Aliás, em estudo recente, Jabbour e Gabriele (2021) afirmaram que a China vem construindo uma nova formação econômica e social, inclusive não apoiada nas leis de mercado, típicas dos países capitalistas, como ocorre com o Brasil. Por si só, essa condição chinesa a difere da situação brasileira, o que demanda um estudo mais atento sobre essa temática o que, infelizmente, não é possível neste capítulo de livro.

REFERÊNCIAS

AGCO. **História**. Disponível em: <http://www.agco.com.br/about/agco-history.html>. Acesso em: 15 dez. 2019.

AGCO. **MarketScreener**. Disponível em: <https://www.marketscreener.com/AGCO-CORPORATION-11558/company/>. Acesso em: 8 mar. 2020.

ANFAVEA, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. **Anuário da indústria automobilística brasileira – 2019**. São Paulo: Gráfica Mundo, 2019.

BCB, Banco Central do Brasil. **Conversor de moedas**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/conversao>. Acesso em: 1 jan. 2020.

BUCHER Industries. **Annual report 2019 - Kuhn group**. Disponível em: <https://www.bucherindustries.com/index.php?eID=dumpFile&t=f&f=2194&token=a4807af67865b17534bf53e8b612b012353e5bd6>. Acesso em: 8 mar. 2020.

CAPITAL GROUP. **Capital Research and Management Company**, Los Angeles, september 27, 2019. Disponível em: https://www.morganstanley.com/wealth-Investmentsolutions/pdfs/adv/capitalgroup_adv.pdf. Acesso em: 22 jan. 2020.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTILHOS, Clarisse C.; JORNADA, Maria I. H. da; STERNBERG, Sheila S. W. GUILARDI, Raquel C. A indústria de máquinas e implementos agrícolas (MIA) no RS: notas sobre a configuração recente. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 1-29, 2008.

CHINA'S 161 trillion yuan state-asset watchdog says more M&As to come. **The Business Times – Government & Economy**, 12 abr. 2018. Disponível em: <https://www.businesstimes.com.sg/government-economy/chinas-161-trillion-yuan-state-asset-watchdog-says-more-mas-to-come>. Acesso em: 5 jan. 2022.

CHINESES querem dominar o mundo com marca italiana de máquinas agrícolas. **CompreRural**, 5 fev. 2019. Disponível em: <https://www.comprerural.com/chineses-querem-dominar-o-mundo-com-marca-italiana-de-maquinas-agricolas/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CLAAS Group. **Annual Report – fiscal year 2019 in figures**. Disponível em: <http://annualreport.claas.com/finance/finance.html>. Acesso em: 2 jan. 2020.

CNH Industrial N.V. **Annual report**, EU IFR, at december 31, 2019. Disponível em: https://www.cnhindustrial.com/en-s/investor_relations/shareholder_meetings/shareholder_documents/2020/cnhi_ifrs_annual_report_2019.pdf?REDIRECT=0. Acesso em: 8 mar. 2020.

CSAM, Centre for Sustainable Agricultural Mechanization United Nations Economic and Social Commission for Asia and Pacific. **Mechanization of agriculture: market dynamics in China, India, Sri Lanka and Thailand**. Beijing, China: ESCAP/CSAM, 2020. Disponível em: <https://www.un-csam.org/sites/default/files/2021-01/RF2020.pdf>. Acesso em: 11 já. 2022.

DAVIS, Garrett W. **Defining and meeting the demand for agricultural machinery in China: a case study of John Deere**. Thesis (Master of Business Administration) – Royal Agricultural College/Utah State University, Logan, Utah, 2009. Disponível em: <https://digitalcommons.usu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1306&context=etd>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DEERE & Company. **MarketScreener**. Disponível em: <https://www.marketscreener.com/DEERE-COMPANY-12279/company/>. Acesso em: 3 jan. 2020a.

DEERE & Company. **Deere announces net income of \$3.253 billion for year**. Disponível em: https://s22q4cdn.com/253594569/files/doc_financials/2019/q4/Q_2019_News-Release-and-Financials.pdf. Acesso em: 3 jan. 2020b.

DINIZ, Eli. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. **Política & Sociedade**, vol. 9, n. 17, p. 101-139, out. 2010.

EXOR nv. **MarketScreener**. Disponível em: <https://www.marketscreener.com/EXOR-NV-32464938/company/>. Acesso em: 24 mar. 2020.

FLORES, Edson L. **De um projeto de desenvolvimento nacional à subordinação ao capital externo**: a dinâmica da indústria brasileira de máquinas agrícolas. Tese (Doutorado em Geografia) – UNIOESTE, Francisco Beltrão – PR, 2021.

FIRST TRACTOR Company Limited. **About Us/Prouducts**. Disponível em: <http://en.first-tractor.com.cn>. Acesso em 25 jan. 2022a.

FIRST TRACTOR Company Limited. **2019 annual report**. Disponível em: <https://www1.hkexnews.hk/listedco/listconews/sehk/2020/0428/2020042801040.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022b.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

IPEADATA. **PIB – indústria – transformação – preços correntes**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 31 out. 2019.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

KUBOTA Corporation. **MarketScreener**. Disponível em: <https://www.marketscreener.com/KUBOTA-CORPORATION-6492471/company/>. Acesso em: 23 mar. 2020a.

KUBOTA Corporation. **Results of operations for the year ended december 31, 2019 [IFRS]**. Disponível em: <https://www.kubota.com/company/ir/financial/release/pdf/130q4e.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020b.

KUBOTA-TEKKO. **Lexicar Brasil**. Disponível em: <https://www.lexicarbrasil.com.br/kubota-tekko/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

LÊNIN, Vladimir I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. 4. ed. São Paulo: Global, 1987.

LIM, Dawn. BlackRock's assets fall bellow \$6 trillion mark. **MarketWatch**. (jan. 16, 2019). Disponível em: <https://www.marketwatch.com/story/black-rocks-assets-fall-below-6-trillion-mark-2019-01-16>. Acesso em: 15 jul. 2019.

LOVOL Agriculture. **Company – About us**. Disponível em: <http://www.lovoltractor.eu/company/aboutus.htm>. Acesso em: 18 jul. 2019.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – o processo global da produção capitalista. vol. 3, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

VANGUARD. **Fast facts about Vanguard**. Disponível em: <https://about.vanguard.com/who-we-are/fast-facts/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

WEICHAI. Weichai Group officially completes the strategic reorganization of Lovol Heavy Industries. **Big News**, 2021-01-06. Disponível em: https://en.weichaipower.com/media_center/news/202101/t20210107_67620.html. Acesso em: 19 fev. 2022.

YUAN, Jiaping. The status of China's agricultural machinery industry and the prospects for international cooperation. **CIGR Journal of Scientific Research and Development**, vol. VII. Presented at the Club of Bologna meeting, march, 2005. Disponível em: <https://ecommons.cornell.edu/bitstream/handle/1813/10459/Invite%20Overview%20Bologna%20Yuan%2023March2005.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jan. 2022.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

DINAMISMO ECONÔMICO E FINANCEIRO DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO DO SUL DO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI.

Fernando Rodrigo Farias
Wiliam Padilha

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Introdução

O centro dinâmico do cooperativismo agropecuário da Região Sul do Brasil historicamente manifestou a sua expansão econômica e de seus ativos de maneira independente da dinâmica cíclica da economia nacional. Baseado em constatações empírica analítica, desenvolvidas nas pesquisas de Farias (2015) e Padilha (2019)¹, é possível afirmar que o centro dinâmico do cooperativismo agropecuário sulista, no caso, do Oeste de Santa Catarina e Paraná, cresceu e se expandiu tanto nos períodos de crise da economia geral, quanto nos períodos de dinamismo interno favorável à economia de um modo geral.

O fato de as cooperativas atenderem a dinâmica interna do mercado agroalimentar, sendo esse indispensável em qualquer situação econômica, faz com que haja um fator consensual, conforme afirmou Farias (2015), de que o peso do mercado interno na expansão econômica das cooperativas sempre foi um elemento determinante. Por outro lado, é importante frisar que a ligação das cooperativas com o mercado internacional, especialmente de *commodities* agrícolas, permitiu ao setor aproveitar-se da expansão dos mercados e preços globais quando a situação era favorável.

A forte expansão econômica das cooperativas durante o período de substituição de importações corrobora tal afirmação: Na fase depressiva (1920 a 1948), se por um lado havia a estagnação do mercado externo, por outro lado se tem o início da formação do mercado interno brasileiro, sendo as cooperativas acopladas ao projeto de desenvolvimento econômico, com apoio do

1 As pesquisas referidas são Teses de doutorado orientadas pelo professor Doutor Carlos José Espíndola, da UFSC, que tratam do dinamismo econômico e financeiro do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil (2015-2019). Ambas as teses estão disponíveis em:
Fernando Rodrigo Farias - <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160636>
Wiliam Padilha - <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214930>

estado atuaram como propulsoras de parte do processo (produção de alimentos e matérias-primas) em um país que estava transformando-se na relação campo e cidade.

Conforme afirmou Conceição Tavares (1982), na Crise de 1929 (crise do modelo agroexportador), houve esforço de industrialização nacional e queda no índice das importações em 50%. São fatores que favoreceram o desenvolvimento das cooperativas dedicadas à produção agrícola de grãos e produtos agroalimentares vinculadas ao processo da urbanização brasileira que, entre 1929 a 1944, atingiu 64,7% da população, alterando o dinamismo do mercado consumidor interno, sendo as cooperativas anexadas ao esforço para a industrialização brasileira.

No período posterior, que se estende de 1950 a 1970, foi considerado como o momento mais importante em relação ao surgimento e de grande expansão das cooperativas agropecuárias, e que na atualidade se encontram em atividade².

No aspecto político-econômico, o referido período compreende a fase expansiva da economia brasileira (Fase “A” 1948-1973³), com forte crescimento industrial e do mercado interno. Segundo Conceição Tavares (1982), foi no início da segunda metade do século XX que os países periféricos cresceram, em média, 7,4% ao ano, contra 5,1% dos países industrializados e desenvolvidos.

Alguns acontecimentos importantes no Brasil da década de 1970, foram:

- A presença dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, que promoveram o desenvolvimento econômico e marcaram o papel do estado na condução desse processo;
- A chegada das multinacionais para atuar no mercado nacional e, assim, acirrar a concorrência interna;
- Amplo progresso das forças produtivas no campo com o auge da modernização agrícola;
- Desenvolvimento de forma direta ou indireta à esses fatores, houve a criação de uma importante teia estrutural que favoreceu o desenvolvimento do cooperativismo agropecuário na Região Sul do país.

Já na década de 1980, em especial o final da década e começo da década de 1990, ficou caracterizado pelo esgotamento das estratégias originais das cooperativas agropecuárias. Essas instituições se encontravam amplamente vinculadas à expansão do mercado interno e aos resultados dos planos de

2 De acordo com Farias (2015, p. 43), das 120 cooperativas agropecuárias analisadas nos três estados do Sul do Brasil, 60,4% das cooperativas do estado de Santa Catarina surgiram entre 1950 a 1980, 42,4% no estado do Paraná e 59,51% no Rio Grande do Sul.

3 Para mais detalhes ver Ignácio Rangel (1982).

desenvolvimento da economia brasileira e, como as referidas décadas não forneciam situação favorável, foram obrigadas a aprimorar suas estratégias, bem como alterar suas configurações estruturais.

O final da década de 1980 e os anos 1990 ficaram marcados como um período da reestruturação econômica das cooperativas em razão da nova configuração econômica oriunda da abertura comercial do Brasil com o mundo, que, dentre outras coisas, ocasionou estagnação do mercado ao mesmo tempo em que as cooperativas passaram a conviver com a concorrência não apenas local e nacional, mas mundial.

A crise no cooperativismo rural foi tão intensa que, no intuito de conter os endividamentos e liquidações, foi implantado pelo Governo Federal o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop)⁴, conforme Medida Provisória número 1.715 de 1998, destinado a reorganização das estruturas organizacionais e produtivas das cooperativas diante da nova realidade concorrencial.

O início do século XXI, por outro lado, configurou-se como um período de expansão das estruturas produtivas e territoriais das grandes cooperativas agropecuárias, em especial as paraenses e algumas catarinenses que passaram a dominar o centro dinâmico do setor diante de uma nova configuração econômica nacional e internacional.

Com o processo de reestruturação econômica, as grandes associações paraenses e do estado de Santa Catarina passaram a dominar o setor. Durante o período de crise das décadas de 1980 e 1990, elas realizaram importantes investimentos em plantas industriais, além de fusões e aquisições de outras cooperativas que se encontravam em problemas financeiros. Além disso, tais cooperativas expandiram sua estrutura produtiva em outras regiões, a exemplo do Centro-Oeste, no estado de Mato Grosso do Sul. Nos anos 2000, por sua vez, constitui-se um processo de consolidação e expansão das estruturas agroindustriais do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil.

Diante do exposto, o objetivo central do presente texto é dialogar sobre a constatação de que, o crescimento do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil, ocorreu independente do dinamismo cíclico que a economia brasileira viveu. Especificamente, busca-se analisar o dinamismo econômico e financeiro do ramo agropecuário na transição final do século XX, com o advento das crises dos anos 1980 e 1990, e verificar seu desenvolvimento no início do século XXI, de 2000 até 2015, começo e fim de um modelo econômico com características desenvolvimentistas.

4 O Recoop aplicou, entre 1998 e 2003, período de atuação do programa, cerca de R\$ 1 bilhão para reestruturação financeira e produtiva do setor. Para mais detalhes ver Padilha (2019, p. 128-148).

A metodologia adotada para a construção do presente texto consistiu em: leitura e análise de artigos sobre o setor; pesquisa em órgãos oficiais do cooperativismo a exemplo da OCB, OCEPAR, OCERGS, para identificar as atuais transformações do setor no Sul do Brasil; pesquisa em revistas acadêmicas e jornais *on-line* das principais notícias acerca do setor; revisão de análises acerca do dinamismo econômico e financeiro do cooperativismo agropecuário presentes em Farias (2015) e Padilha (2019).

Os componentes bibliográficos para a construção do presente artigo estão alicerçados principalmente na revisão de análises de duas pesquisas:

- Farias (2015), que tratou da dinâmica geoeconômica do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil, apresentando uma organização teórica do setor vinculada a uma base empírica das 120 principais cooperativas agropecuárias do Sul do Brasil. O autor desenvolveu uma análise desde o surgimento do cooperativismo agropecuário no Sul do Brasil, sobretudo a partir da década de 1930, passando pelas décadas de 1950 a 1970, período importante para o setor. Ainda, constrói uma narrativa em relação as décadas de crises de 1980 e 1990 e segue para o contexto de expansão a partir de 2003 até 2015, quando se esgota o período temporal empírico analítico da referida pesquisa.
- Padilha (2019), que discorreu sobre a importância do capital financeiro público, notadamente as políticas de crédito rural, e das estratégias de financeirização na expansão econômica, produtiva e socioespacial das maiores cooperativas agropecuárias do Sul do Brasil entre 2000 e 2018. O autor enfatizou o papel do crédito público e do BNDES como agentes fundamentais do recente progresso do cooperativismo rural e de sua consolidação como grandes complexos agroindustriais.

É importante ressaltar que o texto também possui o interesse em revisar as principais constatações das duas pesquisas citadas anteriormente. Ambos os trabalhos estão alicerçados em grandes clássicos que trataram do setor, dentre eles, Kaustsky (1985), que aborda o cooperativismo rural no final do século XIX, e que apresenta, na visão dos autores, um dinamismo alinhado com o atual cooperativismo, ou seja, uma interpretação de cooperativismo com menos ação ofensiva em relação à luta de classes na agricultura e maior foco no desenvolvimento das forças produtivas e crescimento econômico.

Pode-se citar também os trabalhos de Benetti (1982), que estudou a origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul que, entre as décadas de 1950 a 1970, representava o centro dinâmico do cooperativismo no Sul do Brasil. As grandes cooperativas do Rio Grande do Sul faziam parte das maiores empresas do Brasil e após o período das crises

de 1980 e 1990, seguida de descentralização do setor na Região Sul, o protagonismo migrou para as grandes cooperativas agropecuárias dos estados do Paraná e Oeste de Santa Catarina.

Outras bases teóricas fazem parte de ambas as pesquisas basilares do presente trabalho, a exemplo de Rangel (1982, 1985, 1986, 1999), que propõe uma visão cíclica da economia brasileira, tendo o desenvolvimento das cooperativas vinculados aos movimentos cíclicos da economia. Do mesmo modo, não se pode deixar de acrescentar as contribuições das pesquisas de Fleury (1983) e Loureiro (1981), que analisaram a relação entre agricultores e cooperativas e de Gonçalves (1987), que investigou o desenvolvimento do cooperativismo no campo brasileiro e sua integração com a dinâmica capitalista nas décadas de 1960 à 1980. Por fim, cita-se Conceição Tavares (1982), que tratou do período das substituições de importações e que representou uma importante fase em que a queda das importações gerou demanda às cooperativas que se dedicavam na produção agroalimentar.

O texto a seguir está organizado nos seguintes itens:

- a) Introdução;
- b) Item sobre os principais elementos do dinamismo econômico do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, evidenciando também os elementos do dinamismo econômico e financeiro do setor durante o período das crises que, como será exposto, acabou alterando a configuração tanto do centro dinâmico do setor, quanto de seu posicionamento diante da nova configuração econômica mundializada;
- c) Item sobre o dinamismo econômico do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil a partir de 2000. O texto versa sobre o dinamismo econômico e financeiro do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil, no período de 2000 até 2015, fim de um período em que o modelo econômico vigente possuía características desenvolvimentistas. Este período exibe o cenário econômico nacional e internacional diferente da fase anterior. Se nas duas décadas anteriores se viviam coincidências de crises (interna e externa), nos anos 2000, ao contrário, ocorreu um momento de expansão do mercado interno e da demanda externa, com as cooperativas agropecuárias assumindo protagonismo no agronegócio nacional;
- d) Considerações finais e referências bibliográficas.

Elementos do dinamismo econômico do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil nas décadas de 1980 e 1990

O cooperativismo agropecuário do Sul sempre esteve fortemente vinculado e adaptado aos movimentos cíclicos da economia brasileira. As cooperativas, ao longo da história, atuaram como um importante pilar da organização social e produtiva que deram sustentação aos planos de governo do estado, independente da realidade econômica brasileira.

Sendo assim, mesmo em períodos de fraco crescimento econômico, a exemplo das décadas de 1980 e 1990, as cooperativas desempenharam ações estratégicas para manter suas trajetórias de expansão, como o movimento de reestruturação de suas bases produtivas internas e externas. Exemplo disso, podemos citar os anos 1990, onde as principais cooperativas do Sul do Brasil, especialmente as paranaenses, realizaram elevados investimentos em capital produtivo, que contribuiu para o período de expansão econômica no pós-2000⁵.

Em se tratando da crise da década de 1980, destaca-se a pesquisa de Espíndola (1999), quando afirma que a referida década ficou marcada pela escassez de medidas institucionais para que o processo de substituição de importações tivesse sequência. Com isso, a economia brasileira, após 1981, passou a apresentar queda na taxa de crescimento da indústria de transformação.

As cooperativas dedicadas ao setor agroindustrial desenvolveram suas estruturas pautadas no capital real e a indústria de transformação foi uma das principais estratégias de expansão de seus ativos. Sendo assim, no período da crise de 1980, foi necessário a alteração das estratégias do setor.

Como foi destacado em Farias e Espíndola (2016), as condições econômicas do país, na década de 1980, fez com que houvesse alteração da capacidade ociosa (criada em décadas anteriores) do setor transformador agroindustrial cooperativo, gerando importantes gargalos. O setor, até então acostumado a conviver com políticas institucionais de subsídios, juros atrativos e até negativos, passou a enfrentar uma realidade do mercado externo diferente e precisou focar em esforços no mercado interno⁶.

5 Os quadros 9, 10 e 11, presentes em Farias (2015, p. 146-156), mostram informações acerca do período de instalação dos principais setores da indústria de transformação das maiores cooperativas dos três estados da Região Sul do Brasil. O levantamento empírico realizado através de dados históricos das cooperativas em seus sites oficiais, revela que as cooperativas que hoje ocupam o lugar de destaque no centro dinâmico do setor e, que estão entre as maiores empresas nacionais, apresentaram um dinamismo intenso em investimento em plantas industriais, tanto nos períodos de crise, como nas décadas de 1980-1990, quanto em momentos de crescimento econômico, a exemplo do pós-2003.

6 Como apontou Delgado (1999), a presença de uma crise financeira causou a diminuição da oferta de crédito ao setor agrícola, bem como a elevação da taxa de juros.

Nesse contexto, o cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil apresentava um dinamismo econômico organizado de acordo com as aptidões regionais produtivas, principalmente vinculadas ao trigo e a soja, sendo o Rio Grande do Sul a grande referência do setor até então.

Conforme apontou Benetti (1982), a estrutura econômica do cooperativismo do Rio Grande do Sul estava pautada nas lavouras de trigo e soja e sua estrutura agroindustrial era relacionada a essas duas culturas. Para a autora, o setor em si, durante a década de 1980, sofreu duros golpes, a iniciar por um longo período de estiagem que prejudicou fortemente as lavouras de trigo e soja. Além disso, ocorreu a diminuição significativa do volume de crédito agrícola com índices de investimentos abaixo do ideal⁷. Por fim, as cooperativas também tiveram que enfrentar a alteração da dinâmica econômica externa, com a diminuição das importações dos países do continente europeu, importante mercado para os produtos comercializados das cooperativas.

Diante do cenário econômico desfavorável e as cooperativas com suas estruturas produtivas e financeiras necessitando de transformação, o setor realizou uma série de alterações em seu dinamismo organizacional, visando a diversificação produtiva para competir no cenário concorrencial globalizado⁸.

O movimento de reestruturação econômica do setor, ocorrido a partir da década de 1980, foi crucial para que houvessem alterações no posicionamento das cooperativas no cenário nacional, inclusive modificando a ordem do centro dinâmico, passando para o Paraná e Santa Catarina (Farias, 2015).

Sendo assim, o movimento de reestruturação econômica das cooperativas agroindustriais do Sul do Brasil, ocorrido durante as décadas de 1980 e 1990, surgiu da necessidade de sobrevivência no novo cenário do mercado concorrencial pós-crise da década de 1980. Como consta em Farias (2015), a execução dos quatro grandes setores envolvidos na reestruturação econômica das cooperativas - *Setor de Gestão Administrativa; Setor de Gestão Financeira; Setor Organizacional; Setor de Posicionamento de Mercado das*

7 De acordo com Padilha (2019), as décadas de 1980 e 1990, do ponto de vista das políticas de crédito rural, caracterizaram-se pela queda expressiva nos valores aplicados. Nos anos 1980, os valores do crédito para cooperativas diminuíram de R\$ 27 bilhões em 1981 para R\$ 13 bilhões em 1983 e R\$ 3,1 bilhões em 1989, com evolução média de -11% ao ano. Mesmo assim, a soma dos valores do crédito rural nesse período foi elevada, cerca de R\$ 114 bilhões, devido a grande aplicação de recursos nos anos iniciais do decênio. Porém, na década de 1990, o crédito continuou regredindo e somou R\$ 39,4 bilhões, valor bem inferior aos R\$ 153 bilhões dos anos setenta e R\$ 114 bilhões dos anos oitenta. Os menores valores registrados no financiamento das cooperativas foram R\$ 2,6 bilhões em 1997, R\$ 2,89 bilhões em 1992 e R\$ 2,68 bilhões em 1995.

8 Conforme apontou Benetti (1982), a queda da oferta de trigo em substituição ao milho e soja, o parque industrial das cooperativas ficou mais ocioso, inclusive alguns projetos de ampliação foram cancelados, o que obrigou a investir em diversificação.

Cooperativas - acabou alterando a composição do centro dinâmico do setor na Região Sul do Brasil⁹.

A execução das fases da reestruturação econômica gerou, para as cooperativas que melhor executaram as etapas e procedimentos estruturais, maior posicionamento, tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

A reestruturação econômica também envolveu investimentos públicos (RECOOP - Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária), em que o acesso aos recursos financeiros estiveram atrelados a execução de procedimentos de modernização administrativa e financeira, que já constavam nas quatro fases da reestruturação econômica (Padilha, 2019).

O resultado da reestruturação foi acompanhado de fusão de estruturas que apresentavam dificuldades financeiras, alterando a configuração estrutural das cooperativas. O processo de maturação dos grandes pilares da reestruturação econômica das cooperativas (administrativo, financeiro, organizacional e de mercado), ocorreu de maneira desigual em cada estado da Região Sul do Brasil (Farias, 2015).

As grandes cooperativas que completaram os quatro estágios avançados da reestruturação econômica, apresentaram estruturas produtiva, organizacional e financeira de maior complexidade. São exemplos, as grandes cooperativas agroindustriais do estado do Paraná e de Santa Catarina (atual centro dinâmico do setor). Já em outros casos, que não conseguiram completar o processo de reestruturação econômica, não acompanharam o processo de expansão e registraram menor diversidade de seu parque industrial transformador e menor expansão territorial de atuação¹⁰.

Este dinamismo econômico e de expansão territorial, após o período de reestruturação econômica, produziu resultados importantes no reordenamento de posição econômica no cooperativismo agroindustrial do Sul do Brasil. Em Farias (2015) há considerações acerca do dinamismo econômico do cooperativismo agroindustrial dos três estados: o movimento das crises das décadas de 1980 e 1990 obrigaram as cooperativas a se reorganizar e alteraram o centro dinâmico do setor, com o Rio Grande do Sul, considerado até então, o estado

9 Os setores que fizeram parte do movimento de reestruturação econômica das cooperativas estão expostos com maiores detalhes em Lopes (2002) e também em Farias (2015) e Padilha; Farias e Espíndola (2021).

10 O centro dinâmico do setor, como consta em Farias (2015), passou do Rio Grande do Sul para Paraná e Santa Catarina (Paraná principalmente). Na tese apresentada, Farias (2015) mostra quadros da organizacional estrutural dos estados do Paraná e Santa Catarina muito mais complexo a jusante do que o antigo centro dinâmico (Rio Grande do Sul). Como fator natural deste dinamismo houve maior expansão territorial a outras áreas produtivas, como a região Centro-Oeste, das grandes cooperativas do Paraná e Santa Catarina. O Mapa 4, presente em Farias (2015, p. 217), mostra o maior dinamismo da espacialização econômica e geográfica das cooperativas agropecuárias do Paraná e Santa Catarina. O mapa contém informações de 87 cooperativas dos 3 estados.

de maior desenvolvimento do cooperativismo, perdendo força nas décadas de 1970 e 1980 em diante.

No Rio Grande do Sul, o cooperativismo sofreu grande concentração, centralização e desnacionalização, o que fez com que as cooperativas, durante a década de 1990, tivessem dificuldades de expandir seus negócios e até mesmo de se manter prosperando seus ativos. Durante o período citado, houve muitas aquisições de empresas (grande entrada de capital estrangeiro), onde as estruturas de importantes cooperativas passaram a pertencer ao capital estrangeiro. Esses fatores acabaram afetando os setores agroindustriais ocupados pelas cooperativas agropecuárias gaúchas, e, por consequência, a pequena produção mercantil/familiar, que mantinha forte relação agroindustrial com o cooperativismo (Benetti, 2000).

No caso das cooperativas paranaenses e catarinenses processou-se uma tendência diferente. Com um complexo agroindustrial competitivo, muitas delas acabaram incorporando outros ativos do setor que se encontravam com dificuldades financeiras, ao contrário das gaúchas, que foram fundidas. O resultado foi o desenvolvimento de um setor com alta complexidade, diversificado e com marcas consolidadas de seus produtos¹¹.

O cooperativismo agroindustrial, como já exposto, apresentou forte vinculação aos movimentos cíclicos da economia brasileira. Embora o setor passou por crises, o dinamismo do resultado geral não é homogêneo, havendo, inclusive muitos casos de falências e desintegração. Mas, é importante destacar que o centro dinâmico do setor tem assegurado a tendência de prosperidade de seus ativos. No caso do Paraná e Santa Catarina, a maioria dos casos daquelas cooperativas que passaram por dificuldades financeiras acabaram sendo incorporadas por outras cooperativas do mesmo segmento. Ao contrário do caso do Rio Grande do Sul, como apontou Benetti (2000), que ocorreu forte incorporação do capital estrangeiro, ocupando as estruturas econômicas que antes eram das grandes cooperativas¹².

O centro dinâmico do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil, nos momentos de crises, tem realizado investimentos em capital ocioso. Esta ação estratégica ajudou as empresas a aproveitarem os posteriores movimentos cíclicos de crescimento da demanda, seja interna ou externa.

11 As figuras 9-10 e 11, das páginas 159 a 183, presente em Farias (2015), possuem a ilustração da estrutura organizacional por setor (primário, secundário e terciário) de 120 cooperativas agropecuárias dos três estados do Sul do Brasil. As figuras mostram que as grandes cooperativas dos estados do Paraná e Santa Catarina manifestaram uma estrutura a jusante dos setores econômicos com muito mais complexidade em relação às do antigo centro dinâmico do setor (Rio Grande do Sul).

12 Informações mais detalhadas podem ser verificadas nos Quadros 19, 20, 21, 22 e 23, em Farias (2015).

Em resumo, as grandes cooperativas do Sul do Brasil, principalmente as paranaenses e catarinenses, em períodos de crises nas décadas de 1980 e 1990, investiram significativamente em novas plantas industriais. Tal atitude teve importância e resultado a partir dos anos 2000, quando a economia internacional passou a demandar produtos agropecuários do Brasil, em especial os países asiáticos. Outro fator relevante foi o crescimento da demanda interna, com o baixo índice de desemprego e a alteração da política de distribuição de renda, aumentando automaticamente o consumo interno e favorecendo as cooperativas de produtos agroalimentares.

O dinamismo econômico do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil entre 2000 e 2015

O presente item do texto busca discutir os principais fatores da estrutura agroindustrial e espacial das maiores cooperativas agropecuárias do Sul do Brasil no período de 2000 a 2015.

A partir do ano de 2000, após o período de crise e reestruturação, o cooperativismo agropecuário retomou a fase de ascensão, com amplificação no número de cooperativas, sócios e empregados, aumento da capacidade produtiva e armazenagem e elevação das vendas e receitas. No aspecto territorial, as cooperativas expandiram-se, tanto pelo surgimento de novas instituições, como pela expansão das grandes representantes do ramo. Entre 2000 e 2015, o número de cooperativas agropecuárias no Brasil cresceu de 1.411 para 1.555, o número de produtores sócios aumentou de 831 mil para 1.016 mil e o número de empregados foi de 108 mil para 188 mil. A participação das cooperativas no PIB Agropecuário evoluiu de 38,4% em 2007 para 48% em 2015 e a capacidade estática de armazenagem das cooperativas subiu de 87 milhões de toneladas em 2000 para 154 milhões de toneladas em 2016 (Padilha, 2019).

As principais cooperativas agroindustriais do Sul do Brasil atuam, apesar de sua origem meridional, nas regiões mais economicamente dinâmicas do país, no caso, além do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Suas matrizes estão localizadas nos locais de fundação, mas, com o forte avanço geográfico dos últimos anos, as filiais estão dispersas nas regiões produtoras de grãos. É importante destacar que, na medida que novas áreas foram sendo incorporadas ao agronegócio, com forte alteração na matriz produtiva, as cooperativas logo expandiram-se para lá, como é o caso do sul do Mato Grosso do Sul (município de Dourados) e outros municípios, como Maracaju (MS), que também se apresenta como um grande produtor de cereais do estado.

No período de 2000 a 2015, o setor cooperativista passou por importantes alterações em seu dinamismo. Houve aprofundamento do processo de financeirização tanto de produtores quanto das próprias cooperativas¹³. O contexto da financeirização provocou alterações na dinâmica espacial das cooperativas e as grandes representantes do ramo passaram a se especializar em busca de novas oportunidades, na medida que a maior integração entre agricultura e indústria transformadora consolidou-as como grandes complexos agroindustriais.

O recorte temporal definido no presente item compreende um período de expansão da dinâmica interna do Brasil, com evolução positiva do PIB, expansão da renda e do emprego, alargamento do mercado consumidor, abertura de novos negócios no mercado externo, surgimentos de políticas de crédito e investimento e etc. Esse panorama representou, para o cooperativismo, muitas oportunidades em razão do aumento da demanda interna e da capacidade de consumo da população em geral. Como exposto em Farias (2015), que, ao analisar inúmeros balanços financeiros de grandes cooperativas agroindustriais, constatou que nos períodos pós-2003 processou-se um aumento significativo no número de produtos agroalimentares comercializados pelas cooperativas, com ênfase nos produtos semi-processados e em novas marcas de alimentos que surgiram.

Conforme Padilha (2019), um fator fundamental para garantir os investimentos das cooperativas, nos anos 2000, foi a reestruturação do crédito rural público, com a queda nos juros, a ampliação dos valores disponibilizados e o alargamento dos prazos de pagamento. O volume de crédito repassado às cooperativas agropecuárias cresceu de R\$ 44,3 bilhões na década de 1990, para R\$ 87 bilhões na década de 2000 e R\$ 132 bilhões de 2010 a 2015. Ou seja, entre 2000 e 2015, cerca de R\$ 220 bilhões foram aplicados no financiamento das cooperativas. Ainda, nesse contexto também foram gestados programas de financiamento específicos para cooperativas, caso do PRODECOOP em 2003 e do PROCAP-AGRO em 2009, que juntos aplicaram R\$ 26 bilhões no financiamento do setor entre 2003 e 2015.

Assim, como indicado por Farias (2015), após os anos 2000, foi possível constatar, por meio da análise de balanços financeiros das cooperativas, um forte aumento na inauguração de novas plantas industriais e ampliação de antigas plantas inseridas nas décadas de 1980 e 1990. O autor detalha o caso da paranaense Coamo, que inseriu em sua estrutura produtiva nove novas

13 Dados do Banco Central do Brasil (valores corrigidos: IGP-M/FGV em 2015), indicam que em 2000 o volume em financiamentos para as cooperativas foi de R\$ 2.050.571.308,04 e em 2011 o valor atingiu R\$ 7.938.266.335,30 (Farias, 2015).

plantas industriais: fábrica de margarina (2000); fabricação de margarina primê (2001); indústria de envase de óleo de soja embalagem pet (2007); indústria de fiação de algodão; indústria de torrefação de café (2009); ampliação da indústria de esmagamento de soja; ampliação da refinaria de óleo de soja (2010); indústria produtora de fios de algodão (2012).

É sabido que, na medida em que ocorre crescimento econômico e alteração da elasticidade-renda, tende-se a elevar a demanda por produtos diferenciados. O setor cooperativista criou, ao longo da história no século XX e XXI, capacidade de produção manufatureira de produtos agroalimentares que, nos períodos de expansão econômica, acabou aproveitando-se da expansão decorrente da demanda do mercado interno¹⁴.

Embora o mercado interno represente a principal estratégia de composição do faturamento financeiro das cooperativas, não pode-se reduzir a importância do mercado externo para o faturamento do setor. A recente dinâmica de verticalização do setor produtivo das cooperativas esteve relacionada à demanda interna e externa. Nesse caso, é mister frisar que as cooperativas agropecuárias da Região Sul configuram-se como as principais exportadoras do Brasil. O Estado do Paraná, no período de 2006 a 2011, respondeu por 34,14% do total das exportações nacionais efetuadas pelas cooperativas, seguido do Rio Grande do Sul, com 8,7%, e Santa Catarina, com 5,23%, totalizando 48,07% do volume nacional (Farias, 2015).

As cooperativas agroindustriais do Sul do Brasil têm como principais parceiros os países emergentes, a exemplo da China (grande consumidora de produtos agroalimentares das cooperativas), e países do Oriente Médio¹⁵.

Para finalizar o item, é necessário ressaltar que as grandes cooperativas, tais como Coamo (PR), C.Vale (PR), Cocamar (PR), Coopavel (PR), Aurora (SC) e Cooperalfa (SC), apresentaram, durante a década de 2000, um dinamismo econômico adaptado a realidade da economia nacional e internacional, porém, cada uma delas também exibiu estratégias específicas. Alguns fatores

14 O mercado interno, em 2015, representava o maior peso no faturamento das cooperativas. Dados publicados pela Revista Exame (2015) mostram que a média de participação no total das vendas direcionado ao mercado externo, em 2014, das 15 principais cooperativas agropecuárias do Sul do Brasil, foi de apenas 14,9%. Destaques para as paranaenses Coamo com 25,6%, Copacol 26,9%, Lar 21,3% e a catarinense Aurora Alimentos com 22,3% (FARIAS, 2015, p. 219-220).

15 De acordo com Farias (2015), utilizando dados do Ministério da Indústria e Comércio, em 2014, a China respondeu por 18,97% do total exportado pelas cooperativas brasileiras, um total acumulado de US\$ 84.963.706. Já países do Oriente Médio (Turquia, Iraque, Arábia Saudita, Egito e Irã) responderam, no mesmo ano, por 11,72% do total das exportações das cooperativas brasileiras. Porém, a composição das exportações das cooperativas brasileiras teve alterações após a década de 1990: até essa década, o continente europeu era o continente com maior expressão na compra dos produtos exportados pelas cooperativas. Já nos anos 2000, com o aumento da demanda por parte de países emergentes, o fluxo das exportações acabou se diversificando, em especial rumo à Ásia.

característicos do dinamismo econômico que fizeram parte da base comum do desenvolvimento das cooperativas:

- e) A demanda interna e externa por produtos agroalimentares viabilizou e incentivou a verticalização industrial das cooperativas;
- f) A capilarização financeira e a financeirização dinamizaram o mercado interno, contribuindo para a expansão econômica das cooperativas;
- g) Houve movimentos internos de fusões estratégicas entre ativos, como a intercooperação entre as cooperativas para aproveitar e fracionar os investimentos em capital produtivo;
- h) O crescimento da participação de produtos industrializados, fruto da verticalização produtiva, no faturamento do setor;
- i) Expansão e diversificação significativa dos produtos industrializados e semi-processados nos portfólios para atender a demanda interna; e
- j) As cooperativas do centro dinâmico, com seus parques industriais em expansão, aproveitaram a demanda interna e externa para comercializar seus produtos manufaturados, em especial, no caso externos, a demanda gerada pelos países emergentes.

Considerações finais

O presente artigo teve como ambição a continuidade das pesquisas e a revisão das análises de duas teses de doutorado desenvolvidas no departamento de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, defendidas nos anos de 2015 e 2019. Do ponto de vista prática, objetivou-se analisar o dinamismo do cooperativismo agropecuário da Região Sul do Brasil em períodos distintos da economia brasileira: 1980 à 1990 e 2000 à 2015. Enquanto nas duas décadas do primeiro período vivia-se um processo de coincidências de crises, interna e externa, nos anos 2000 à 2015, apesar da ocorrência da crise de 2008, sobressaíram-se momentos de expansão, tanto em relação ao mercado interno quanto no aumento da demanda externa, como da China e do Oriente Médio.

O cooperativismo manifestou, para cada momento e, de acordo com as circunstâncias, estratégias diferentes de desenvolvimento, assumindo maior protagonismo no contexto mais recente. Após a revisão e a análise dos resultados das pesquisas de doutoramento citadas, pode-se concluir que:

1. As cooperativas, durante as crises das décadas de 1980 e 1990, atingiram o esgotamento das estratégias adotadas a partir da década de 1950 e, em situação de recessão, necessitaram desempenhar ações para manter suas trajetórias de expansão, resultando em um movimento de reestruturação das bases produtivas internas e externas.
1. Nas referidas décadas, mudaram-se as condições econômicas do país, com a alteração da capacidade ociosa, criada em décadas anteriores, do setor transformador, do qual as cooperativas participavam, o

que gerou importantes gargalos. Neste sentido, o setor, habituado a conviver com políticas institucionais de subsídios, juros atrativos e, até negativos, passou a enfrentar uma realidade do mercado externo diferente e precisou focar esforços no mercado interno.

2. O fator que aliou exigência imediata e estratégia de longo prazo foi a política de reestruturação das cooperativas, que surgiu da necessidade de sobrevivência no novo cenário do mercado concorrencial pós-crise de 1980. A política de reestruturação executou ações em quatro grandes setores das cooperativas: *Setor de Gestão Administrativa*; *Setor de Gestão Financeira*; *Setor Organizacional*; *Setor de Posicionamento de Mercado das Cooperativas*. A execução dessas estratégias acabou alterando o centro dinâmico do setor na Região Sul do Brasil, que migrou do Rio Grande do Sul para o Paraná e Oeste catarinense.
3. Já a partir do início do século XXI, após o período de crise e reestruturação, o cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil retomou a fase de ascensão, com amplificação no número de cooperativas, sócios e empregados, aumento da capacidade produtiva e armazenagem e elevação das vendas e receitas. No aspecto territorial, as cooperativas expandiram-se, tanto pelo surgimento de novas instituições, como pela expansão das grandes representantes do ramo.
4. A partir dos anos 2000, houve uma retomada do crédito rural público no Brasil, com a queda nos juros, a ampliação dos valores disponibilizados e o alargamento dos prazos de pagamento. O volume de crédito repassado às cooperativas agropecuárias cresceu de R\$ 44,3 bilhões na década de 1990, para R\$ 87 bilhões na década de 2000 e R\$ 132 bilhões de 2010 a 2015. O novo panorama do crédito, associado às transformações no mercado interno e a maior demanda internacional, foram fatores fundamentais para o recente crescimento do cooperativismo, notadamente na Região Sul, que já no início da década, após o período de reestruturação, exibia grandes cooperativas.
5. Com o processo de aprofundamento da financeirização, tanto de produtores quanto das próprias associações, ocorreram modificações na dinâmica geoeconômica das cooperativas e, as grandes representantes do ramo, passaram a especializar-se na busca de novas oportunidades, com maior integração entre agricultura-indústria-financeiras, consolidando-as como grandes e nacionais complexos agroindustriais.

REFERÊNCIAS

BENETTI, Maria Domingues. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**. 5 ed. Porto Alegre: FEE, 1982.

BENETTI, Maria Domingues. **Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul, nos anos 90**. Ensaios FEE, Porto Alegre, n. 61, p.7-15, out. 2000.

FARIAS, Fernando Rodrigo; ESPÍNDOLA, Carlos José. O cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil a partir da conjuntura econômica dos anos 1980: alteração territorial de seu centro dinâmico. **Geosul/Ufsc**, Florianópolis, v. 31, n. 61, p. 227-248, 22 jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2016v31n61p227>. Acesso em: 26 mar. 2022.

FARIAS, Fernando. **A dinâmica geoeconômica do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil**. 2015. 327 f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, PPGG-UFSC, Florianópolis, 2015.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

GONÇALVES, José Sidnei. **Capitalismo e cooperativismo na agricultura**. Relatório de Pesquisa do Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, 1987. 47 p.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Cooperativismo e reprodução camponesa**. São Paulo: Cortez, 1981.

LOPES, Mauro de Rezende *et al.* (org.). **Gestão estratégica e reformas nas cooperativas agropecuárias brasileiras**: Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias. Viçosa/MG: UFV, Departamento de Economia Rural, 2002. 305 p.

PADILHA, Wilian. **Capital financeiro e cooperativismo agropecuário da Região Sul**. 2019. 457p. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, PPGG-UFSC, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214930/PGCN0712-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 dez. 2021.

PADILHA, Wilian; FARIAS, Fernando Rodrigo e ESPÍNDOLA, Carlos José. A dinâmica da formação de grandes complexos agroindustriais cooperativos do Sul do Brasil: da década de 1950 aos anos 2000. **Revista Pegada Eletrônica**, v. 22, n. 2, p. 428-451, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/8564>. Acesso em: 22 jan. 2022.

RANGEL, Ignácio. **A Inflação brasileira**. 5. ed. São Paulo: Bial, 1986.

RANGEL, Ignácio. **Ciclo Tecnologia e Crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RANGEL, Ignácio. **Dualidade básica da economia brasileira**. São Paulo: Bial, 1999.

RANGEL, Ignácio. **Economia: Milagre e Anti-Milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1985.

TAVARES, Maria Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: Ensaio sobre economia brasileira**. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 11, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 56, 62, 65, 66, 70, 71, 72, 76, 80, 89, 98, 99, 104, 109, 124, 132, 133, 142, 149, 152, 153

Agroindústria 9, 34, 35, 40, 41, 45, 72

Agronegócio 3, 9, 10, 11, 12, 22, 31, 41, 43, 45, 46, 47, 72, 73, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 87, 88, 93, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Agropecuário 12, 35, 40, 42, 43, 45, 47, 61, 67, 71, 100, 103, 104, 139

B

Bolsas de mercadorias 10, 34, 39, 44, 45, 49, 50, 52, 56, 58, 61, 63, 67, 68, 70, 71, 77

C

Capital financeiro 3, 9, 10, 11, 12, 26, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 56, 61, 67, 72, 75, 77, 80, 82, 89, 91, 92, 109, 113, 114, 130, 131, 133, 136

Chesnais, François 23, 25, 28, 30, 48, 51, 72, 73, 90

China 12, 24, 52, 58, 63, 69, 73, 101, 102, 105, 113, 114, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 150, 151

Commodities 9, 11, 34, 39, 44, 46, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 71, 73, 77, 81, 88, 94, 95, 96, 98, 101, 106, 109, 139

Cooperativismo 12, 139

Crédito 10, 38, 40, 41, 45, 77, 92, 94, 100, 102, 103, 108, 142, 144, 145, 149, 152

D

Delgado, Guilherme 34, 40, 41, 46, 144

Desenvolvimento 9, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 40, 44, 47, 50, 56, 57, 61, 62, 72, 76, 80, 81, 88, 89, 91, 92, 94, 101, 106, 107, 108, 109, 132, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 147, 151

Desnacionalização 24, 34, 35, 41, 43, 46, 72, 100, 123, 124, 147

E

Estados Unidos 19, 37, 38, 44, 49, 51, 60, 67, 68, 69, 71, 76, 78, 80, 86, 87, 92, 131

F

FAO 54, 62, 63, 72

Financeirização 12, 37, 46, 49, 50, 57, 67, 76, 77, 81, 88, 92, 93, 113, 130, 142, 149, 151, 152

FMI 30, 62, 63, 71, 72, 88

Fundos de investimentos 10, 44, 57, 59, 70, 130, 131

Fundos de pensão 44, 48, 59, 60, 73, 76, 77, 79, 80, 86, 90

Fundos financeiros 11, 42, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90

Futuros agropecuários 49, 52, 53, 54, 55, 62, 73

G

Geoeconômica 108

Globalização 9, 11, 13, 14, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 46, 72, 73, 92, 94, 108, 110

Globalização 9, 11, 13, 14, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 46, 72, 73, 92, 94, 108, 110

H

Hilferding, Rudolf 26, 33, 47, 77, 89, 91, 109, 113, 136

I

Imperialismo 11, 13, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 47, 61, 70, 72, 91, 108, 109, 136

Internacionalização 10, 24, 28, 38, 40, 43, 45, 47, 88, 107, 108, 118

Investimento coletivo 60, 80

Investimentos estrangeiros 9, 51, 107

L

Lenin 11, 19, 23, 26, 28, 31, 33, 35, 36, 37, 44, 45, 47, 50, 61, 62, 67, 72

M

Mamigonian, Armen 15, 19, 23, 24, 25, 28, 31, 108

Máquinas agrícolas 9, 12, 42, 113, 114, 116, 117, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136

Marx 13, 16, 17, 20, 30, 31, 32, 35, 36, 42, 47, 92, 108, 113, 137

Marxismo 11, 13, 22, 28, 29, 32

Mercado 10, 11, 12, 17, 23, 24, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 75, 77, 78, 80, 81, 82, 87, 92, 95, 100, 101, 102, 103, 105, 114, 116, 125, 127, 128, 129, 131, 132, 133

Mercado mundial 11, 37, 38, 39, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 61, 63, 67, 70, 114, 131

Milton Santos 15, 18, 21, 25

Mundialização 25, 30, 48, 72, 91, 92

Mundializada 48, 73, 90

N

Neoliberalismo 22, 23, 27, 28, 29, 48

R

Rangel, Ignácio 20, 32, 39, 40, 48, 50, 65, 66, 67, 73, 140, 143, 154

S

SASAC 132, 133

Setor agroalimentar 67, 72, 109

Subsídios 41, 77

T

Transnacionais 23, 75, 94, 95, 110

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SOBRE OS AUTORES

Alessandro Francisco Trindade de Oliveira

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná - Unicentro (2011) e Ciências Econômicas pela Universidade Unicesumar (2021). É mestre (2015) e doutor (2022) em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, campus de Francisco Beltrão. Tem experiência na área de Geografia Econômica, com ênfase nos seguintes temas: internacionalizações, comércio internacional, fundos de investimento, fusões e aquisições. Atua como professor do curso superior de Tecnologia em Comércio Exterior do Instituto Federal do Paraná - IFPR, campus de Barracão.

Carlos José Espíndola

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1995), doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002) e pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona (2010). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina (Departamento de Geociências). É editor chefe da revista Geosul (GCN/UFSC) e consultor do CNPq e CAPES. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia econômica, atuando principalmente nos seguintes temas: agroindústrias, desenvolvimento regional urbano e rural, competitividade e agronegócios.

Edson Luiz Flores

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. É mestre (2009) e doutor (2021) em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, campus de Francisco Beltrão. Atualmente é professor de Geografia da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná. Possui experiência em Geografia Humana, particularmente em Geografia Econômica e Industrial.

Fernando dos Santos Sampaio

Possui graduação (bacharelado e licenciatura) em Geografia pela Universidade de São Paulo (1997), doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2003) e pós-doutorado pela Universitat Autònoma de Barcelona. Atualmente é professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Econômica, atuando principalmente nos seguintes temas:

geografia econômica, agricultura, acumulação de capital, citricultura e complexo agroindustrial.

Fernando Rodrigo Farias

Possui graduação em geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste (2005), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2010) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2015). Atualmente é professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Aquidauana. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia econômica, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia, agricultura, geoeconomia da agricultura, cooperativismo, Pronaf, Crédito agrícola, financeirização da agricultura, Mato Grosso do Sul, agroindustrialização, dinâmica do mercado externo e desenvolvimento regional.

Marlon Clovis Medeiros

Possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1999), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002), doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2009) e pós-doutorado pela Universidad Complutense de Madrid (2020). É líder do Grupo de Pesquisas Dinâmica Econômica e Formação Sócioespacial. Realiza pesquisas e orientações acadêmicas na área de Geografia Econômica, concentrando atividades nos seguintes temas: desenvolvimento econômico e setores produtivos, modernização da agricultura e desenvolvimento regional, política agrícola e crédito rural, acumulação de capital e ciclos econômicos brasileiros.

Roberto César Cunha

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (2009). Mestre em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2015). Doutor pelo PPGGEO da UFSC com pesquisa sobre a cadeia produtiva da soja no Brasil e de suas regiões (2020). Tem experiência na área de Geografia econômica atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento e inovações tecnológicas; cadeias produtivas; agronegócios; capitalismo financeiro na agricultura; crescimento econômico, economia industrial; processo de industrialização e urbanização; desenvolvimento econômico, regional e urbano; categoria de formação sócioespacial; e Geoeconomia Verde e sustentabilidade ambiental e produtiva. Participa como membro do grupo de estudos filiado no CNPq Formação Sócioespacial: Progresso Técnico e Desenvolvimento Econômico (GEOTDE).

Wilian Padilha

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste (2011), mestrado em Geografia pela Unioeste (2014) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2019). É pesquisador em Geografia, com ênfase em Geografia Econômica e no estudo do Capital Financeiro, Agricultura, Cooperativas Agropecuárias, Desenvolvimento Regional, Crédito Rural e Políticas Agrícolas. Atua como professor de Geografia no Instituto Federal do Paraná - IFPR, campus Palmas.

SOBRE O LIVRO

Tiragem: não comercializada

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,3 x 19,3 cm

Tipologia: Times New Roman 10,5 | 11,5 | 13 | 16 | 18

Arial 8 | 8,5

Papel: Pólen 80 g (miolo)

Royal | Supremo 250 g (capa)